

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL**

**AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS, PB: FORMA DE
ORGANIZAÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

ANTONIA MARIA DA SILVA

**CAMPINA GRANDE – PB
ABRIL – 2001.**

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS, PB: FORMA DE ORGANIZAÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ANTONIA MARIA DA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS, PB: FORMA DE ORGANIZAÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em ECONOMIA RURAL E REGIONAL, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre.

**Professor Orientador:
Dr. Robério Ferreira dos Santos**

**CAMPINA GRANDE – PB
ABRIL/2001.**



S586a	<p>Silva, Antônia Maria da. Agricultura familiar no município de Queimadas, PB : forma de organização, desafios e perspectivas / Antônia Maria da Silva. - Campina Grande, 2001. 134 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2001. "Orientação : Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos". Referências.</p> <p>1. Agricultura Familiar - Queimadas (PB). 2. Organização - Forma. 3. Produção. 4. Sustentabilidade. 5. Dissertação - Economia Rural e Regional. I. Santos, Robério Ferreira dos. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título</p> <p>CDU 631.1.017.3(813.3)(043)</p>
-------	---

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL


A COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A DISSERTAÇÃO:


AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS-PB: FORMA DE ORGANIZAÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

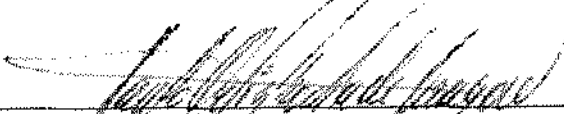
ELABORADA POR:
ANTONIA MARIA DA SILVA

COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ECONOMIA

COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof. Dr. Roberio Ferreira dos Santos – Orientador
EMBRAPA/Universidade Federal da Paraíba – UFPB


Prof. Dr. Pichai Chumvichitra – Examinador
Universidade Federal do Ceará – UFCE


Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão – Examinador
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

APROVADA EM: 27 de Abril de 2001.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os agricultores familiares do município de Queimadas, homens e mulheres fortes que têm resistido às dificuldades econômicas e climáticas que lhes são impostas no dia-a-dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a todos os agricultores familiares aos quais visitei, que com a cordialidade que é peculiar ao homem do campo nordestino, forneceram-me as informações das quais precisava.

Meus agradecimentos especiais vão para o professor Robério Ferreira dos Santos, que em sala de aula, despertou-me o interesse pelo estudo da agricultura familiar, consubstanciado no presente trabalho. Como orientador, sua contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho.

A Maurício Xavier, pela sua contribuição com informações que foram muito úteis para a realização da pesquisa.

Aos técnicos da EMATER local, pelas importantes informações que me foram repassadas, desde a indicação de lideranças das comunidades rurais que facilitaram o contato com os agricultores até informações técnicas a respeito da agricultura no município.

A Taís e Delma, funcionárias da Prefeitura Municipal, que de forma muito gentil colaboraram com o processo de coleta de dados secundários. Às duas, meus sinceros agradecimentos.

A Rosicler, funcionária da Biblioteca da Pós-graduação, pela sua forma amiga de atender aos alunos.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I – ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR 08

Introdução 08

1.1. Uma Abordagem Conceitual 09

1.1.1. Agricultura Familiar 09

1.1.2. Viabilidade Econômica 13

1.1.3. A Sustentabilidade 14

1.2. A Agricultura Familiar nos Países Desenvolvidos 16

1.3. A Agricultura Familiar no Brasil 26

1.3.1. A Origem Colonial 26

1.3.2. O Processo de Modernização Agrícola e suas Consequências 30

1.4. A Agricultura Familiar no Nordeste Brasileiro 38

1.4.1. Os Desafios da Sustentabilidade 50

Conclusão 55

CAPÍTULO II – A AGRICULTURA FAMILIAR EM QUEIMADAS: SUAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL 58

Introdução 58

2.1. Características Gerais do Município 59

2.2. Características Populacionais 60

2.3. Forma de Organização da Produção 65

2.3.1. Aspectos dos Estabelecimentos Agrícolas e Pecuários do Município em Geral 66

2.3.2. A Presença de Processos Tecnológicos na Produção 68

2.3.3. Características da Agricultura Familiar no Município 71

2.3.3.1. A Atividade Agrícola 72

2.3.3.2. A Atividade Pecuária	74
2.3.3.3. A Oferta de Crédito	78
2.3.3.4. Pessoal Ocupado – o Emprego na Atividade Familiar	79
2.3.4. O Problema Ambiental – os Impactos da Atividade Familiar Sobre o Meio Ambiente	83
Conclusão	84
CAPÍTULO III – VIABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR EM QUEIMADAS E SUAS PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE	86
Introdução	86
3.1. Metodologia da Pesquisa	87
3.2. Caracterização da Área da Pesquisa	89
3.3. Viabilidade Econômica e Social da Agricultura Familiar em Queimadas	97
3.4. A Importância da Renda Oriunda da Previdência Social para a Agricultura Familiar	105
3.5. A Questão da Sustentabilidade	107
Conclusão	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
BIBLIOGRAFIA	114
ANEXOS	118

RELAÇÃO DE TABELAS

CAPÍTULO I

Tabela 1	Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total Região Nordeste, 1996	43
Tabela 2	Grupos de atividades econômicas, por número total de estabelecimentos e área ocupada Nordeste, 1996	44
Tabela 3	Grupos de atividade econômica por estratos de produtores, considerando-se o número de estabelecimentos e a área ocupada, em valores percentuais – Nordeste, 1996	45
Tabela 4	Quantidade produzida de lavouras temporárias, por principais produtos, em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em relação ao total produzido – Nordeste, 1996	47
Tabela 5	Quantidade produzida de lavouras permanentes, por principais produtos, em estabelecimentos com menos de 100 hectares em relação ao total produzido – Nordeste, 1996	47
Tabela 6	Efetivo dos rebanhos, por principais espécies criadas em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em relação ao total produzido – Nordeste, 1996	48

CAPÍTULO II

Tabela 7	Evolução das populações urbana e rural do município de Queimadas, PB, 1984 – 1996	61
Tabela 8	Evolução da população, por sexo, em Queimadas, PB, 1970 – 1996	62
Tabela 9	Distribuição da população por estratos etários em Queimadas, PB, 1970 – 1996, em valores absolutos e percentuais	64
Tabela 10	Número e tamanho dos estabelecimentos agropecuários do município de Queimadas, PB, 1970 – 1996	66
Tabela 11	Número e área de estabelecimentos, de acordo com a condição do produtor em Queimadas, PB, 1996	68
Tabela 12	Maquinaria e veículos existentes no município de Queimadas, PB, 1970 – 1996	69
Tabela 13	Uso de assistência técnica, irrigação, adubos e corretivos, controle de pragas e doenças, conservação do solo e energia elétrica, para o total de estabelecimentos do município de Queimadas, PB, em 1996	71

Tabela 14	Número e tamanho dos estabelecimentos, em valores absolutos e proporcionais, por grupos de área total em Queimadas, PB, 1996	73
Tabela 15	Quantidade produzida de lavouras temporárias, por estratos de área, em Queimadas, PB, 1996	74
Tabela 16	Efetivo dos rebanhos por espécies, criadas em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em relação ao total produzido em Queimadas, PB, em 31.07.1996	75
Tabela 17	Proporção dos rebanhos por estratos de área em Queimadas, PB, em 31.07.1996	76
Tabela 18	Efetivo de bovinos, suínos e aves, por quantidade, produzidos, vendidos, comprados e abatidos em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em Queimadas, PB, em 31.07.1996	77
Tabela 19	Valor unitário das cabeças vendidas e compradas por espécie, em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em Queimadas, PB, em 31.07.1996	78
Tabela 20	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do município de Queimadas, PB, por estratos de área, em 1996	80
Tabela 21	Média de pessoal ocupado por área, considerando-se os estratos de área, em Queimadas, PB, 1996	82
CAPÍTULO III		
Tabela 22	Distribuição dos estabelecimentos familiares por área ocupada, considerando apenas aqueles que servem de moradia para as famílias, no município de Queimadas, PB, 1999	88
Tabela 23	Número e tamanho dos estabelecimentos agropecuários da amostra com até 100 ha, por estratos de área em Queimadas, PB, 1999	89
Tabela 24	Números da produção animal da amostra em Queimadas, PB, em 30.09 1999	93
Tabela 25	Tecnologias utilizadas nos estabelecimentos visitados, em 1999	96
Tabela 26	Renda média líquida da atividade agrícola vegetal em estabelecimentos familiares da amostra, por estratos de renda, em Queimadas, PB, em ano normal	98
Tabela 27	Renda média anual dos produtores da amostra, por estratos de renda, em Queimada, PB, 1999	102
Tabela 28	Quantidade e valor de pensões e aposentadorias emitidas no município de Queimadas, PB – 1998 a 2000	105

RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo 1 Questionário aplicado a produtores agrícolas familiares do município de Queimadas-PB	119
Anexo 2 Nível de instrução dos chefes de estabelecimentos e das esposas da amostra, em percentuais, no município de Queimadas, PB, 1999	125
Anexo 3 Percentuais de produtores agrícolas animais dentre os produtores da amostra, por tipo de animal, em Queimadas, PB, dezembro de 1999	126
Anexo 4 Número e percentual dos chefes de estabelecimentos e das esposas da amostra por dedicação às atividades produtivas, em Queimadas, PB, 1999	127
Anexo 5 Rendas médias dos chefes de estabelecimentos e das esposas da amostra por fontes de renda, por ano, em Queimadas, PB, 1999	128
Anexo 6 Fontes de renda somadas para cada família	129
Anexo 7 Soma das rendas médias para cada família (com a descapitalização)	131
Anexo 8 Soma das rendas médias para cada família (sem a descapitalização)	133

LISTA DE SIGLAS

- CIMA – Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITR – Imposto Territorial Rural
- PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- MINTER – Ministério do Interior
- SINTESE – Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas
- SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

RESUMO

A agricultura familiar é uma atividade em ascensão, principalmente nos países desenvolvidos, e seu crescimento é motivado por vários fatores, dentre os quais a crescente demanda por alimentos, a contínua inovação tecnológica, além da ação do Estado que procura implementar a produção oferecendo incentivos ao produtor, encarando esta como uma atividade importante para a política salarial. Destaca-se também o nível de organização e de cooperação entre os agricultores familiares europeus. No Brasil a atividade nasce pequena, desorganizada e marginalizada em relação à grande monocultura. A modernização agrícola não muda esse quadro; é o grande produtor que continua recebendo os benefícios concedidos pelo Estado. Na região Nordeste, além da maioria dos estabelecimentos serem muito pequenos, há a ocorrência das secas no semi-árido. A agricultura do município de Queimadas tem como características a grande concentração de terras, sendo a produção familiar responsável pela maior parte da produção de subsistência. Merece destaque o grande crescimento da população urbana em relação à rural. No que se refere ao emprego no campo, a maior parte do pessoal ocupado - 69% - está em estabelecimentos com menos de cinco hectares. De acordo com os dados colhidos em pesquisa de campo, com uma amostra de cinquenta agricultores, há baixo nível de instrução, tanto entre os chefes de estabelecimentos quanto entre as esposas e os filhos. Devido à seca que assolou a região em 1999, o rendimento agrícola vegetal foi quase nulo, enquanto a renda oriunda da produção animal foi mais significativa. A maior parte das rendas das famílias tem origem não agrícola, seja em atividades não agrícolas ou em benefícios da Previdência Social, além da ajuda de filhos em alguns casos. Viu-se que a viabilidade da agricultura familiar depende da coexistência das atividades não agrícolas, além dos benefícios da Previdência. Em relação à sustentabilidade, viu-se que as técnicas produtivas utilizadas degradam o meio ambiente, e do ponto de vista socioeconômico, o grande número de famílias em pequenos estabelecimentos aliado ao baixo nível de instrução não têm auferido a reprodução das famílias, forçando os filhos a migrarem.

Abstract

Family farming is an activity which is growing mainly in developed countries and this growth can be attributed to various factors amongst which is the increasing demand for food, the continuous technological innovations and also the action of the government which tries to increase the production by offering incentives to the farmer, seeing it as an important activity in the formation of salaries. The level of organization and cooperation among the European family farmers should be emphasized. In Brazil this activity starts small, disorganized and marginalized in relation to the large monocultural farms. Agricultural modernization doesn't change this situation. It's the big producer who keeps on getting the benefits offered by the government. In the Northeast region not only are the properties very small but they also suffer from drought typical of the semi-arid region. The agriculture in the district of Queimadas, Pb is characterized by a large concentration of farms where family farming is responsible for almost all the production of subsistence. The huge urban populational growth compared to the rural deserves special emphasis. Regarding field work, greater part of the active work force - 69% - is in farms of less than 5 acres. According to the data taken from research conducted in the fields, with a sample of 50 farmers, there is a low level of education not only among the owners but also their wives and children. Due to the drought which affected the region in 1999, the income from agriculture was almost zero while the income from cattle growing was more significant. A big part of the family income has a non-agricultural origin, either in non agricultural activities or from benefits given by social security as also the help of children in some cases. We observed that the viability of family farming depends on the coexistence of non-agricultural activities and the benefits of social security. In relation to sustainability we saw that the techniques used were damaging the environment and from the socio-economic view the huge number of families in small farms together with the low level of education hasn't helped the families maintain themselves and thus forcing their children to migrate.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a produção familiar tem assumido importante papel na atividade agrícola, tornando-se objeto de vários estudos que buscam mostrá-la como atividade fundamental para o desenvolvimento do processo econômico, haja vista que este é o ramo da agricultura que assume grande responsabilidade, no que se refere ao abastecimento de alimentos, ficando clara, neste sentido, a relevância da sua produção no processo de formação dos salários, uma vez que os gastos com a alimentação representam importante peso na renda do trabalhador.

Estudos realizados nos países desenvolvidos mostram que é cada vez mais significativa a presença da produção familiar no setor agrícola. Fica evidente que, ao contrário do que pensavam muitos estudiosos – em especial os críticos do capitalismo – o peso da produção familiar não tende a cair nesses países mas, ao contrário, tem aumentado com o passar dos anos¹.

É importante, todavia, que se faça uma ressalva: não se deve considerar a agricultura familiar como sinônimo de pequena produção nem, também, como de produção realizada por meio de técnicas produtivas consideradas arcaicas. A produção familiar não está necessariamente vinculada às unidades produtivas de tamanho considerado pequeno, e vale dizer, nos países desenvolvidos tem ocorrido o contrário: tem crescido a modernização da produção em unidades familiares, em unidades produtivas que não podem ser consideradas de pequeno porte. Tratando do caso dos Estados Unidos, Abramovay (1992:155) enfatiza: "... Apenas 5% dos estabelecimentos grandes e muito grandes pertencem a corporações que *não são* propriedade de famílias (U.S. Congress Office of Technology Assessment, 1998)."

O que fica evidente, a partir do texto citado acima, é que, no caso norte-americano, a presença de unidades produtivas de grande porte e de caráter familiar é bastante significativa: 95% dos estabelecimentos grandes e muito grandes são de propriedade familiar. Portanto, cai o mito de que agricultura familiar é sinônimo de pequena produção.

Ainda de acordo com Abramovay (1992) há dois aspectos a se destacar na agricultura familiar da atualidade: 1) a agricultura familiar, tal como se desenvolveu

¹Ver, a respeito, Ricardo Abramovay, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Nesta obra o autor se refere a um bom número de estudos realizados nos países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e países da Europa, onde fica comprovada a ascendente relevância da produção familiar na agricultura.

sobretudo após a Segunda Guerra Mundial nos países avançados, destaca-se pelo seu dinamismo econômico, pela sua capacidade de inovação técnica e pelas suas formas sociais inéditas em relação ao passado, que muitas vezes a origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais fracos; e 2) a agricultura familiar é uma forma de organização da produção tão generalizada nos países desenvolvidos, porque o Estado foi determinante neste processo: diante da existência de uma estrutura produtiva pulverizada, coube às políticas agrícolas garantir esta atomização na oferta e imprimir estabilidade aos preços, de forma a assegurar, ao setor, um mínimo de renda suficiente para garantir uma abundante produção de alimentos (ABRAMOVAY, 1992:21-22).

No caso do Brasil, a presença de unidades familiares modernas e de tamanho que não pode ser considerado pequeno, também é um fato, principalmente nas regiões mais desenvolvidas, a exemplo de São Paulo que, neste sentido, se destaca na região Sudeste; todavia, ao lado desse setor moderno da produção agrícola familiar predomina a produção baseada em técnicas tradicionais em que, na maioria dos casos, as atividades são desenvolvidas em unidades de tamanho pequeno, não suficientes para garantir a sobrevivência da família; mas, para que se alcance uma compreensão melhor desta realidade brasileira, é preciso fazer uma explanação histórica a respeito da atividade agrícola no país.

A origem da agricultura familiar está presente no Brasil desde o período colonial, quando subsistia no interior das grandes propriedades monocultoras de exportação. No interior das grandes propriedades, a agricultura familiar se dedicava à produção de pequenas culturas de subsistência, com o objetivo de garantir a alimentação dos escravos e, mais tarde, dos trabalhadores livres da grande lavoura. Ao lado disso, era também praticada em pequenas propriedades, exploradas por trabalhadores livres objetivando, da mesma forma, garantir a subsistência desses trabalhadores.

Como se pode observar, a agricultura familiar origina-se, no Brasil, com o objetivo de garantir a subsistência dos trabalhadores. Mais tarde, quando surgem os primeiros centros urbanos recai, sobre essa atividade, a responsabilidade de abastecer a cidade de alimentos, uma vez que as pessoas da cidade se dedicarão a atividades como o comércio, não podendo, portanto, produzir seus próprios alimentos. Este foi um grande impulso para o crescimento da produção familiar, haja vista que, com o crescimento dos centros urbanos, crescia também o volume de alimentos necessários para abastecê-los. E como à

grande empresa agrícola interessava apenas a produção monocultora destinada ao mercado externo, restava a produção familiar para produzir alimentos.

A partir do exposto no parágrafo acima, vislumbra-se o quadro de que a produção de caráter familiar do país teria amplas possibilidades de desenvolvimento, já que se efetuava como única fornecedora de alimentos para o mercado interno; todavia, este quadro não se torna efetivo, por duas razões básicas: a primeira é a primazia da grande produção monocultora, que ocupa as melhores terras em unidades de tamanho muito extenso, os chamados latifúndios, de forma que à produção familiar restam as terras marginais, com baixo nível de produtividade; além disso, essas grandes unidades – ou, se preferir, as grandes fazendas – não formam mercado para a produção familiar, uma vez que o consumo interno da unidade produtiva é garantido pela produção praticada no interior do próprio latifúndio.

A outra razão diz respeito ao lento crescimento das cidades brasileiras², de forma que, nos primeiros séculos de colonização, o Brasil era um país eminentemente rural, de onde se constata que o tamanho do mercado urbano não era tão significativo, de maneira que proporcionasse o desenvolvimento do setor produtor de alimentos e, assim, beneficiasse a produção de caráter familiar. Além disso, deve-se lembrar que o nível de renda obtida pela classe trabalhadora brasileira, naquela época, já era baixo, o que restringia ainda mais o mercado de consumo de alimentos. Esse quadro não sofreu grandes alterações no início do século XIX, quando o Brasil saiu da situação de colônia e passou à de império, e ainda mais tarde, quando a mão-de-obra escrava foi substituída pela assalariada, no final do mesmo século. Durante todo esse período, a agricultura brasileira continuou dominada pelo latifúndio subsistindo, ao seu lado, a produção familiar, no interior das grandes propriedades e em pequenas unidades.

A maior mudança verificada, no que se refere à agricultura brasileira, ocorre na segunda metade do século XX, com o início do processo de modernização da agricultura. A modernização agrícola marca uma nova fase na produção das grandes unidades produtoras, destacando-se o aumento da produtividade, alcançado pela via da utilização de novas técnicas produtivas e novos insumos oriundos da produção industrial; no entanto, no que se refere à produção familiar, há pouco beneficiamento para esta atividade.

O fato é que o processo de modernização instalado na agricultura brasileira, a partir

² Lembrando que o crescimento da urbanização no Brasil veio acontecer já no século XX.

dos anos 60, tem sido marcado pelo beneficiamento da grande produção empresarial, em detrimento da produção familiar, que no Brasil é predominantemente praticada por pequenos produtores. Tal processo trata da internalização do modelo de modernização agrícola desenvolvido nos Estados Unidos – conhecido como Revolução Verde – baseado na mecanização da produção, poupando mão-de-obra e trabalho animal como, também, na utilização de insumos químicos, como inseticidas e fertilizantes.

Como se pode inferir, este processo de modernização se torna oneroso, do ponto de vista econômico. Adquirir máquinas, equipamentos e insumos químicos, requer um volume de recursos, dos quais a agricultura familiar brasileira, na sua ampla maioria, não dispõe, uma vez que é praticada predominantemente como atividade de subsistência. Assim, apenas a grande produção tem acesso à modernização e, conseqüentemente, pode colher os seus frutos.

À produção familiar restaria, como única alternativa para conseguir modernizar-se, a concessão de crédito agrícola por parte do Estado; no entanto, as concessões de crédito para modernização da produção têm-se destinado, de fato, à grande produção, muito embora muitas vezes conste, oficialmente, que os recursos deverão beneficiar ao pequeno produtor.

Tem sido uma dura realidade, para a agricultura familiar brasileira, a pouca importância que ela tem tido diante das ações do Estado visando à agricultura brasileira. Historicamente, a produção familiar tem sido prejudicada na efetivação das políticas agrícolas.

Em se tratando de carência por parte da agricultura familiar de assistência das políticas públicas no Brasil, a região Nordeste é, sem dúvida, aquela que necessita de maior atenção, devido às suas características predominantes, especialmente na região do semi-árido. A agricultura familiar da região semi-árida do Nordeste brasileiro tem como característica principal a função de subsistência, onde predomina o cultivo de produtos como o milho, o feijão e a mandioca, entre outros, ao lado de uma pecuária extensiva, onde predomina a criação de caprinos e ovinos (CAVALCANTI et al, 1998:376).

Na região semi-árida do Nordeste, além da agricultura familiar estar inserida predominantemente em pequenas unidades produtivas baseadas na utilização de técnicas produtivas tradicionais, esta atividade sofre os efeitos de um agravante que compromete o seu rendimento. Trata-se das secas, que periodicamente assolam a região e penalizam os produtores.

Para combater esses fatores negativos, de acordo com Cavalcanti et al (1998:376) deve-se destacar a necessidade de acesso dos pequenos produtores da região à tecnologia, como condição básica para a melhoria da qualidade de vida, de forma a fixar esses pequenos produtores no campo, evitando assim o êxodo rural.

Segundo esses autores, as características da agricultura familiar nordestina citadas acima e, de modo especial, as condições climáticas, podem ser responsáveis pelo atraso da agricultura praticada na região, assim como pelo baixo nível tecnológico desses agricultores; mas isso não se dá pela falta de tecnologias disponíveis ou adaptadas às condições locais, já que as tecnologias desenvolvidas ou adaptadas para as áreas de sequeiro possibilitam a exploração de pequenas propriedades, com menor risco de insucesso, tornando-a capaz de enfrentar as limitações de chuvas. Para os citados autores, o atraso da agricultura da região semi-árida do Nordeste deve ser atribuído, em parte, à pouca ou nenhuma utilização de alternativas tecnológicas, no que se refere aos pequenos produtores.

Assim, caracteriza-se a agricultura familiar da região semi-árida do Nordeste brasileiro: predomínio da produção de subsistência, com baixo rendimento, muitas vezes insuficiente para garantir a sobrevivência da família; praticada através de métodos de produção tradicionais, praticamente inexistindo o uso de inovações tecnológicas e, como agravante, exposta aos riscos das limitações pluviométricas e às irregularidades das chuvas que ocorrem no semi-árido.

O presente trabalho tem, como objeto de estudo, a agricultura familiar do município de Queimadas, no Estado da Paraíba. Trata-se de um município localizado na microrregião denominada Agreste da Borborema, no semi-árido paraibano. Contando com uma área de 362 km², aqui predomina a pequena produção, de caráter familiar. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho será fazer-se uma análise da sua agricultura familiar, procurando-se averiguar como a referida atividade está organizada e quais são os seus aspectos destacáveis e, também, quais são as suas perspectivas, principalmente no que se refere às expectativas de sustentabilidade.

A motivação para o estudo da atividade agrícola familiar surgiu do fato de ser esta atividade – produção familiar – apontada como de grande importância para a atividade econômica dos países. Diante disso, surge o interesse em estudar como se estrutura esta atividade num caso específico situado numa das regiões mais pobres do Brasil, um município do semi-árido nordestino.

O município de Queimadas, como já referido, situa-se no semi-árido nordestino, no Estado da Paraíba, onde tem sofrido, com bastante intensidade, as conseqüências das secas periódicas que assolam o seu território. Sendo a agricultura familiar predominante no seu território, também se sobressai – pode-se dizer, quase totalmente – a prática de técnicas de produção arcaicas, baseadas no uso intensivo da mão-de-obra.

O fator climático vem a ser mais um elemento a tornar complexa uma discussão que se faz necessária, acerca da sustentabilidade da citada atividade na região, sobretudo no que diz respeito ao aspecto econômico. Conforme abordado no conceito da sustentabilidade, é preciso que o homem – ou a sociedade – passe a utilizar métodos produtivos que proporcionem melhor aproveitamento dos recursos naturais e econômicos, de forma a controlar a degeneração da natureza e, assim, garantir, às gerações futuras, a sua sobrevivência e sua reprodução. Desta forma, admite-se que o modelo atual de exploração dos recursos naturais é insustentável e que a sua utilização contínua coloca em risco a sobrevivência das gerações futuras. Com este quadro, a busca da sustentabilidade deve passar pelo uso controlado (e não racional, no sentido neoclássico do termo) dos recursos naturais.

Quanto à região semi-árida do Nordeste, onde se situa o município objeto de estudo deste trabalho, destacam-se dois agravantes que embotam o processo, o primeiro de natureza especificamente econômica; trata-se do baixo nível de renda, que tem relação simbiótica com o baixo nível de produtividade na região que, por sua vez, está ligado à produção sob técnicas tradicionais; já o segundo se refere ao aspecto climático referido acima, as secas, que ocorrem regularmente na região, agravando ainda mais as suas condições de sobrevivência. Ante este quadro abordar-se-á, neste trabalho, a questão da sustentabilidade econômica da atividade agrícola familiar no município estudado.

O presente trabalho tem início com a presente introdução, vindo a seguir uma abordagem teórica a respeito do tema, onde serão explorados trabalhos anteriores que ofereçam um entendimento do que venha a ser a agricultura familiar no seu aspecto geral. A seguir, será feita uma abordagem da viabilidade econômica, onde ficará exposto o conceito que se adota para este tema no presente estudo.

Dando seguimento, abordar-se-á a questão da sustentabilidade, onde se procurará explorar estudos teóricos que tratam da possibilidade da agricultura familiar oferecer aos produtores inseridos neste tipo de exploração agrícola, a possibilidade de sobrevivência através da prática da produção sob os moldes familiares, garantindo a sobrevivência das

gerações futuras, onde também deverá ser abordada a questão da preservação do meio ambiente, através de uma exploração produtiva que procure utilizar "racionalmente" os recursos naturais.

Ainda neste capítulo a agricultura familiar deverá ser abordada no âmbito dos países desenvolvidos, do Brasil e da região Nordeste brasileira, onde se encontra o município objeto deste estudo. Em relação ao material a ser utilizado nesta fase da pesquisa, contar-se-á com material bibliográfico e dados do Censo Agropecuário de 1995-1996.

No segundo capítulo, abordar-se-á a agricultura familiar no município de Queimadas, tratando das suas dimensões econômica, social e ambiental. Nesta fase da pesquisa, contar-se-á com dados colhidos através de pesquisa secundária, em Censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e, também, na relação de agricultores inscritos no INCRA.

O terceiro capítulo terá caráter analítico e será baseado nos dados colhidos em pesquisa de campo, onde se entrevistará uma amostra de agricultores familiares do município, realizando-se, a seguir, a análise dos dados coletados. Serão observadas, nesta parte do trabalho, a análise da viabilidade da agricultura familiar no município e suas perspectivas de sustentabilidade.

Serão destacadas, neste capítulo, a verificação da presença de atividades não agrícolas na zona rural do município e a sua importância para a sobrevivência dos pequenos produtores. Procurar-se-á detectar as formas de renda não agrícolas existentes no meio rural do município, dando especial destaque à contribuição específica da Previdência Rural que, aparentemente, tem tomado importante peso na renda da população rural do município.

Por fim, serão apresentadas as conclusões finais do trabalho.

CAPÍTULO I

ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Introdução

No presente capítulo tem-se, como objetivo, fazer uma abordagem teórica ao objeto de estudo deste trabalho, a saber, a agricultura familiar, destacando-se a conceituação das categorias aqui empregadas. Inicialmente, define-se o conceito empregado para a agricultura familiar, no âmbito deste trabalho e, na busca da sua definição, fazem-se referências a algumas posições de estudiosos do tema.

O segundo aspecto a ser abordado diz respeito à idéia da viabilidade econômica, procurando-se deixar claro qual o entendimento que se tem em relação a esta categoria no âmbito deste trabalho.

O terceiro aspecto refere-se à conceituação da sustentabilidade. Neste ponto, faz-se um rápido histórico da idéia de sustentabilidade, enfatizando o seu surgimento e, em seguida, coloca-se o entendimento que se tem neste trabalho a respeito da citada categoria analisada.

A seguir, aborda-se a questão da agricultura familiar nos países desenvolvidos. Procura-se deixar claro as características desta atividade nesses países, abordando as relações de produção inseridas no seu interior, além do nível técnico empregado. Destaca-se, neste ínterim, a sua presença nos Estados Unidos e na Europa.

Prosseguindo, a agricultura familiar é destacada no âmbito do Brasil abordando-se, inicialmente, a sua origem colonial, enfatizando as suas características na época do Brasil-Colônia. Em seguida, abordam-se o processo de modernização e suas conseqüências para a agricultura brasileira, dando ênfase aos resultados da inovação tecnológica sobre a produção de caráter familiar.

Continuando, aborda-se a agricultura familiar no Nordeste brasileiro destacando-se as principais características da agricultura familiar nordestina, como a sua estrutura fundiária, as principais lavouras cultivadas, a presença da pecuária e, também, os efeitos da

seca sobre a região. Assim, aborda-se a questão dos desafios da sustentabilidade da agricultura familiar na região.

1.1. Uma Abordagem Conceitual

É importante que se inicie este trabalho fazendo-se uma exposição conceitual, de forma que não restem dúvidas sobre as categorias que serão trabalhadas. Com este intuito é que se iniciará tal discussão, abordando-se o conceito de agricultura familiar, que será o norteamento geral deste trabalho; em seguida, será o conceito de viabilidade econômica que será abordado. Por fim, será tratada a conceituação da sustentabilidade na agricultura familiar.

1.1.1. Agricultura Familiar

Tratar da agricultura familiar requer, antes de tudo, que se enfrente o problema da sua definição. É imprescindível, também, que se consiga responder às seguintes questões: o que significa dizer que grande parte da produção agrícola mundial, nos dias de hoje, advém da exploração familiar? Quais são as características próprias de tal exploração, que a torna diferente da produção patronal, que caminha ao seu lado?

Esta conceituação não é fácil de ser alcançada, haja vista a diversidade de formas que a atividade agrícola praticada no âmbito da família, encerra; todavia, é necessário considerar-se que, se por um lado esta diversificação dificulta a construção intelectual de uma definição, a fim de que se possa ter melhor entendimento do objeto em questão, por outro lado, tal diversidade enriquece o seu valor cultural.

Ao longo dos anos, a agricultura familiar tem sido objeto de vários estudos realizados por cientistas sociais em cujas análises fica claro a dificuldade enfrentada por esses estudiosos, quanto à definição clara do que vem a ser este tipo de exploração da agricultura, especialmente nos dias atuais. Em virtude dessas dificuldades, encontram-se na literatura existente, a respeito do tema, diversas opiniões, desde aqueles estudiosos que

afirmavam que a agricultura familiar deveria desaparecer num futuro próximo, até aqueles que argumentam que ela será a forma predominante – ou mais importante, na produção agrícola.

Em estudo realizado em Quebec, no Canadá, Jean (1994:51) aborda a questão da seguinte maneira:

Há mais de um século, o futuro da agricultura familiar tem sido alvo de um número impressionante de especulações as mais diversas. Se muitos tomavam sua defesa, mais de um profetizava seu desaparecimento próximo, ilustrava seu processo de decomposição para dar lugar a uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola, seja fazenda capitalista para uns ou a fazenda coletiva para outros. De todos os lados tentaram nos fazer crer que sua tarefa histórica se acabava e que ela iria desaparecer para transformar-se numa espécie de "objeto" inanimado, de interesse apenas para as ciências historiográficas e etnográficas, neste caso, fora do campo de preocupação da sociologia e da economia rural.

Dando continuidade, o autor rebate esta posição, da seguinte forma:

Por outro lado, a produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se, de reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura socioeconômica e isto, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste a oeste, nos quais ela foi levada a evoluir ...

Fica evidente, a partir de Jean, que no mundo real são contestadas as opiniões pessimistas a respeito da importância da produção familiar para o futuro da agricultura. Conforme se pode observar em uma grande quantidade de estudos empíricos realizados, a agricultura familiar não só foi capaz de manter-se ao longo dos anos, como tem crescido substancialmente nos últimos anos.

Para alguns estudiosos da agricultura familiar, são considerados estabelecimentos agrícolas familiares aqueles onde a mão-de-obra utilizada, se não é totalmente familiar, utiliza-se pouca mão-de-obra assalariada, de forma que o trabalho familiar seja predominante. Dentre eles, destacam-se Radoje Nikolitch, pesquisador do United States Department of Agriculture (USDA) e o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos. De acordo com Abramovay (1992:140) para Nikolitch "(...) o que define um estabelecimento familiar não é o seu tamanho físico, nem seu volume de vendas ou o montante de recursos ali investidos e, sim, o grau em que a gestão e o trabalho no estabelecimento se apóiam efetivamente na família e em seus membros".

Conforme Abramovay, o que Nikolitch deseja colocar, baseando-se no seu estudo sobre a economia norte-americana entre 1959 e 1964, é que a agricultura familiar pode assentar-se num estabelecimento de tamanho pequeno, médio ou grande, e pode ser dotada de uma grande integração com o mercado, ser muito produtiva ou não; mas o que realmente caracteriza um estabelecimento agrícola como familiar diz respeito ao tipo de mão-de-obra presente na atividade produtiva. Para ele, uma unidade produtiva é efetivamente familiar se a gestão da produção estiver a cargo da família e, caso haja utilização de mão-de-obra assalariada, que seja num número relativamente pequeno, de forma que a utilização do trabalho da família seja predominante.

Já Rodefeld, também economista do USDA, por sua vez e já nos anos 1970, contesta a argumentação de Nikolitch, no que se refere à presença do trabalho assalariado na unidade produtiva. De acordo com Abramovay (1992:149),

Determinar a natureza social do estabelecimento apenas pelo tipo de trabalho nele realizado é impróprio, argumenta Rodefeld (1973). É preciso levar em conta também o tipo de relação com a terra. E neste sentido, não se pode considerar como familiares aqueles estabelecimentos cujos operadores não sejam seus proprietários.

Assim, para Rodefeld a questão da propriedade da terra é o aspecto mais importante a ser considerado na classificação da produção, o que significa que, no caso daqueles produtores cuja mão-de-obra utilizada na produção é familiar, mas não detêm a propriedade da terra, como é o caso dos posseiros e de pequenos arrendatários, para ele esses produtores não podem ser considerados familiares.

Já se reportando à agricultura britânica, Abramovay (1992:165-166) relata os critérios propostos por Gasson *et al* para definir a produção familiar na agricultura: “a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e c) o controle é transmitido de uma geração para outra, dentro da mesma família”.

No que diz respeito à questão do gerenciamento do estabelecimento, Neves por sua vez, coloca:

A despeito de o produtor se dedicar o ano todo à sua unidade produtiva, isto não significa que é seu trabalho o responsável pela produção concreta. Ele pode ser utilizado no cuidado com os instrumentos de trabalho, com a administração dos trabalhadores, no preparo e negociação para a venda das mercadorias. Embora tarefas

necessárias à produção, elas não são em si mesmas as que geram o produto final (NEVES, 1998:72).

Tem-se, então, o caso em que o produtor não se dedica diretamente à atividade produtiva, mas está empenhado nas atividades que viabilizam a produção. Neste caso, encaixam-se as unidades que utilizam apenas mão-de-obra familiar e também as explorações em que a família não dispõe de um montante de mão-de-obra exigida pela produção, sendo necessária a contratação de trabalho assalariado. Seja qual for dos dois casos, o que merece destaque é que o gerenciamento da produção está nas mãos da família, e este é um aspecto que diferencia a produção familiar da exploração capitalista, cuja imagem é representada pela presença de um trabalhador³ especializado, contratado para assumir a administração da produção.

Por outro lado, Lamarche (1993:15) adota a seguinte definição para a unidade familiar de produção agrícola:

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Foram expostas, até aqui, algumas das diversas opiniões dos estudiosos que se dedicam à agricultura familiar. Falta a exposição de qual será o conceito de agricultura familiar a ser utilizado neste trabalho.

De acordo com o exposto até aqui, pode-se considerar que não há um conceito único ou unificador para a agricultura familiar; o que há é uma diversidade de opiniões de estudiosos que se dedicam à questão e isto é, na realidade, uma consequência da diversidade da própria atividade agrícola praticada no âmbito da família, deixando claro que não se tem como eleger um estereótipo desta atividade, que apresenta, nas diferentes realidades, formas diversas. Diante disso, fica evidente que, para cada região analisada, dever-se-á procurar construir uma definição própria para este tipo de atividade.

Assim, considera-se aqui que a exploração familiar não é um modelo de exploração agrícola fechado em si mesmo mas, sim, uma forma de produzir da agricultura, que tem

³ É importante lembrar que este não é um simples trabalhador identificado com o conjunto da força de trabalho no capitalismo. Trata-se de um trabalhador especializado que, segundo Marx, identifica-se com a classe capitalista, luta pelos interesses desta última, e não pelos interesses dos trabalhadores.

como característica definidora a participação da força de trabalho familiar na atividade produtiva, seja participando da produção direta ou gerenciando o processo produtivo, agregando, entretanto, diferenças internas de uma unidade para outra, no que se refere às características relativas à organização da produção e do trabalho.

Considerar-se-á, neste trabalho, como exploração agrícola familiar, aquela unidade produtiva onde o trabalho seja realizado predominantemente pela mão-de-obra da família, sendo que, caso haja utilização de mão-de-obra externa, a administração da produção seja exercida pela família e que o estabelecimento tenha acesso ao mercado, considerando-se este acesso não apenas em termos da venda da produção mas, também, no sentido da compra dos insumos necessários ao processo produtivo. Inclui-se, ainda, a produção destinada à subsistência. Será também considerado para fins de delimitação para a pesquisa de campo e utilização de dados secundários, um limite de área das propriedades em 100 hectares. Utilizar-se-á esta metodologia devido ao fato dos dados agregados não fornecerem condições de se analisar a presença do trabalho familiar e a integração com o mercado para os estabelecimentos por extratos de área.

1.1.2. Viabilidade Econômica

Neste trabalho, considerar-se-á economicamente viável o estabelecimento que ofereça ao agricultor e à sua família uma produção que garanta o mínimo de bens necessários à subsistência.

É preciso lembrar que, para isto, muito embora uma família no campo possa se encontrar numa situação considerada de grande pobreza, caso migrasse para a cidade ela estaria em situação pior, já que no campo ela pode produzir alimentos para a sua subsistência. Na cidade, considerando-se o baixo nível de educação da população advinda do campo, certamente acarretaria o desemprego e não contaria mais com a ajuda que a agricultura lhe proporciona para a subsistência. Além disso, a vida urbana demanda outros custos, que não teria condições de pagá-los.

Desta forma, o êxodo rural torna-se um grande agravante para a situação da família oriunda do campo, uma vez que o baixo nível de instrução condena os membros da família ao desemprego e ao subemprego, levando-os a uma condição de pobreza extrema. Diante

disto, não se pode considerar apenas os indicadores tradicionais de viabilidade econômica de uma atividade para analisar a agricultura familiar do município, mas se faz necessário relacionar a situação da família no campo com a situação em que esta ficaria diante de uma possível migração. Desta forma, no conceito de viabilidade econômica aqui empregado para a agricultura familiar, considera-se viável o estabelecimento cuja receita mensal ultrapasse o salário-mínimo, que é a renda percebida pela maioria das pessoas de baixo nível de instrução, que trabalham na cidade.

1.1.3. A Sustentabilidade

A discussão sobre a necessidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável nasce, inicialmente, dando-se ênfase à questão ecológica. Os primeiros debates a respeito e os primeiros trabalhos publicados, dão bastante ênfase ao problema que o desenvolvimento econômico, centrado na utilização intensiva dos recursos produtivos, especialmente os naturais, tem causado ao meio ambiente que, como se coloca, não é ilimitado; os recursos naturais são limitados e, se explorados exageradamente e de forma não planejada, as gerações futuras serão punidas, haja vista que tais bens escassos, devido à sua exploração ampliada, serão extintos. Assim, compromete-se o futuro da humanidade através da prática atual de exploração desordenada da natureza.

Esta preocupação a respeito dos resultados ambientais do atual modelo de desenvolvimento nasce principalmente nos Estados Unidos e se volta sobretudo para a produção agrícola, uma vez que o uso dos fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas pesadas, preconizado pela chamada "Revolução Verde", degrada o meio ambiente, seja poluindo o solo e as águas, no caso dos agentes químicos, seja removendo os solos férteis e causando a erosão, no caso das máquinas (EHLERS, 1996:97-99).

É na década de 1980 que o ideal da sustentabilidade se torna expressivo em diversos países, originado da divulgação do Relatório Brundtland, em 1987, um documento elaborado a partir de uma conferência realizada em Estocolmo, na Suécia, onde vários países se reuniram para debater os problemas causados pelo atual modelo de desenvolvimento e em pensar em alternativas viáveis, que trouxessem novas perspectivas para o futuro da humanidade.

Neste sentido:

O Relatório Brundtland elaborou o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como processo de mudança em que o uso de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais, concretizam o potencial de atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro (BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991:182).

Este conceito procura combinar eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. O desenvolvimento sustentável seria alcançado a partir da justiça social que, por sua vez, o seria a partir da utilização econômica dos recursos naturais, de maneira prudente.

A preocupação social foi incluída neste relatório, elaborado em Estocolmo, devido à pressão exercida pelos países em desenvolvimento, presentes na citada conferência, que levaram à mesa a questão ambiental, como efeito da questão social. Para tais países:

...A melhoria da qualidade ambiental dos países em desenvolvimento dependeria da obtenção de melhores condições de saúde, educação, nutrição e habitação apenas alcançáveis através do desenvolvimento econômico. As considerações ambientais deveriam,, portanto, ser incorporadas ao processo de desenvolvimento integral (BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991:181).

É preciso lembrar que essa discussão está sobrecarregada de interesses dos países industrializados, talvez por isso a questão humana seja deixada como item acessório, dando-se maior ênfase à questão ambiental. Coloca-se o combate à pobreza como meio de preservar o meio ambiente, deixando claro que, no âmbito deste conceito, elaborado sobretudo a partir dos interesses dos países desenvolvidos, a questão ambiental se torna central, ficando a questão da pobreza humana em plano secundário. Obviamente, não há nada a se colocar aqui contra a questão ambiental; pelo contrário, a necessidade de conservação ambiental é evidente; todavia, é necessário que se incorpore, no debate e de fato, a questão propriamente humana.

Além de mudar o modelo consumista implantado pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, é imprescindível distribuir a renda. Desenvolvimento para todos – e não como se concebe o desenvolvimento nos dias atuais – é o de que se precisa.

Deste modo considerar-se-á, neste trabalho, como desenvolvimento sustentável, aquele que promova a melhoria das condições de vida, respeitando um horizonte que

visualize o bem-estar das gerações futuras, contemplando o meio ambiente, mas que considere, acima de tudo, o desenvolvimento humano, de forma a procurar reduzir as desigualdades sociais e integrar as pessoas atualmente marginalizadas ao consumo. Entende-se, neste trabalho, que será sustentável a sociedade que garantir o direito à vida, em condições dignas, a todos.

A agricultura familiar, por sua vez, será sustentável se garantir essas condições de dignidade para o agricultor e sua família. É fato consumado que nos dias atuais a unidade produtiva não pode ser independente do mercado, tal como era (ou ainda é em alguns lugares) a agricultura camponesa. Nos dias contemporâneos, as relações mercantis estão presentes no dia-a-dia de qualquer comunidade. Não há como sobreviver sem levar a produção até o comércio ou sem consumir produtos obtidos por via da troca.

↘ Sendo assim, a produção sustentável será aquela que permitirá ao produtor retirar dela as condições mínimas de sobrevivência da sua família, em condições dignas, garantindo aos seus descendentes a possibilidade de desenvolverem suas potencialidades, respeitando o meio ambiente dizendo, em outras palavras, que os filhos dos agricultores tenham acesso aos bens sociais, como educação e saúde, que lhes permita um completo desenvolvimento.

1.2. A Agricultura Familiar nos Países Desenvolvidos

Abordar a agricultura familiar nos países desenvolvidos é, antes de tudo, tratar da agricultura familiar que tem dado bons resultados. Estudos realizados nesses países revelam que este ramo da atividade agrícola tem presença cada vez mais significativa. Tratar-se-á, neste ponto, deste tipo de exploração agrícola nos Estados Unidos e na Europa.

No que se refere aos Estados Unidos, a agricultura familiar é tida como um setor produtivo muito importante, pela sociedade americana. É como se a sua produção fosse primordial para o bem-estar da população do país (VEIGA, 1991:111) o que pode ser explicado pela importância que este tipo de agricultura tem assumido no país como veículo de manutenção dos baixos preços dos alimentos.

Tal capacidade de venda da sua produção a baixos preços é decorrente de alguns fatores, a saber: em primeiro lugar, da ação do Estado, que age regulando a produção

familiar, de forma a controlar os seus níveis de preços; da livre concorrência, que assola este tipo de produção agrícola e torna os agricultores individuais suscetíveis aos ditames do mercado; e da contínua corrida pela inovação tecnológica, pois através da inovação aqueles agricultores que saem na frente – ou seja, os primeiros a adotarem determinada inovação – conseguem auferir um excedente de renda durante certo tempo, até que os demais agricultores, ou por assim dizer, os seus concorrentes, adotem a mesma inovação, eliminando as vantagens do inovador (VEIGA: 1991:91-123).

É importante salientar que, mesmo nos Estados Unidos, a agricultura familiar não é privilegiada com grandes lucros mas, pelo contrário, algumas pesquisas realizadas denotam que também neste país tal ramo da agricultura apenas garante ao produtor a sobrevivência da sua família, porém é preciso convir que o padrão de sobrevivência do americano é bastante elevado em relação ao de muitos países; no entanto, o mais importante a observar aqui é este aspecto: mesmo nos Estados Unidos, a agricultura familiar não permite ao produtor acumular um grande volume de excedente (ABRAMOVAY:1992:214).

A princípio, parece estranho que uma produção dotada de técnicas modernas de produção, como é o caso americano, não consiga acumular, mas a explicação está justamente neste ponto: a busca contínua por tecnologias inovadoras, condição básica para que o produtor se mantenha no mercado, já que a concorrência é forte e os custos estão continuamente baixando, leva o produtor a gastar o seu excedente com a aquisição dessas técnicas produtivas inovadoras (ABRAMOVAY, 1992:215-216).

É interessante lembrar, também, a questão do tamanho da unidade produtiva. A exploração familiar nos Estados Unidos não pode ser caracterizada como pequena, apenas pelo seu tamanho em extensão. Como já foi lembrado, a produção familiar americana é marcada pela presença da inovação tecnológica, da utilização de técnicas modernas; sendo assim, uma unidade produtiva extensamente pequena tem um rendimento bastante elevado em relação a uma unidade do mesmo tamanho, que não utilize estas inovações. Além disso, deve-se lembrar, também, que mesmo do ponto de vista do tamanho extensivo há, neste país, explorações familiares de tamanho médio, e até mesmo grande. Abramovay (1992:155) baseando-se em trabalho realizado pelo U.S. Congress Office of Technology Assessment em 1886, coloca: “Apenas 5% dos estabelecimentos grandes e muito grandes pertencem a corporações que *não são* propriedade de famílias”.

A presença da propriedade familiar em grandes corporações explica-se, segundo ele, pelo fato de que muitos estabelecimentos familiares adotam o estatuto jurídico de corporação por razões de ordem fiscal ou de sucessão hereditária; mas o que interessa é enfatizar que, na agricultura americana, a presença das *corporate farms*, que é sinônimo de concentração da terra – e que, de acordo com o censo realizado pelo USDA e publicado em 1978, ocupavam 10% da superfície agrícola - não significa presença absoluta da agricultura capitalista. Também nas grandes corporações a produção familiar se faz presente, ratificando de vez o seu predomínio nos Estados Unidos.

Vale a pena salientar ainda que nos setores onde a agricultura familiar predomina nos Estados Unidos, percebe-se a ausência de grandes corporações. O domínio da agricultura familiar típica se dá na oferta de cereais, tabaco, algodão, sementes e forragens. Já as grandes corporações predominam na produção de carne bovina, aves, frutas e legumes. De acordo com Abramovay (1992:146):

Exatamente nos setores onde a produção familiar é predominante, é que os Estados Unidos conseguem exercer um controle impressionante sobre o comércio mundial, assegurando 48,5% das vendas de trigo, 60,1% da de cereais forrageiros e nada menos que 86% das de soja...

O que se percebe, concluindo, é que a presença da agricultura familiar nos Estados Unidos tem sido fundamental para o desenvolvimento do país, haja vista que tem sido instrumento utilizado pela política agrícola para o barateamento de preços.

Assim como no caso americano, a agricultura familiar européia é caracterizada por uma intensa utilização de tecnologia na produção e, obviamente, por um elevado nível de produtividade. Apesar da devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial no continente europeu, destacando-se o desastre provocado sobre o setor agrícola, o que resultou na falta de alimentos e na proliferação da fome no continente, os agricultores europeus conseguiram, num curto espaço de tempo, transformar o continente numa potência agrícola mundial, grande produtora de alimentos que, inclusive, sofre nos dias atuais problemas relacionados à sua modernização acelerada e em larga escala.

Superprodução, armazenamento de excedentes, danos ambientais provocados pelo uso de insumos químicos e endividamento de alguns agricultores que não conseguiram liquidar suas dívidas, ocasionadas pela corrida incessante na busca da transformação da base técnica produtiva, são alguns desses problemas (ABRAMOVAY, 1992:178).

É importante registrar que, além de garantir o consumo alimentar no próprio continente, a agricultura familiar europeia ainda concede à Europa, hoje, o lugar de segundo exportador de produtos agrícolas, situando-se logo após os Estados Unidos (ABRAMOVAY, 1992:178). Isto foi possível devido a um grande número de transformações ocorridas neste ramo da agricultura do continente, em que o papel do Estado tem sido fator crucial.

De acordo com Abramovay (1992:180) a presença do Estado se faz em quase todos os momentos: ele interfere diretamente na organização dos mercados, no nível tecnológico utilizado pelos agricultores e também na evolução das estruturas fundiárias; mas esta interferência, como se viu acima, tem produzido bons resultados tanto para os agricultores familiares quanto para a sociedade em geral, que dispõe de produtos alimentares que apresentam baixos preços e boa qualidade.

Outro aspecto que merece maior atenção, no que se refere à agricultura familiar europeia, diz respeito ao tipo de modernização que lhe foi implantada. Assim como nos Estados Unidos, este aumento alcançado da produtividade, resulta do uso, em larga escala, de insumos de natureza química, como os fertilizantes e pesticidas, e de natureza biológica, o caso das sementes melhoradas⁴.

Conforme afirma Abramovay (1992:183) o forte *êxodo agrícola*⁵ ocorrido no continente europeu, exerceu influência sobre a implantação da modernização. A redução do contingente de pessoas dedicadas à atividade agrícola levou à queda no número de estabelecimentos. Em vista disso, ocorreu um crescimento considerável do tamanho médio dos estabelecimentos, e o recurso ao uso de máquinas, como tratores e colheitadeiras, tornou-se a saída para atender às necessidades técnicas do processo produtivo.

Não se deve considerar, todavia, que a agricultura familiar europeia seja marcada por uma forte concentração da terra. Pelo contrário, nos países europeus a presença de unidades produtivas de tamanho médio e pequeno é uma realidade. Não obstante, a cooperação entre os pequenos proprietários, no que se refere à partilha ou aluguel de máquinas, tem-lhes permitido acompanhar a elevação da produtividade do trabalho, contrabalançando as limitações da estrutura fundiária (ABRAMOVAY, 1992:184).

⁴ Muito embora se saiba que a utilização de máquinas pesadas e insumos químicos afetem o meio ambiente, esses efeitos não serão objeto de estudo deste trabalho, no âmbito dos países desenvolvidos.

⁵ Como o autor explica, *êxodo agrícola* significa a redução do número de pessoas que desenvolvem atividades agropecuárias. É preciso atenção para não confundir-lo com o *êxodo rural*.

O caso da Inglaterra merece especial destaque, por se tratar do país de vanguarda nas relações capitalistas de produção. Por causa disso e devido ao esse seu pioneirismo, a economia clássica considerava que o futuro da sua agricultura seria a generalização do chamado *modelo tripartite*, isto é, a separação entre proprietários fundiários, empresários capitalistas agrícolas e trabalhadores expropriados. O que essa leitura clássica profetizava, então, era o fim da agricultura camponesa inglesa e a proliferação da produção baseada em grandes propriedades, organizada como empresa agrícola e explorada pela mão-de-obra assalariada.

A realidade britânica atual, no entanto, tem-se revelado diferente do que esperavam os clássicos. De acordo com Abramovay (1992:164) a estrutura social da agricultura deste país caracteriza-se fundamentalmente pelo caráter familiar da produção; trata-se de uma agricultura familiar moderna, com uma estrutura fundiária não muito fragmentada: segundo dados colhidos por Abramovay (1992:167) a partir de um estudo realizado por Servolin, 82% da superfície agrícola útil na Inglaterra encontram-se com os estabelecimentos de mais de 50 hectares.

Quanto à questão da mão-de-obra utilizada, assim como nos países desenvolvidos de forma geral, a quantidade de trabalhadores agrícolas vem caindo vertiginosamente. No caso inglês, a queda no trabalho assalariado tem sido mais acentuada que no trabalho familiar: em 1986, o trabalho familiar na Grã Bretanha representava 63% do total de trabalho utilizado. Quanto ao trabalho assalariado, os assalariados permanentes que em 1977 representavam 22,4% da força de trabalho agrícola utilizada na Inglaterra e no País de Gales, chegam a 1986 representando 17,9% dessa força de trabalho. Em relação ao trabalho assalariado temporário, a redução percentual entre 1977 e 1986 foi de 6,6% (ABRAMOVAY, 1992:169).

Deve-se ter em mente, todavia, que o emprego de uma pequena quantidade de trabalhadores assalariados na grande maioria dos estabelecimentos agrícolas deve-se às necessidades técnicas do processo produtivo. A agricultura familiar britânica é uma atividade inovadora, moderna, que requer restrito uso de força de trabalho.

A presença do *part-time farming*⁶ também é uma realidade na Inglaterra, e não se trata de evidência de uma transitoriedade para a proletarização. Não são, unicamente, as faixas de estabelecimentos mais pobres que estão recebendo a contribuição de rendas não

⁶ Part-time farming são estabelecimentos em que há a presença de atividades não agrícolas.

agrícolas; as faixas de estabelecimentos melhor colocadas também recorrem a estas rendas. Assim, o estabelecimento familiar britânico está deixando de ser exclusivamente agrícola e diversificando as suas atividades, uma forma de adaptar-se às novas circunstâncias.

O caso da França merece especial destaque, tendo em vista a importância histórica que o seu campesinato desempenhou para a consolidação da agricultura familiar naquele país. Nos séculos XVIII e XIX o campesinato francês era bastante numeroso e constituía uma força política decisiva. Por conta disso, o seu apoio foi de grande valor para a vitória da burguesia na Revolução, no século XVIII. Em retribuição a essa aliança, após a revolução os burgueses expulsaram os grandes proprietários fundiários das instâncias de poder⁷ (VEIGA, 1991:49).

Este fato foi fundamental para a constituição da agricultura familiar moderna naquele país, uma vez que, a partir da suplementação da ideologia feudal, a agricultura do país passaria por um processo de transformação, em que os antigos costumes feudais iriam sendo substituídos pela ideologia de mercado que, no que se refere aos camponeses, além de libertá-los dos antigos impostos feudais e de uma hierarquia social que lhes impunha uma condição de total subserviência em relação ao senhor, implantou a busca pelo aumento da produtividade e a ideologia do consumismo.

A partir da entrada das relações capitalistas no campo, a agricultura camponesa deixava de ser uma atividade semi-autárquica, como o fora no regime feudal, onde a família camponesa produzia quase tudo que consumia, e passava a produzir vislumbrando o mercado, pois a venda de seus produtos lhe permitiria adquirir novos bens de consumo que o mercado lhe oferecia; mas para entender melhor esse processo, será de bom alvitre fazer uma pequena abordagem sobre história da agricultura francesa.

No século XVIII a agricultura francesa se subdividia em dois blocos: de um lado, estavam os grandes domínios, que eram as terras de propriedade de nobres, altos membros do clero e de alguns burgueses. Essas terras eram cultivadas por arrendatários ou parceiros; do outro lado estava o bloco dos proprietários parceiros, representado por lavradores, por trabalhadores braçais das explorações mais importantes e, sobretudo, por pequenos camponeses (LAMARCHE, 1993:97).

⁷ Não se deve esquecer, todavia, que a saída dos grandes proprietários das instâncias de decisão política interessava diretamente à burguesia, que procurava, naquele momento, instituir-se enquanto classe dominante, suplantando a ideologia da sociedade feudal. Desta maneira, certamente não objetivava apenas demonstrar sua gratidão ao campesinato.

No século XIX a agricultura francesa passa por um processo de mudança. Trata-se da emancipação da agricultura camponesa e sua instalação numa situação relativamente confortável. Isto ocorreu a partir da introdução da revolução agrícola, fase que teria atingido o seu apogeu na segunda metade do século XIX, momento em que a lógica camponesa se torna hegemônica na agricultura daquele país⁸. Neste ensejo, as sociedades rurais são dominadas pelo campesinato. (LAMARCHE, 1993:98).

Esta situação de um campesinato crescente e modernizado, todavia, leva a agricultura francesa a uma situação de crise. Os camponeses se estruturam, modernizam-se e se industrializam e, como resultado, ocorre um grande crescimento da produção agrícola, o que leva a uma instabilidade nos preços e, daí, ocorre marginalização das explorações camponesas menos estruturadas, aquelas que não têm meios para enfrentar as condições adversas do mercado.

O resultado é a concentração da produção e o crescimento do êxodo agrícola. De acordo com Lamarche (1993:98) entre 1929 e 1955 desapareceram, na França, 1.700.000 explorações, dentre as quais quatro quintos tinham menos de cinco hectares. O resultado desfavorável para um grande número de camponeses é a lógica do modelo produtivista implantado com base na modernização da agricultura e na busca constante pelo aumento da produção e da produtividade.

É interessante destacar que os séculos XVIII e XIX foram marcados na agricultura da França, pela revolução técnica, enquanto o século XX, desde o período entre as duas guerras mas, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, destaca-se pela introdução de uma “verdadeira” revolução na agricultura daquele país. Esta revolução é, assim, verdadeira, porque vai além das inovações técnicas; ela atinge todos os planos, desde o econômico e social ao cultural (LAMARCHE, 1993:99).

Desta forma, é engendrada a agricultura familiar contemporânea na França, dotada de agricultores que se diferenciam dos camponeses dos séculos anteriores, pois enquanto estes últimos exerciam suas atividades de forma semi-autárquica, o agricultor familiar moderno assumia uma postura diferente, diante do processo produtivo e da sociedade. A

⁸ Ou seja, com a derrocada das relações feudais e florescimento do mercado, torna-se necessário uma produção de alimentos em escala crescente para alimentar as cidades crescentes. Diante dessa nova realidade, a produção camponesa – agora produzindo apenas bens agrícolas – torna-se hegemônica e a lógica da agricultura no país passa a ser a lógica camponesa.

sua produção tem, como destino, o mercado, tendo como fim garantir a renda necessária para garantir o consumo da família⁹.

Assim, a modernização da agricultura familiar francesa não assume um caráter meramente técnico; de fato, ela se realiza devido a um grande esforço em busca de educação e ao enquadramento técnico e sindical do campesinato, graças a uma profunda vontade de certas camadas sociais camponesas, de tomar para si a construção do seu futuro (LAMARCHE, 1993:99).

A adoção do modelo produtivista pelos agricultores familiares franceses teve como efeito indesejável a superprodução, culminando, por sua vez, na instabilidade dos preços. A partir dos anos 50, a França passou a ter crises de superprodução, afetando principalmente as pequenas e médias explorações familiares, já que os grandes produtores tinham melhores condições para enfrentar a crise.

Com a instabilidade nos preços, os pequenos e médios produtores ficam em dúvida em relação ao futuro das suas explorações. E a saída da crise passou pelo modo de funcionamento do próprio sistema capitalista:

... Desde o início, e mais ainda na segunda metade dos anos 60, um nítido movimento de concentração dos meios de produção se desenha por toda a França. Se, no começo a integração da agricultura na economia de mercado esteve apoiada sobre a grande massa de pequenos e médios exploradores familiares, a própria lógica de funcionamento do sistema capitalista precisou eliminar a grande maioria das explorações familiares, em proveito de uma minoria. Lembramos que, na França, a população ativa agrícola representava a quarta parte da população ativa total nos anos 50; em 1975, ela não representa mais do que 10,5% e cerca de 7%, hoje (LAMARCHE, 1993:101).

Esclarece-se que a implantação deste modelo pela agricultura familiar francesa está relacionada não apenas ao comportamento dos agricultores, influenciados pelos valores consumistas presentes na cidade e que já invadiam o campo. De fato, esta postura foi assumida também devido aos interesses do Estado e das empresas para-agrícolas que tinham o máximo interesse em transformar o setor semi-autárquico, como era anteriormente, num setor de produção dinâmica, que fosse ao mesmo tempo produtor e consumidor (LAMARCHE, 1993:98).

A partir de meados da década de 70, o panorama da agricultura familiar da França muda. Lamarche (1993:101-102) cita quatro motivos pelos quais, segundo ele, o quadro

⁹Nesse momento, a ideologia do consumismo que predominava no circuito urbano já penetrava nos campos.

em que se deve estudar os destinos das explorações familiares daquele país é modificado. O primeiro seria o desenvolvimento de uma indústria rural e a "reurbanização" dos campos. De acordo com Lamarche, com o surgimento de novos grupos sociais na sociedade rural, formados por administradores, operários, aposentados, ou seja, pessoas externas à prática da agricultura, há um sensível declínio das atividades agrícolas nas sociedades rurais, diante do qual não se pode mais pensar o lugar e o papel da agricultura familiar apenas sob o ângulo das relações de produção agrícola. Na realidade, o seu universo sofre mudanças com a inserção desses novos atores sociais, havendo também modificações nas relações sociais no campo, enquanto o segundo seria, por sua vez, a ideologia neo-ruralista que, segundo ele, vem trazer, para as sociedades rurais, uma mudança – e porque não dizer, uma inversão – de valores. Este movimento de idéias retoma a questão do produtivismo, da sociedade de consumo e do desperdício. Ele rejeita o grande, o moderno e exalta o pequeno, o local e o tradicional. Desta maneira, incentiva o desenvolvimento das unidades familiares pequenas vindo, assim, de encontro com uma realidade onde as pequenas unidades são marginalizadas, diante das condições que o mercado lhes impõe.

O terceiro seria a crise e o desemprego. Em relação a este motivo, Lamarche coloca que o crescimento do desemprego industrial nos dias de hoje inibe o êxodo em direção à cidade, porque impede que o Estado elabore políticas fundadas sobre o êxodo e, por outro lado, porque evita que os pequenos agricultores marginalizados vejam no êxodo a possibilidade de um futuro alvissareiro para seus filhos.

Finalmente, a superprodução agrícola. De acordo com Lamarche, esta realidade, que se faz presente na agricultura francesa desde longas datas, atualmente se encontra agravada. Deixou de ser um epifenômeno conjuntural para tornar-se uma endemia do sistema.

O problema da agricultura familiar francesa está, assim, na implantação do modelo produtivista que foi realizada. Transformar os estabelecimentos tradicionais camponeses em unidades produtivas eficientes e competitivas no mercado internacional tornou, de fato, a agricultura do país uma das mais importantes do mundo. De outro lado, no entanto, a crise de superprodução e a marginalização crescente dos pequenos produtores, daqueles sem estrutura para sobreviver às intempéries do mercado, colocam o citado modelo em cheque, levantando a necessidade de adoção de um novo modelo de produção.

Propostas neste sentido estão surgindo. Segundo Lamarche (1998:23) em julho de 1991 surgiu o plano MacSharry, que propõe uma nova definição da Política Agrícola Comum (PAC) cujo objetivo dessa nova política:

... seria reduzir a produção, permitindo a reprodução de um máximo de estabelecimentos. Essas propostas se inscrevem numa lógica de produção completamente diferente (produzir menos, mais barato, poluindo menos: os aspectos sociais têm preferência sobre os aspectos produtivos).

Conforme Lamarche (1998:23) se essas propostas forem seguidas, resultará no fim do modelo produtivista e do desenvolvimento de uma elite na agricultura que resulta dele. Substituir-se-á a tradicional política de sustentação de preços e de ajudas proporcionais ao volume de produção, por uma política que vise à sustentação dos pequenos produtores. Tal política visaria o encontro de um equilíbrio na renda dos produtores: haveria uma redução sensível na renda dos agricultores, e aqueles mais inseridos na lógica produtivista seriam forçados, pela nova situação, a procurar uma nova forma de produzir para manter sua renda, enquanto os agricultores mais tradicionais seriam ajudados a conseguir uma renda satisfatória.

Outro caso que merece especial destaque é o da Dinamarca. Abramovay (1992:193-196) que se refere ao caso dinamarquês, enfatizando que este país é o precursor na implementação da agricultura individual¹⁰. Segundo este autor, o desenvolvimento da agricultura na Dinamarca é decorrência da estrutura de apoio que foi criada como, por exemplo, a criação de um banco público de crédito já em 1788, que concedia empréstimos com baixas taxas de juros aos agricultores, a fim de possibilitar a aquisição de terras por parte desses. E neste sentido, em 1818 os agricultores daquele país já possuíam metade das terras que cultivavam, concedendo-lhes assim a sua cidadania plena. Isto permitiu a formação da classe média de camponeses e de uma estrutura agrária que, segundo o referido autor, serviu de base para a sociedade democrática do século XIX.

O que parece mais relevante destacar é a importância da reforma agrária como base para a formação desse agricultor dinamarquês, consciente da sua cidadania e bem estruturado economicamente. Neste sentido, a participação do Estado é de crucial importância, fazendo-se presente desde a organização da produção e das vendas de

¹⁰ Agricultura individual seria a exploração individual: o caso de pessoas solteiras ou viúvas que exercem a atividade no estabelecimento "sozinhas".

exportação, até a oferta de crédito. Além disso, é preciso destacar o papel do sistema de cooperativas, fundamental para a economia de exportação do país. Foi devido a esses fatores que a Dinamarca chegou à vanguarda, no que se refere à estruturação da agricultura familiar, o que a tornou um exemplo seguido pelos demais países europeus, como Inglaterra e França.

1.3. A Agricultura Familiar no Brasil

Falar da atividade agrícola familiar no Brasil requer que se faça, antes de tudo, recorrência à formação histórica da agricultura brasileira, enquanto atividade econômica organizada¹¹. Tal necessidade de recorrer à história explica-se pela importância determinante que o tipo de formação econômica do Brasil teve, e tem ainda hoje, na formação e caracterização da agricultura familiar que se formou no país, ao longo dos anos.

1.3.1. A Origem Colonial

A formação da agricultura brasileira, enquanto atividade organizada economicamente, coincide com o início da colonização do país pelos portugueses, datada no século XVI. É preciso lembrar, de início, que a colonização efetiva do Brasil não se deu logo após a ocupação, mas um pouco mais tarde.

Conforme coloca Furtado (1995:6) a efetiva colonização do território brasileiro se deu devido a pressões exercidas sobre Portugal e Espanha, pelas demais nações européias, que imaginavam haver ouro no solo do continente americano. E, como se sabe, na época do Mercantilismo o ouro era a principal fonte de riqueza.

Por esta razão – a busca pelo ouro – as outras nações européias adotaram o princípio de que Portugal e Espanha só teriam direito às terras que tivessem deveras

¹¹ O termo *atividade econômica organizada* foi aqui colocado no sentido de diferenciar a atividade agrícola que se implantou no Brasil Colônia daquela já praticada, em pequenas proporções, pelos indígenas.

ocupado. E neste quadro, os franceses organizaram sua primeira expedição de povoamento, dizendo-se ser portadora de motivos religiosos, mas que contava com o apoio do governo francês. E a região para a qual voltaram seus interesses foi justamente a costa brasileira.

Com a ameaça francesa, fazia-se urgente a necessidade portuguesa de ocupar o território brasileiro economicamente, pois assim eliminaria a tomada do território por outras nações interessadas; mas tal ocupação enfrentava dificuldades. Era preciso encontrar um produto que se adaptasse bem ao clima tropical do território brasileiro e que, ao mesmo tempo, fosse aceito no mercado internacional¹² e, ainda, que oferecesse boas oportunidades de lucro.

A saída encontrada pelos portugueses foi trazer para o Brasil o cultivo da matéria-prima de uma especiaria muito apreciada na Europa naquela época, o açúcar, que apresentava para eles a vantagem de que já conheciam os segredos da sua produção, uma vez que já produziam este produto há alguns anos nas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde).

O cultivo da cana-de-açúcar tem como peculiaridade a necessidade de grandes quantidades de terra e de um grande contingente de mão-de-obra. Assim, não poderia ser desenvolvido em pequenas unidades produtivas. Requeria, desta forma, que o território brasileiro fosse ocupado por grandes unidades produtivas, destinadas a produzir grandes quantidades do produto, a fim de abastecer o mercado externo.

Foi assim, então, que a atividade produtiva se instalou no Brasil sob o signo da grande empresa agrícola, monocultora, voltada para a exportação. Para tal, o território brasileiro foi dividido em grandes faixas de terras, doze ao total, as chamadas *capitanias*, que foram doadas a indivíduos que se aventuraram vir para o Brasil, ocupar o território e se tornarem produtores de um produto em ascensão no mercado externo: era a chance de enriquecerem (PRADO JÚNIOR, 1970:31-40).

Como se sabe, o problema da grande necessidade de mão-de-obra para a enorme produção da cana-de-açúcar, foi resolvida através do tráfico de mão-de-obra escrava, haja vista que a escravização do índio não dera bons resultados, e contratar mão-de-obra livre na Europa, naquele momento, não era viável, devido ao seu custo elevado num momento de relativa escassez.

¹² É preciso lembrar que, no início da colonização, o único produto nativo do território brasileiro que pôde ser aproveitado economicamente pelos portugueses foi o pau-brasil.

Como se percebe, dentro deste quadro não haveria espaço econômico para que se desenvolvesse, no país, a atividade agrícola familiar. Os olhos dos proprietários de terra estavam voltados para o mercado externo; todavia, fazia-se necessário produzir a alimentação dos escravos, já que a importação desses alimentos teria um custo muito alto, lembrando que os proprietários já importavam os alimentos consumidos por suas famílias e, como alternativa, foi implantado, no interior das fazendas, o cultivo de algumas culturas que serviam de base para a alimentação dos escravos, como a mandioca e o milho. Desta forma, percebe-se a origem – ou o embrião, se se preferir, da agricultura familiar brasileira. Como atividade acessória, assumindo papel subsidiário: tem como objetivo baratear os custos da produção para exportação, de forma a garantir a competitividade do produto brasileiro no mercado externo.

Neste intuito, os proprietários cediam aos escravos frações de terras para que eles pudessem produzir seus próprios alimentos. Mais tarde, quando trabalhadores livres foram contratados para a produção do café, este mesmo mecanismo foi utilizado, com o mesmo objetivo de manter baixo o custo de produção, desta vez servindo para manter baixa a remuneração da força de trabalho.

Ao lado desta pequena produção de alimentos cultivada no interior das grandes propriedades, acontece uma produção praticada por homens livres, pequenos proprietários, situados marginalmente em relação às grandes propriedades, produzindo basicamente para a subsistência das suas famílias. Muitas vezes, esses homens livres são também dependentes da grande produção, pois para complementar o rendimento necessário para a sobrevivência da família, trabalham na grande lavoura.

De acordo com Prado Júnior (1970:42-46) a produção de alimentos praticada marginalmente, também irá abastecer a população urbana, então em formação. Conforme coloca o citado autor, embora a população urbana fosse muito pequena, uma parcela dessa população já se dedicava ao comércio e a cargos administrativos, não dispondo, assim, de tempo para dedicar-se à produção de alimentos.

Como a importação era muito onerosa havia, desta forma, uma demanda interna por produtos básicos de consumo e, em razão disto, mercado para a produção interna desses produtos. E como aos grandes proprietários só interessava produzir o açúcar, devido ao momento favorável no mercado externo, restava aos pequenos produtores atender a essa demanda por alimentos.

Nas palavras de Prado Júnior (1970:42),

...Por este motivo constituem-se lavouras especializadas, isto é, dedicadas unicamente à produção de gêneros de manutenção. Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura, e cujo sistema de organização é muito diverso. Trata-se de pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio ajudado, quando muito, por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo ...

A observação atenta desse caráter marginal da pequena produção brasileira é fundamental para se entender a divisão da agricultura brasileira em dois setores: de um lado, a grande produção, voltada para o mercado externo, com grande atividade econômica, colhendo grandes lucros, sinônimo, portanto, de riqueza. Do outro lado, a pequena produção, carente das condições de satisfação das necessidades básicas da população.

Com efeito, o crescimento urbano seria, pelo que se pode ver, fator primordial para o crescimento da produção familiar no Brasil. Com o crescimento da população que não produz sua própria alimentação, amplia-se o mercado para a produção excedente dos pequenos produtores. Assim, amplia-se também um outro fator importante, que é a relação da pequena produção com o mercado: a pequena produção vai deixando de ser uma autarquia, e vai-se tornando atividade integrada aos circuitos comerciais. Dizendo-se de outra forma, deixa de ser uma atividade fechada em si mesma, para tornar-se uma atividade com possibilidades de dinamismo.

As condições, contudo, continuam predominantemente adversas aos agricultores familiares ao longo dos anos, no país. Muito embora talvez não se possa dizer atualmente que ela ainda se constitua numa atividade marginal, devido ao grande número de estabelecimentos que há no país, do ponto de vista econômico essa marginalidade continua presente, já que o produtor familiar, na grande maioria dos estabelecimentos do país, continua sem conseguir retirar da produção o mínimo necessário para garantir uma sobrevivência digna à sua família.

Tais condições adversas que se faziam presentes na época colonial e, mais tarde, durante o Império, são explicadas primeiramente pelo caráter monocultor e exportador que a agricultura brasileira assumiu, em que os interesses dos grandes produtores, e do governo brasileiro, voltavam-se unicamente para a grande lavoura de exportação, inicialmente com o açúcar e mais tarde com o café.

Da parte do governo, especialmente durante o ciclo do café, o incentivo à cultura de exportação explica-se em razão do déficit público que já era significativo, fazendo crescer a necessidade de divisas para amenizar as contas públicas. Esta situação deficitária, aliada à falta de vontade política¹³, encobriram a necessidade de uma política agrária que beneficiasse a produção familiar, que oferecesse condições para os produtores dinamizarem suas produções, oferecendo produtos a um mercado interno vasto e em crescimento.

Estas características da agricultura brasileira referenciadas ao período colonial – predomínio da grande produção monocultora, com utilização extensiva dos recursos produtivos, coexistindo ao seu lado, de forma subordinada, uma pequena produção destinada a produzir alimentos – , continuaram predominando durante os primeiros séculos após a colonização, sendo a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, no final do século XIX, a única mudança de peso neste quadro. A mudança mais significativa neste cenário ocorrerá a partir da segunda metade do século XX.

Sua significância, no entanto, está na revolução implantada na forma de produção, e não no quadro geral que oferecia riqueza aos grandes produtores e pobreza aos pequenos. De fato, os grandes produtores continuam sendo beneficiados, às expensas dos pequenos. Trata-se da modernização agrícola, assunto a ser abordado a seguir.

1.3.2. O Processo de Modernização Agrícola e suas Conseqüências

O processo de modernização agrícola, que se convencionou chamar de “Revolução Verde” devido as mudanças que foram introduzidas na forma de produzir, baseada num “pacote” tecnológico, inclui a utilização de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas geneticamente no processo produtivo. Tem sua origem no século XIX, mas atingiu o seu apogeu na segunda metade do século XX, espalhando-se pelo mundo, sendo adotada pelos países desenvolvidos e pelos países em desenvolvimento.

¹³ Do ponto de vista político, não se deve esquecer do controle do poder que a oligarquia cafeeira paulista exerceu no país no auge do ciclo do café, ao lado dos grandes pecuaristas mineiros, o que chegou a ficar conhecido como a Política do Café com Leite, já que esses dois grupos revezavam-se no controle político do país.

O país que se tornou o centro dinâmico da modernização agrícola e que, de fato, é o responsável pelos grandes avanços ocorridos no seu desenvolvimento técnico, é os Estados Unidos. Este pioneirismo norte-americano deve-se ao grande investimento realizado pelo país em pesquisa científica, voltada para o desenvolvimento da produtividade na agricultura. Estes esforços foram implementados tanto na melhoria das máquinas já existentes quanto na produção de insumos químicos e sementes.

É a partir de 1940 que a modernização agrícola americana surge com maior intensidade. Este modelo de desenvolvimento tecnológico, segundo Câmara Neto (1984:31-32), encerra em si um conjunto de seis elementos:

Em primeiro lugar, difunde-se o uso do trator e de outras máquinas e equipamentos agrícolas ... Em segundo lugar, ocorre um forte crescimento na área de fertilizantes, fungicidas, defensivos e sementes híbridas ... Em terceiro lugar, agregam-se às grandes empresas mecânicas ... Em quarto lugar, temos que, à concentração no interior da indústria, correspondeu uma concentração, também, na agricultura americana ... Em quinto lugar, as modificações ocorridas nos mecanismos de crédito, com sua expansão, além dos maiores requerimentos de capital envolvidos na modernização e mecanização agrícola, levam a um crescente endividamento dos agricultores, a partir desta tecnologia na década de 1940. Finalmente, a política agrícola passa a ser de fundamental importância, sejam os serviços de difusão e financiamento à pesquisa básica ... seja no estabelecimento de mecanismos, tais como preço mínimo, subsídios, financiamento ao agricultor, ou ainda através de programas como o de eletrificação rural.

São estes, portanto, os elementos que, mesclados entre si, compõem o pacote tecnológico. É vale destacar que, de acordo com Câmara Neto (1984:32), nos países em que houve a “Revolução Verde” na primeira metade do século XX, registrou-se um generalizado processo de concentração da produção em um número menor de unidades produtivas. Isso mostra que esse modelo de modernização leva ao processo de concentração da terra.

Após a Segunda Guerra Mundial o “pacote” tecnológico foi internacionalizado, difundido para outros países, atingindo inicialmente os países centrais e, posteriormente, os países menos desenvolvidos; mas no que se refere aos seus resultados para esses dois grupos de países, estes se revelam bastante díspares: enquanto nos países centrais há um aumento da produtividade do trabalho muito significativo – inclusive chegando a superar a produtividade industrial no período 1955-1977 –, já nos países menos desenvolvidos os

resultados favoráveis tendem a concentrar-se sobre determinados produtos, muitas vezes naqueles voltados para a exportação, penalizando dessa forma a produção alimentar.

Além disso, há três outros fatores que merecem destaque: primeiro, devido ao alto custo dessa tecnologia, os países em desenvolvimento são colocados diante da necessidade de constante endividamento; segundo, a produção per capita destes países, no período 1970-1980, foi inferior a dos países industrializados, como também dos exportadores de petróleo e dos socialistas; e por fim, as taxas de crescimento médio anual no período referente às décadas de 1960 e 1970, nos países em desenvolvimento de renda média, caiu de 3,5% para 2,9%, enquanto nos países de renda baixa houve uma estabilização desta taxa em 2,2%, no referido período (CÂMARA NETO, 1984:33-36).

Diante desta disparidade de resultados, há de se fazer o seguinte questionamento: qual a razão desta diferença de resultados, se nos dois grupos de países foram adotados um mesmo modelo de modernização? A resposta está, certamente, na estrutura sobre a qual este modelo foi implantado em cada um desses grupos de países. Como foi visto no início deste capítulo, nos países desenvolvidos a estrutura produtiva apresenta-se melhor distribuída ou, se se preferir, menos concentrada; não há uma distância tão grande entre a grande exploração e a exploração familiar, no que se refere às condições de produção, como também no que diz respeito ao rendimento obtido e ao acesso aos benefícios da política agrícola.

Já nos países em desenvolvimento, o quadro não é o mesmo. Pelo contrário, como a modernização tecnológica da agricultura destes países volta-se, no geral, para a produção de exportáveis, o espaço e os recursos destinados à produção interna de alimentos são reduzidos (AGUIAR, 1986:76).

No caso do Brasil, o processo de modernização instalado, sobretudo a partir dos anos 1960, tem como característica o empenho do governo em melhorar a produtividade agrícola no país. Deve-se lembrar que nos anos 1960 a política econômica do país estava voltada para a busca do desenvolvimento. Num momento de inflação alta, a grande preocupação do governo era promover a estabilização financeira e criar condições propícias para o desenvolvimento do país, e assim acalmar os anseios da população perante a situação política e econômica que o país atravessava naquele momento. E não se pode esquecer do grande problema do déficit no balanço de pagamentos, em contínuo crescimento.

Num momento em que os países desenvolvidos apresentavam grandes resultados no setor agrícola, o que era produto do “pacote” tecnológico adotado, parecia ao governo brasileiro que o incentivo à modernização da agricultura brasileira seria a alternativa certa para o país, uma vez que, aumentando a produtividade dos produtos de exportação, seriam geradas divisas que ajudariam a resolver o problema do déficit no balanço de pagamentos, além de fomentar o processo de desenvolvimento.

Desta forma, criaram-se incentivos à modernização agrícola do país, como oferta de crédito, subsídios, política de preços mínimos e acesso às pesquisas científicas; mas como foi visto, tais benefícios tinham por fim beneficiar aos grandes produtores, exportadores, e não aos agricultores familiares, notadamente pequenos e produtores de alimentos, voltados para o mercado interno. Justamente a pequena produção que, não dispondo de recursos para investir teria, como única alternativa para adquirir as inovações tecnológicas, o acesso ao crédito agrícola.

Nas palavras de Martine (1990:6):

Conforme amplamente discutido na literatura, o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo foi o crédito agrícola subsidiado (...) A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão do trabalho crescente: grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso ao crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantia preços também baixos¹⁴.

Fica claro, desta forma, o descaso da política agrícola brasileira em relação à produção familiar do país. Na opinião de Martine, isto aconteceu assim porque o governo buscava obter, com a modernização da agricultura brasileira, resultados em curto prazo. E em relação ao pequeno produtor, este quadro não mudou.

Ainda de acordo com Martine, os resultados dessa política agrícola de crédito subsidiado, favorecendo ao grande produtor, foram o agravamento da concentração da terra, a liberação da mão-de-obra rural – vale lembrar, esta liberação ocorre tanto no sentido de que o aumento da produtividade dispensou trabalhadores, como também no sentido de que as condições adversas da agricultura familiar forçam a migração desta mão-

¹⁴ O grifo é da autora do presente trabalho.

de-obra e, como resultado, o êxodo rural e o rápido e desordenado crescimento das cidades.

Uma das características favoráveis, por assim dizer, da modernização, é o fato dela intensificar o nível de relacionamento dos produtores com o mercado, e assim combater o isolamento do campo, criando, em tese, melhores oportunidades para os agricultores antes isolados. Este aspecto é enfatizado pelos defensores da modernização, como uma forma de desenvolver o campo, aumentando o volume de emprego; no entanto, a mudança nas relações de trabalho no campo, ocasionada pelo processo de modernização tem agravado a situação social dos trabalhadores. Como argumenta Aguiar (1986:111),

A penetração das relações mercantis no campo não resultou na multiplicação dos assalariados permanentes, mas na transformação violenta dos antigos parceiros, colonos e moradores em trabalhadores volantes.

A sazonalidade do emprego agrícola que é oferecido pelas unidades modernizadas atualmente, tem piorado o nível de pobreza no campo brasileiro; já para o grande produtor, a substituição do trabalhador permanente pelo volante resulta na valorização do seu capital, seja pela intensificação do trabalho ou pelo prolongamento da jornada de trabalho, isto porque a situação de não ter emprego fixo força o trabalhador a subjugar-se a um nível maior de exploração.

Desta maneira, a modernização, da forma que se instalou no país, incentivando a monocultura, expulsa os antigos parceiros, colonos e moradores, que extraíam boa parte da sua subsistência de terras pertencentes aos grandes proprietários. Ao lado disso, a moderna tecnologia empregada reduz a mão-de-obra necessária nas atividades ligadas à produção, aumentando a pobreza no campo (AGUIAR, 1986:112).

Em resumo, a modernização voltada para a monocultura tem um efeito nocivo duplo: ela expulsa trabalhadores do campo e, ao lado disto, reduz a absorção de mão-de-obra nas atividades agrícolas, aumentando o desemprego. Esses trabalhadores são largados à própria sorte, migrando muitas vezes para as cidades, na esperança de encontrar trabalho.

Outra conseqüência da modernização da agricultura brasileira é o crescimento do número de estabelecimentos rurais muito pequenos, que têm suas áreas reduzidas progressivamente. Conforme Aguiar (1986:113) havia no Brasil, em 1960, 1,5 milhão de estabelecimentos com menos de 10 ha, sendo que a área média ficava por volta de 4 ha; já em 1980, o número desses estabelecimentos aumentou para 2,6 milhões, enquanto a área

média caiu para 3,5 hectares. Destaca-se, a partir disto, o papel elementar no processo de modernização, visto que, devido ao seu tamanho muito pequeno, a capacidade de absorção da mão-de-obra do minifúndio é saturada. Daí, a mão-de-obra familiar que se torna excedente é forçada a procurar emprego fora do pequeno estabelecimento, a fim de garantir a sua sobrevivência. Em geral, esses trabalhadores vão vender sua força de trabalho para a produção modernizada. Assim, o minifúndio assume o papel de celeiro de mão-de-obra para a grande produção moderna.

Analisando a política agrária brasileira e seus efeitos sobre a agricultura familiar, Delgado (1995:200-201) argumenta que as reformas do Estado, realizadas em 1930 e 1964, deram à relação entre Estado e agricultura, estilos de regulação díspares, mas continham aspectos em comum e que desfavoreciam a agricultura familiar.

Os aspectos de confluência, segundo ele, seriam os seguintes: 1) centralização da política rural; 2) intocabilidade tácita dos direitos da propriedade fundiária; 3) relativa ausência do Estado no âmbito da previdência social e da legislação trabalhista relativa ao meio rural; 4) explícita preferência à defesa da renda de segmentos patronais regionalmente selecionados; e 5) virtual marginalização da agricultura familiar na execução concreta da política agrícola. Sob todos os aspectos citados, percebe-se que tais reformas, quando não prejudicam, ao menos não favorecem a produção familiar.

Contudo, de acordo com Delgado (1995: 201-202) a Constituição de 1988 trouxe inovações neste sentido – que podem ser consideradas um significativo avanço, prometendo instituir um novo estatuto de relações entre o Estado e a agricultura. De fato, são apresentadas algumas mudanças nas regras, destacadas como eficazes, como é o caso daquelas que afetam a função social da propriedade, a seguridade rural e a política de gasto público para a agricultura. Neste quadro, merece destaque a Lei Agrária (Lei nº 8.629) promulgada em 25 de fevereiro de 1993, estabelecendo os critérios operacionais para a regulamentação da propriedade fundiária.

Também deve ser realçado o novo estatuto da seguridade social, marcado pela duplicação dos benefícios rurais. Esta inovação trouxe grandes benefícios para os trabalhadores do campo, uma vez que propiciou melhoria nas condições de vida de cerca de 60% da população rural total do país, que antes desta medida percebia, pelos seus benefícios, seja como aposentados ou como pensionistas, apenas 50% do salário mínimo (DELGADO, 1995:202).

Já a Lei Agrícola (Lei nº 8.171/91) por sua vez, resultante da iniciativa de entidades de defesa dos trabalhadores, como a CONTAG, e que se encontra em vigor, consagra o princípio da política agrícola diferenciada, colocando o pequeno produtor como o beneficiário desta diferenciação.

O princípio de diferenciação confere tratamento político distinto aos agricultores familiares, reconhecendo implicitamente, desta forma, a desigualdade de condições que há entre este grupo de produtores e a chamada agricultura patronal.

No que diz respeito às demandas concretas pela diferenciação, que se reportam principalmente aos serviços e instituições públicas de provisão de financiamento e apoio à comercialização, estes se têm voltado, de fato, para atender ao grande e ao médio produtor, excluindo na prática a agricultura familiar (pelo menos na sua quase totalidade, vez que existem alguns produtores familiares, e não são pequenos) dos seus circuitos de atendimento (DELGADO, 1995:207).

Por outro lado, Silva (1995) aborda o problema, mostrando que o processo de modernização agrícola tem efeitos desastrosos do ponto de vista social. De acordo com ele, o crescimento do modelo agroindustrial excludente tem aumentado a concentração da renda e o número de pobres no campo.

Ainda conforme coloca Silva (1995) o quadro da pobreza rural sofreu sério agravamento nos anos 80. Se nos anos 70 o problema da falta de emprego e de renda no campo era amenizado pelas migrações inter-regionais, nos anos 80 há uma mudança neste panorama. Com a crise que atingiu todo o setor produtivo do país, a alternativa encontrada pela mão-de-obra excedente do campo passou a ser a migração intra-regional. Assim, o esvaziamento do campo ocorrido no país nos anos 80 teve como reflexo o inchaço, tanto das metrópoles como das pequenas cidades regionais. Como resultado, cresce a miséria na zona urbana, haja vista que estas cidades não estavam preparadas para abrigar tal excedente populacional.

Ainda a este respeito, analisando os anos 80 e se apoiando em dados da PNAD, Silva (1995: 132-133) coloca que o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas no período entre 1981 e 1990 cresceu fazendo, todavia, a advertência de que tal crescimento no campo não se deve a melhorias no emprego rural, mas à piora do emprego urbano. Segundo ele, foi a falta de oportunidades de trabalho na cidade que reteve a mão-de-obra no campo.

Frente a isto e de acordo com Silva (1995:148-149) não será através da modernização da produção familiar, nos moldes convencionais de modernização agrícola, que se resolverá o problema da pobreza rural no Brasil. A saída, segundo ele, passa pela "urbanização do campo". Será através da oferta de infra-estrutura adequada e da criação de atividades não agrícolas no meio rural, criando oportunidades de emprego que absorvam a mão-de-obra, que se combaterá o êxodo rural. É preciso inserir no campo atividades como a "produção de serviços" (lazer, turismo etc) além de atividades produtivas de bens não agrícolas como moradia, transporte, artesanato etc.

Também não se deve esquecer, segundo ele, a necessidade de políticas sociais compensatórias, que terão como objetivo ajudar aqueles trabalhadores rurais mais desfavorecidos a superarem a situação de miséria em que estão inseridos. E neste aspecto destaca-se o papel da Previdência Rural, que tem assumido importância elementar nas regiões mais pobres do país, como é o caso do Nordeste.

É preciso deixar claro que, também no Brasil, agricultura familiar não significa, necessariamente, pequena produção, baseada em métodos de produção tradicionais. Muito embora a maior parte da produção agrícola familiar do país seja dominada por estas características citadas, há que se registrar a presença de unidades produtivas familiares modernas e que, também, não podem ser consideradas de pequeno porte. Este caráter revela a diversidade da agricultura familiar brasileira, demonstrando o seu caráter desigual mesmo dentro de uma forma de organização da produção peculiar, como é o caso da agricultura familiar.

Como exemplo de região onde se pratica a agricultura familiar tradicional, arcaica e predominada pela presença de minifúndios, destaca-se a região semi-árida do Nordeste, na qual as estruturas são demarcadas pela presença, de um lado, de grandes propriedades, dedicadas principalmente à criação de gado e, de outro, pela forte presença dos minifúndios, onde se assenta a produção familiar. Devido ao fator climático predominante e à escassez de chuvas na região, as potencialidades da sua produção familiar são bastante limitadas.

Já como exemplo de agricultura familiar modernizada, destaca-se a região de Leme, no estado de São Paulo, onde a agricultura familiar se caracteriza por estruturas de produção mais modernas e bem integradas à economia de mercado. Em pesquisa realizada na região e relatada em Lamarche (1993:188) verificou-se que 98% dos produtores entrevistados em Leme eram proprietários dos estabelecimentos que exploravam; já numa

pesquisa realizada no semi-árido da Paraíba, no interior nordestino, 74% dos produtores são proprietários ao menos de uma parte da terra que exploram.

No que se refere a estratégias produtivas, no semi-árido paraibano, como já foi dito, a estrutura fundiária é desigual e o sistema produtivo tradicional ainda é predominante. Combina-se uma criação de gado extensiva com uma policultura de subsistência. No caso de Leme, os produtores são mais diversificadores das suas produções. Além do algodão, produto predominante, cultivam produtos como feijão, milho, arroz e trigo. Além dessas características, os produtores de Leme também são mais integrados ao mercado.

1.4. A Agricultura Familiar no Nordeste Brasileiro

A agricultura da região Nordeste do Brasil tem sido historicamente caracterizada pela predominância de técnicas tradicionais de produção, o que tem resultado num baixo nível de produtividade. Ao lado disto, persiste uma estrutura fundiária concentrada, marcada pela forte presença de grandes estabelecimentos agrícolas, sendo que subsiste ao lado dessas grandes propriedades um expressivo número de pequenos estabelecimentos.

A concentração fundiária na região Nordeste, assim como no Brasil em geral, é um fator histórico que remonta à colonização. Como já foi explicitado acima, a colonização do Brasil se deu através da divisão do território em extensas faixas, as Capitânicas Hereditárias, doadas aos aventureiros que se propuseram a produzir na nova terra descoberta. E como o sistema produtivo implantado dava ênfase à produção da cana-de-açúcar, este foi o principal produto a ser cultivado.

Foi no Nordeste que a produção da cana-de-açúcar se destacou na fase de grande produção desta especiaria no Brasil. No momento em que o mercado externo esteve favorável para o açúcar brasileiro, o Nordeste foi a região mais desenvolvida e mais dinâmica do país. Esse dinamismo levou ao surgimento de uma atividade que funcionaria como acessória à produção do açúcar, a saber, a pecuária bovina, que servia de fonte para a alimentação.

É assim que Furtado (1995:61) explica a formação da economia nordestina, pela presença desses dois sistemas – o açucareiro e o criatório. Duas atividades produzidas de forma extensiva, utilizando-se técnicas produtivas tradicionais e se contando

principalmente com os fatores terra e trabalho. No caso da produção açucareira, as áreas ocupadas são as áreas úmidas do litoral, onde o fator climático é favorável à produção agrícola; já a atividade pecuária avança pelo interior semi-árido, onde as condições de clima e de solo são adversas à produção da cana-de-açúcar.

Além dessa diferença em relação às condições naturais das duas áreas ocupadas pelas duas atividades, é preciso se destacar que, em nível de importância de cada uma delas, assim como em relação ao nível de organização da produção, há grandes diferenças entre as duas atividades. No que se refere à importância para a economia da região, não se deve esquecer que o açúcar era, naquele momento, o produto de excelência para a economia do país, desfrutando de grande aceitação no mercado externo; era o produto que gerava as divisas que, por sua vez, davam suporte à economia do país naquele momento histórico; quanto à pecuária, como já foi dito, atuava como atividade acessória à economia açucareira.

No que se refere ao nível organizacional, a economia açucareira era organizada como empresa agrícola. Muito embora as técnicas produtivas fossem tradicionais, os seus produtores conheciam as técnicas da produção; além disso, a atividade era diretamente ligada ao mercado, enquanto pecuária, por seu lado, não contava com uma produção organizada, visto que o seu crescimento se dava de forma vegetativa, ocupando os espaços do interior da região, de maneira não planejada, além de não contar com uma ligação com o mercado, ao mesmo nível que contava a produção açucareira. E ainda mais, deve-se lembrar que a produção açucareira contava com todo o apoio do Estado naquele momento, tanto econômico quanto político, enquanto a pecuária não recebia apoio do poder público.

Apesar de todo esse quadro favorável ao setor açucareiro e adverso à pecuária, há um fator que, ao menos em tese, favoreceria a este último setor. Conforme já foi observado, o dinamismo da produção açucareira era produto do seu atrelamento ao setor externo, o que deixava a situação do setor açucareiro vulnerável, uma vez que uma crise do produto no setor externo afetaria diretamente a produção do produto na região – e por que não dizer, no país.

No que concerne à produção pecuária, muito embora fosse uma atividade de importância muito inferior, a sua vantagem estaria no fato de se voltar para o consumo interno, conjuntamente com o fato de ser uma atividade cuja produção se constitui num gênero alimentar destinado, em grande parte, à subsistência (FURTADO: 1995:59-60).

Assim, muito embora o mercado regional tivesse, para seus produtos, pouca expressão, já que o fluxo de renda interno era baixo, mesmo que ocorresse uma crise externa que afetasse a economia do país – já que esta estava em função da monocultura açucareira, mesmo assim o setor pecuário não seria atingido com a mesma intensidade que o açucareiro.

A temida crise de fato aconteceu. Na segunda metade do século XVII teve início uma crise no setor açucareiro, que durou até o início do século XIX, e que resultou na decadência do sistema açucareiro nordestino. Esta crise foi uma consequência da penetração do açúcar produzido nas Antilhas no mercado internacional, o que fez baixar o preços do produto. E como os produtores nordestinos – assim como os demais produtores brasileiros em geral, produziam sob condições tradicionais, não havia como baixar os custos da produção, significando incondicional queda nos lucros.

Esta crise mudou a face e a estrutura da economia nordestina. A estagnação do setor açucareiro levou a mão-de-obra livre, antes ocupada na produção do açúcar, a migrar para o setor agropecuário. Nas palavras de Furtado (1995:63),

... Não havendo ocupação adequada na região açucareira de sua população livre, parte desta era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Desta forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior.

Esta imigração da mão-de-obra tornada excedente, em razão da crise que assolou o setor açucareiro, resultou no crescimento da economia de subsistência no Nordeste. De acordo com Furtado (1995:63),

...Contudo, como a rentabilidade da economia pecuária dependia da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão, intensificava-se a conversão da pecuária em economia de subsistência.

Assim, com a decadência do sistema açucareiro nordestino, a economia da região transformou-se, envolvendo, pois se antes havia uma tímida circulação monetária, devido aos baixos rendimentos pagos pelo setor dinâmico da economia à mão-de-obra livre que trabalhava para o referido setor, com a queda do emprego no açúcar reduz-se esta renda. E como foi visto no parágrafo anterior, a mão-de-obra desempregada do setor açucareiro, quando migra para o setor pecuário, vai dedicar-se majoritariamente à produção para subsistência, já que o mercado para a produção pecuária, como já foi dito, era escasso e,

com a queda no fluxo de renda oriunda do setor açucareiro, obviamente foi reduzido ainda mais.

Desta forma, surgem as raízes da atual situação de carência de desenvolvimento na economia nordestina. Conforme as palavras de Furtado (1995:64):

A expansão da economia nordestina, durante esse longo período, consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, dentro do qual se ia acumulando uma fração crescente da população. Desta forma, de sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso, mesmo nas técnicas artesanais de produção

Com isto, fica claro que, muito embora o setor pecuário aparecesse como “mais seguro” em relação ao setor açucareiro, no que diz respeito à continuidade das suas atividades, já que tinha sua produção voltada para o consumo interno, enquanto o segundo dirigia a sua produção para o mercado externo, ficando à mercê das mudanças neste mercado, de fato a fuga da população canavieira em direção ao interior, a fim de dedicar-se à produção pecuária, ou o crescimento do setor pecuário, não se constituiu numa solução do ponto de vista da economia da região, uma vez que se saiu de uma economia monocultora, que permitia um baixo índice de circulação de renda, para uma economia voltada para a subsistência, onde o padrão de vida da população do seu interior foi ainda mais reduzido.

Essa estrutura da economia agrícola nordestina, especialmente no interior semi-árido, perdurou com o passar dos anos, chegando ao início da segunda metade deste século trazendo presentes essas características: a forte presença da produção de subsistência, localizada no interior das grandes propriedades, explorada por trabalhadores sem terra – parceiros, meeiros, arrendatários – ou em pequenos estabelecimentos.

Diante desta realidade, onde ficam evidentes as péssimas condições de vida da população agropecuária da região, mediante a concentração da terra e as parcas condições produtivas, foi apontada, como solução viável, a implantação do processo de modernização na região, com o objetivo de viabilizar as atividades mais adequadas às

condições naturais da citada região. Apontou-se, como causa da carência de desenvolvimento da agropecuária nordestina, a utilização de técnicas produtivas tradicionais, responsáveis pelo baixo rendimento da produção e pelo baixo nível de renda da população.

A solução seria, então, a adoção de técnicas de produção modernas, baseadas na utilização de máquinas e equipamentos, assim como de insumos químicos; enfim, seria a adoção do "pacote tecnológico", já citado. Como a tônica deste programa é aplicá-lo nas grandes propriedades, conforme já citado acima para o caso do Brasil em geral, os benefícios do Estado para a agropecuária se voltavam para os grandes estabelecimentos.

Como resultado, acentuou-se a concentração fundiária na região, ressaltando-se que diversas pequenas propriedades foram absorvidas pelas grandes, muitas das quais voltadas para a pecuária. Este processo de concentração fundiária tem-se acentuado nos últimos anos, especialmente a partir da década de setenta (MINTER/SUDENE, 1984a:15-16).

Na década de noventa, conforme dados do Censo Agropecuário de 1996, trabalhando-se com proporções e se considerando os estratos de área dos estabelecimentos da região, verifica-se que a concentração fundiária está bastante presente. A partir de um exame dos dados da Tabela 1, constata-se que mais da metade dos estabelecimentos da região (68%) tinha menos de 10 hectares no referido ano e controlavam apenas 5,57% da área; já no outro extremo, os estabelecimentos com 1000 hectares e mais, com apenas 0,4% do total de estabelecimentos da região, ocupavam 24,79% da área.

Esta concentração da terra é fator agravante para o desempenho da agricultura familiar na região. Como se sabe, a concentração da terra é uma realidade muito presente no Nordeste. Conforme demonstra a Tabela 1, há um grande número de estabelecimentos com área de até 10 hectares (68%) enquanto a área total ocupada por esses estabelecimentos chega apenas a aproximadamente 6% da área total ocupada. Como se pode imaginar, dadas as características da agricultura na região descrita acima, a produção familiar é predominantemente marcada pela baixa produtividade; além disso, dedica-se majoritariamente à produção de subsistência.

A concentração da terra se torna um complicador, no que se refere ao emprego da mão-de-obra: como as unidades produtivas são, na sua grande maioria, muito pequenas, não há espaço para emprego das novas gerações, ou seja, filhos dos agricultores, que acabam tornando mão-de-obra excedente e são forçados a procurar emprego nas cidades. Desta forma, os – em princípio – potenciais futuros agricultores, acabam não se dedicando à

atividade agrícola e, ao mesmo tempo, desinteressando-se pelo campo, que se lhes torna sinônimo de miséria.

Tabela 1
Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total
Região Nordeste – 1996

Grupos de área total (ha)	Proporção do número de estabelecimentos em 31.12 (%)	Proporção da área dos estabelecimentos em 31.12 (%)
Menos de 10	68	5,57
10 a menos de 100	26,1	26,45
100 a menos de 1000	5,5	43,19
1000 a menos de 10000	0,39	16,88
10000 e mais	0,01	7,91
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

Ao lado disso, devido ao desemprego estrutural e conjuntural que assola as atividades urbanas, aliado ao baixo nível de escolaridade das pessoas do campo, destacando-se, pela falta de especialização, essa mão-de-obra excedente de origem rural, encontram dificuldades para conseguir emprego na cidade, e quando o conseguem, é em atividades que requerem um mínimo de qualificação, o que traz, como consequência, baixos salários e, por fim, péssimas condições de vida, especialmente com moradias nas regiões mais violentas.

Como se verifica, a Tabela 2 demonstra a importância de cada grupo de atividade econômica para a região, no que se refere ao número de estabelecimentos e à área ocupada. De acordo com os dados, percebe-se que a lavoura temporária é a atividade que ocupa o maior número de estabelecimentos, chegando a uma proporção de 42,6% do total; já com relação à área ocupada por esta atividade, vê-se que ela se faz presente em apenas 20,3% do total. Quanto à lavoura permanente, o seu percentual de participação é bem menor, contando apenas com 10,8% dos estabelecimentos e somente 7,2% da área ocupada, enquanto do lado oposto se encontra a pecuária, ocupando apenas 23% dos estabelecimentos, chegando a ocupar mais da metade da área (com 52,8%).

Tabela 2
Grupos de atividades econômicas, por número total de estabelecimentos e
área ocupada – Nordeste, 1996

Grupo de atividade econômica	Estabelecimentos		Área ocupada	
	Absoluto (N ^o)	%	Absoluto (ha)	%
Lavoura temporária	991.383	42,6	15.891.570,54	20,3
Lavoura permanente	250.423	10,8	5.634.317,071	7,2
Pecuária	534.809	23,0	41.350.392,22	52,8
Produção mista (lavoura e pecuária)	416.617	17,8	12.418.782,39	15,9
Horticultura e produtos de viveiros	23.361	1,0	194.701,014	0,25
Silvicultura e exploração florestal	86.456	3,8	2.339.183,389	3,00
Pesca e aquicultura	2.547	0,1	35.825,377	0,05
Produção de carvão vegetal	20.817	0,9	431.323,742	0,5
Total	2.326.413	100,0	78.296.095,74	100,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

O que fica visível a partir desses dados é que, realmente, a atividade agrícola de subsistência, que se baseia principalmente na produção de lavouras e, em particular, lavouras temporárias, é praticada, na sua maior parte, em pequenas propriedades, enquanto a pecuária o é principalmente nas grandes propriedades da região. No que se refere às demais atividades, percebe-se que elas ainda não ocupam espaço muito significativo, quando se comparam às duas antes citadas. Como se constata, em quarto lugar, tanto no que diz respeito ao número de estabelecimentos ocupados como no que se refere à área ocupada, encontram-se os estabelecimentos de produção mista, ou seja, aqueles dedicados à produção de lavouras e à pecuária.

A presença da agricultura familiar¹⁵ na produção das atividades econômicas acima destacadas, na região, fica claro quando se verifica sua presença em relação ao número de estabelecimentos e à área ocupada por estratos de área. Conforme se observa na Tabela 3, a presença de estabelecimentos dedicados à cultura de lavouras se dá quase totalmente no estrato de propriedades com menos de 100 hectares: 98% das lavouras temporárias e 96% das lavouras permanentes; com referência à área ocupada, como era de se esperar, mais

¹⁵ Como se percebe, neste ponto se utilizou, como método de definição de agricultura familiar, apenas a delimitação por área, em 100 hectares.

uma vez se revela a concentração da terra: as propriedades com menos de 100 hectares ocupam apenas 46% da área dedicada às lavouras temporárias na região, e 44% da área destinada à produção de lavouras permanentes.

Tabela 3

Grupos de atividade econômica por estratos de produtores, considerando-se o número de estabelecimentos e a área ocupada, em valores percentuais
Nordeste – 1996

Grupo de atividade econômica	Estratos de área			
	Menos de 100 ha		100 e mais ha	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Lavoura temporária	98,0	46,0	2,0	54,0
Lavoura permanente	96,0	44,0	4,0	56,0
Pecuária	86,0	20,0	14,0	80,0
Produção mista (lavoura e pecuária)	94,0	40,0	6,0	60,0
Horticultura e produtos de viveiros	99,0	53,0	1,0	47,0
Silvicultura e exploração florestal	96,0	22,0	4,0	78,0
Pesca e aquicultura	97,0	28,0	3,0	72,0
Produção de carvão vegetal	98,0	29,0	2,0	71,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

No que diz respeito à produção pecuária, percebe-se que 86% dos estabelecimentos estão concentrados no estrato de propriedades com área inferior a 100 hectares; no entanto, esses estabelecimentos ocupam apenas 20% da área destinada à pecuária na região, o que revela que há um grande número de agricultores familiares dedicados à atividade. Do outro lado, estão os estabelecimentos com área de 100 hectares a mais que, representando apenas 20% do total de estabelecimentos dedicados à referida atividade produtiva, concentram 80% da área.

Em relação às demais atividades, muito embora, como se observa na Tabela 2, elas tenham peso bem menor em relação ao número de estabelecimentos e à área, é interessante observar-se que a maioria delas também está relacionada a estabelecimentos de menos de 100 hectares: de acordo com esta tabela, 99% dos estabelecimentos ligados à horticultura e produtos de viveiros encontram-se nesse estrato e, dado interessante, mais da metade da

área ocupada (53%) também revela que nesta atividade a concentração da terra não está tão acentuada quanto em relação às outras citadas anteriormente.

Com referência à silvicultura e exploração florestal, 96% dos estabelecimentos estão no citado estrato de área, mas no que diz respeito à área ocupada, os estabelecimentos com área menor de 100 hectares dedicados a esta atividade somam apenas 22% da área total desta atividade na região.

Quanto à pesca e à aquicultura, mais uma vez a concentração nos estabelecimentos de menos de 100 hectares fica latente: 97% estão inseridos nesse estrato, muito embora conte com apenas 28% da área dedicada a esta atividade. Por fim, encontra-se a produção de carvão vegetal, com 98% da sua produção concentrada em estabelecimentos pertencentes ao citado estrato de área, enquanto em relação à área, conta com apenas 29%¹⁶.

Em se tratando de produtos específicos da produção familiar, considerada aqui a praticada nos estabelecimentos com menos de 100 hectares, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995-1996, nas lavouras temporárias, conforme se pode observar na Tabela 4, destacam-se: a mandioca, com 89% da produção da região daquele ano; o milho, com 62%; o feijão em grão, com 82%; o arroz, com 74%; a fava, com 92%; a palma forrageira, com 59%, e a batata inglesa, com 96%.

Já em relação às lavouras permanentes, conforme a Tabela 5, destacam-se a produção do agave, com 73% da produção total; banana, com 79%; castanha de caju, com 64%; e côco-da-Bahia, com 61% da produção total deste produto.

Em relação à pecuária, evidenciando os principais animais criados na região verifica-se que a Tabela 6 mostra que a produção familiar se destaca com os seguintes percentuais, considerando-se as cabeças produzidas: caprinos, 69%; ovinos, 66%; suínos, 88%; aves, 77%; e bovinos, 44%. Como se constata, a produção familiar se destaca na criação de animais de pequeno porte, explicado pelas restrições de recursos que tais agricultores sofrem, tanto em recursos financeiros para custear a produção, como a alimentação dos e, também, em relação aos recursos físicos, que lhes são escassos.

¹⁶É preciso deixar claro, no entanto, que atividades como horticultura e produtos de viveiros, pesca e aquicultura, assim como silvicultura e produção de carvão, não costumam utilizar a mão-de-obra familiar de maneira predominante. Assim, perde-se um pouco da caracterização dessas atividades como familiares, conforme o conceito adotado para esta categoria no âmbito deste trabalho. Estão, todavia, essas atividades sendo mencionadas aqui devido ao fato de estarem presentes com boa significância em estabelecimentos com até 100 hectares, delimitação utilizada para a identificação dos estabelecimentos familiares no tratamento dos dados agregados.

Tabela 4

Quantidade produzida de lavouras temporárias, por principais produtos,
em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em relação ao total
produzido – Nordeste, 1996

Produtos	Quantidade produzida (Tonelada)		
	Em estabelecimentos com menos de 100 hectares (A)	Nº total dos estabelecimentos (B)	Proporção A/B (%)
Mandioca	2.523.717	2.822.756	89,0
Milho (em grão)	1.116.637	1.806.388	62,0
Feijão (em grão)	609.891	746.476	82,0
Arroz (em casca)	705.803	947.056	74,0
Fava	16.160	17.527	92,0
Palma forrageira	1098.249	1.859.128	59,0
Batata inglesa	7.433	7.709	96,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

Tabela 5

Quantidade produzida de lavouras permanentes, por principais produtos,
em estabelecimentos com menos de 100 hectares
em relação ao total produzido - Nordeste 1996

Produtos	Quantidade produzida		
	Em estabelecimentos com menos de 100 hectares (A)	No total dos estabelecimentos (B)	Proporção A/B (%)
Agave (folha) (tonelada)	130.861	178.789	73,0
Banana (mil cachos)	87.320	109.765	79,0
Caju (castanha) (tonelada)	99.253	155.311	64,0
Côco-da-Bahia (mil frutos)	241.746	393.182	61,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

Tabela 6

Efetivo dos rebanhos, por principais espécies criadas em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em relação ao total produzido – Nordeste – 1996

Espécie de efetivo/rebanho	Número de cabeças		
	Em estabelecimentos com menos de 100 hectares (A)	No total dos estabelecimentos (B)	Proporção (A/B) (%)
Bovinos	10.149.373	22.841.728	44,0
Caprinos	4.252.053	6.176.457	69,0
Ovinos	4.427.448	6.717.980	66,0
Suínos	5.603.149	6.357.716	88,0
Aves	79.227.734	103.058.191	77,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

A produção pecuária merece especial destaque na região semi-árida, onde ela cresceu principalmente em relação à criação de bovinos. É muito importante que se dê, aqui, especial atenção à região semi-árida do Nordeste, em primeiro lugar devido à importância que esta área assume no contexto regional, em virtude dos seus aspectos naturais, que são fatores determinantes do nível da produção agropecuária da região; e em segundo lugar, devido ao fato de que o município de Queimadas, que será o objeto específico de estudo deste trabalho, ficar localizado no semi-árido nordestino.

As regiões semi-áridas são caracterizadas principalmente pelo baixo índice pluviométrico, que incide sobre elas, com irregularidade na distribuição das chuvas, no tempo e no espaço. Como agravante, há a ocorrência de um alto índice de evaporação, o que concorre para afetar ainda mais o volume de água existente nestas áreas. Neste quadro, a ocorrência de secas periódicas é uma realidade tida como certa nas regiões. Na região semi-árida do Nordeste brasileiro, esses fatores naturais têm seus efeitos multiplicados pela presença de uma atividade agrícola e pecuária, com pouca ou nenhuma organização, e como visto acima, marcada pela concentração da terra, fato que torna os pequenos produtores os mais vulneráveis aos efeitos das secas. Esta região – ou sub-região nordestina, é também conhecida como Polígono das Secas¹⁷, em razão das secas que assolam periodicamente, em formato de um polígono.

¹⁷ Conforme Leite (1985) o Polígono das Secas foi definido pelo Governo através da Lei 175 de 05.01.1936.

O Polígono das Secas abrange uma área de 1.150.662 km², correspondendo a 74,30% da área do Nordeste e a 13,52% da área do Brasil, e engloba áreas dos nove Estados que formam a região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) além de parte do Estado de Minas Gerais.

Conforme Mendes (1986:35-36):

O traço mais marcante do Polígono das Secas é o clima, principalmente pela existência de um regime pluviométrico que delimita duas estações bem distintas: uma curta estação chuvosa de 3 a 5 meses, denominada de "inverno", que ocorre no primeiro semestre do ano, e uma longa estação seca chamada "verão", que tem duração de 7 a 9 meses, podendo-se alongar nos anos de seca por 18 meses ou mais. As chuvas são geralmente torrenciais e irregulares no tempo e no espaço. O comportamento irregular das chuvas, tanto na sua intensidade quanto na sua distribuição, provoca periodicamente a ocorrência de secas prolongadas. Embora apresente uma pluviosidade não muito baixa, em termos absolutos (500 mm anuais, em média), o balanço hídrico é altamente deficitário, principalmente em virtude da elevada evaporação. A pluviosidade é aproximadamente quatro vezes inferior à evaporação.

Mesmo no interior do Polígono das Secas, as estiagens não atingem as áreas de forma homogênea. Conforme mapa exposto em Leite (1985:17) a frequência e incidência das secas são maiores na região centro-norte do Polígono, atingindo quase a totalidade do Estado da Paraíba, boa parte do Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Ceará.

O que parece mais importante a se destacar é que, ainda nos dias atuais, a economia agrícola nordestina continua prisioneira do fenômeno das secas, um fenômeno natural, ampla e historicamente conhecido na região. Ainda não foram feitas as reformas estruturais que se fazem necessárias para viabilizar o desenvolvimento da atividade na área. É sabido que o que é preciso fazer é basicamente adaptar-se o setor produtivo da região às suas condições naturais.

Na região semi-árida do Nordeste a maioria da população ainda vive no campo; mas as condições adversas da produção agrícola, que têm as secas como o maior agravante, além dos baixos rendimentos obtidos, insuficientes para garantir a sobrevivência mínima das famílias, têm forçado um intenso fluxo de migração do campo para a cidade, agravando o quadro de pobreza nas cidades.

Desta forma, a tomada de medidas que visem reestruturar o setor agrícola do semi-árido, tornando-o viável diante das condições naturais, é de fundamental importância não apenas para melhorar a qualidade de vida da população que se dedica às atividades rurais e,

assim, combater o drama das secas, mas também para combater a miséria urbana que aqui cresce constantemente.

A questão dos baixos índices pluviométricos que ocorrem na região não deve ser esquecida, mas não deve ser considerada origem do problema da agricultura na região. Como já visto, secas são a característica básica das regiões semi-áridas; o que se deve fazer na região é aprender a conviver produtivamente com elas, o que se faria montando uma estrutura que permitisse produzir, utilizando-se bem os recursos disponíveis, de forma a retirar, deles, o maior benefício possível.

Assim, as secas que assolam o semi-árido nordestino são um problema não só de ordem ambiental e social mas, também, político e econômico. E do ponto de vista econômico, o que precisa ser feito é uma reestruturação do setor agropecuário, tornando-o viável economicamente, de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas na produção. É preciso, ainda, tornar a agricultura e a pecuária do semi-árido nordestino atividades dotadas de um potencial de sustentabilidade, para que possam garantir a sobrevivência aos filhos dos agricultores, dando-lhes a oportunidade de persistir no seu meio natural.

1.4.1. Os Desafios da Sustentabilidade

Ante as condições adversas enfrentadas pela agricultura e pela pecuária do Nordeste, especialmente na região semi-árida, em particular com relação às adversidades originárias da estrutura que essas atividades assumem na região, torna-se uma tarefa árdua falar em sustentabilidade na área; todavia, como já foi argumentado, faz-se necessário que se repense a atividade agrícola nesta região, de forma a torná-la viável para a sua população, mostrando-lhe boas perspectivas de vida no seu local de origem evitando, desta forma, o seu êxodo.

Em relatório elaborado pelo Governo brasileiro para a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e analisando os desafios a serem enfrentados no país na busca do desenvolvimento sustentável, a região semi-árida do Nordeste é descrita como portadora de

sérios problemas sociais e ambientais (BRASIL- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991:101-103).

Conforme este relatório, naquele momento a população do Nordeste ultrapassava os 40 milhões de habitantes, representando quase um terço da população brasileira e, deste total, mais de 30% viviam em condições de pobreza ou miséria. A causa principal desta situação é apontada como sendo o baixo índice pluviométrico que se distribui na região num período muito curto. As secas propriamente ditas, que são as longas estiagens, são consideradas fator limitante. E este quadro, de acordo com o relatório, é agravado pela estrutura fundiária da região, extremamente concentrada (BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991:101).

Os aspectos ambientais destacados evidenciam a degradação do meio natural a partir da ação humana, via expansão do processo produtivo. A substituição da vegetação nativa pelo sistema agropastoril e a utilização intensiva dos solos – que são pobres em nutrientes, causam um processo de erosão acentuado. Também se observa a degradação nos perímetros irrigados: um intenso processo de salinização, além da contaminação do solo e das águas pelo uso de agrotóxicos; isto seria consequência do mal manejo da irrigação (BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991:102).

O citado relatório elege, como elementos para que se alcance o desenvolvimento sustentável dois fatores importantes, a superação da pobreza e a participação e controle social no processo de desenvolvimento:

Antes de tudo, não há como imaginar um estilo de desenvolvimento que possa ser ambientalmente sustentável, se não contiver uma solução para os graves desequilíbrios provocados pelas situações de pobreza extrema e de iniquidade socioeconômica que caracterizam a sociedade brasileira de finais do século. Mas não são apenas a riqueza e o patrimônio natural que se encontram concentrados no país. O acesso aos centros de decisão se distribui também de forma desigual entre os cidadãos. Configura-se, pois, como igualmente indispensável o aperfeiçoamento da democracia brasileira, de modo a enfrentar o divórcio entre a sociedade e o Estado e superar assim a situação de pobreza política que agrava e perpetua a desigualdade socioeconômica (BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991:105).

Ou seja, para que se possa construir um processo de desenvolvimento com sustentabilidade, é preciso que se descentralize a tomada de decisões; é oportuno, também, que os produtores participem do processo de tomada de decisões que afetem seus destinos. Quanto às políticas específicas, elas devem variar em função das peculiaridades regionais e

promover, em primeiro lugar, aquelas atividades geradoras de emprego, de forma que promovam a assimilação e a incorporação das tecnologias que maximizem o aproveitamento de recursos energéticos locais e desenvolvam novos produtos orientados para os mercados interno e externo (BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991:168).

Em se tratando da agricultura familiar do semi-árido, o que parece premente para que se possa pensar na efetivação do desenvolvimento da região de forma sustentada, e especialmente desta atividade é, antes de tudo, que se realize uma mudança na estrutura produtiva agropecuária da região. Antes de mais nada, para que o agricultor possa produzir de forma sustentável, garantindo a sobrevivência da sua família e as perspectivas de continuidade de exploração da atividade, faz-se mister que ele tenha acesso à terra. E como se viu, a concentração fundiária é muito forte na região.

Feito isso e descentralizada a estrutura fundiária, é oportuno que a produção garanta um nível de sobrevivência às famílias, que lhes proporcione boas perspectivas de desenvolvimento ou a satisfação de suas necessidades básicas. Para isso, vem a necessidade de custeio para a produção já que, devido às péssimas condições em que se encontra a agricultura familiar da região em termos de rendimento, não há como o produtor guardar fundos para investimento.

É necessário, então, que o produtor familiar tenha acesso a tecnologias que lhe permitam baixar os custos de produção, para que possa se tornar competitivo no mercado; mas, devido às condições naturais peculiares ao semi-árido, não se deve esquecer que será preciso adotar o uso de tecnologias adequadas às condições locais. De fato, parte da causa da degradação ambiental retratada no relatório do CIMA é devida ao uso de tecnologias não adaptadas à região, tecnologias criadas pelo processo de modernização agrícola, com base em máquinas pesadas e defensivos químicos.

Um outro fator primordial para esta almejada sustentabilidade é, sem dúvida, a questão da necessidade de acesso ao mercado. Para que o agricultor familiar possa produzir de forma a ter os seus rendimentos garantidos, é primordial que a sua produção tenha mercado garantido e, para isso, é preciso que ele esteja integrado aos circuitos de comercialização, além de bem informado sobre a atividade comercial relativa aos seus produtos.

Esta necessidade de informações gera, por sua vez, uma outra demanda básica: a oferta de educação. Para que o agricultor possa interagir tanto no meio natural e social no

processo produtivo quanto com os agentes do processo comercial, é mister que tenha acesso à educação; além do mais, a qualificação profissional é uma pedra básica para o sucesso na produção, uma vez que, para o homem da região, o conhecimento da área em que vive e das condições alternativas de adaptação a ela, é essencial para que a convivência com as secas, inevitáveis, deixe de ser fator dramático.

Apesar de tudo isso há, ainda, um elemento premente para a sustentabilidade da agricultura familiar; trata-se da organização dos produtores, fundamental para a detecção das necessidades básicas das comunidades, tanto no que se refere à produção propriamente dita quanto no que diz respeito às suas demandas sociais. Através da organização em associações é que esses produtores poderão levar as suas demandas até as instituições designadas para atendê-las.

Deve-se observar que todos esses elementos acima destacados estão interligados e devem ser objeto de políticas governamentais. Fica evidente que o fortalecimento da agricultura familiar – e da do semi-árido em particular, só será viável a partir da elaboração e efetivação de políticas sociais e econômicas voltadas para o seu beneficiamento. A esse respeito, faz-se necessário registrar a implementação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF¹⁸, que oferece financiamento para os agricultores familiares do Brasil, para fins de custeio e investimento que, de acordo com o Ministério da Agricultura, teve um crescimento no número de contratos financiados de 1996 para 1997, de 47%, enquanto que, em relação ao valor financiado, tal crescimento foi de 150% (www.agricultura.gov.br/psafra3.asp). O que o Ministério quer ressaltar é o significativo crescimento que aconteceu de um ano para o outro, colocando o programa como funcional e portador de boas perspectivas.

Em relação às condições de financiamento do PRONAF, registra-se que, para financiamento de custeio em relação aos encargos financeiros, cobra-se uma taxa efetiva de juros de 5,75% ao ano. O limite de crédito para custeio está estipulado em R\$5.000,00 por beneficiário e, em relação ao prazo para pagamento, apresenta-se em três categorias: para custeio agrícola, 2 anos, no máximo; para custeio pecuário, até um ano, e para custeio de beneficiamento ou industrialização, até dois anos.

Para investimento, por sua vez, cobra-se uma taxa de juros de longo prazo (TJLP) acrescida de uma taxa efetiva de juros de 6% ao ano, com rebate de 50% por ocasião do

¹⁸ De acordo com o Ministério da Agricultura, a implementação do PRONAF teve início na safra 1995/1996.

efetivo pagamento. Com relação ao limite de crédito, fica em R\$ 15.000,000 por beneficiário e R\$75.000,00 para crédito coletivo, respeitando-se o limite individual por mutuário. Sobre o prazo para pagamento, está fixado para até oito anos, com até dois anos de carência.

Sem dúvida, essa iniciativa do Governo de oferecer crédito à agricultura familiar chega em boa hora, mas há que se considerar que nem todos os agricultores familiares dispõem das garantias exigidas para acesso ao financiamento¹⁹. Percebendo isso, o Governo criou o PRONAF Especial, uma linha especial de crédito destinada a esses agricultores. Este programa oferece um crédito com limite mínimo de R\$500,00 e máximo de R\$1.500,00 por beneficiário. Os juros são fixados em 5,75% ao ano, e com um rebate sobre o saldo devedor de R\$200,00 por beneficiário, no ato do pagamento; mas acrescentou uma condição para que um agricultor seja enquadrado neste financiamento: que tenha cem por cento da renda familiar originária da exploração agropecuária e/ou extrativa vegetal.

Ora: como se observou acima há, no Nordeste e na região semi-árida em particular, um grande número de agricultores produzindo em estabelecimentos pequenos, onde as condições de produção são adversas, sendo que eles não contam com um mínimo de organização produtiva. São vítima dos infortúnios da seca sob pena de não disporem de organização produtiva nem de recursos, o que resulta da própria estrutura da agropecuária que se instalou no semi-árido.

Ante este quadro, é praticamente impossível que consigam manter suas famílias apenas com os rendimentos obtidos através da exploração agropecuária, uma vez que os rendimentos são mínimos, devido tanto à baixa produtividade associada ao pequeno tamanho dos estabelecimentos quanto à falta de interação com o mercado, fazendo com que, quando esses produtores produzem um excedente, não tenham mercado garantido para seus produtos, sendo prejudicados, muitas vezes, nas transações comerciais de venda.

Assim, torna-se necessário repensar este programa, adaptando-o às verdadeiras condições dos produtores, por assim dizer, marginalizados. Enquanto isso, resta-lhes o benefício dos programas de emergência, com a distribuição de cestas básicas durante a

¹⁹ É bom lembrar que para que o agricultor tenha acesso ao financiamento do PRONAF, é preciso que ele apresente à agência financeira uma Declaração de Aptidão fornecida por agente credenciado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

ocorrência das grandes secas. De fato, as políticas sociais para a região têm-se limitado a essas ações assistencialistas, que servem apenas como paliativo momentâneo e, para os idosos, a aposentadoria, que tem enorme importância para muitos municípios da região.

Como afirma acertadamente Santos (1999: 6-7):

O acesso dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais aos benefícios da Previdência e Assistência Social, é fundamental para o resgate da dignidade e cidadania de milhões de pessoas. Além disso, os recursos da aposentadoria têm-se mostrado importante instrumento de transferência de renda para o interior do país, chegando a ser fator de dinamização de diversos municípios. Esta tendência reverte, em parte, a orientação histórica de transferência de recursos do setor rural para o setor urbano.

É necessário que essa consciência chegue até os formuladores e dirigentes das políticas sociais, para que se estanque a injustiça que tem acontecido com o corte e o indeferimento de um grande número de benefícios. Se é verdade que o problema de recursos da Previdência Social brasileira é grave e precisa ser solucionado, também é certo que não se deve penalizar os mais carentes, aqueles que não têm outra alternativa de renda, para a solução desse problema.

Conclusão

É notório que a principal característica da agricultura familiar dos países desenvolvidos é, sem dúvida, o caráter que ela assume como atividade moderna. A modernização assumiu uma função primordial para o seu desenvolvimento, uma vez que, barateando os custos de produção, reduziu os preços dos alimentos e, por consequência, diminuiu também o custo do trabalho. Este fato faz com que tal desenvolvimento da atividade familiar interesse aos atores econômicos, haja vista que, para o Estado, a redução nos custos dos alimentos causa interesse tanto para a formulação da política agrícola como para a política de salários; já para as empresas em geral, o interesse está na redução dos salários; para as empresas que utilizam matéria-prima de origem agrícola, além da redução dos salários interessa também o rebaixamento do custo da matéria-prima. E, para o consumidor em geral, o benefício está na redução do custo dos bens alimentares.

É muito importante destacar o papel do Estado nesse processo de desenvolvimento da agricultura familiar nos países desenvolvidos. De fato, a ação do Estado é essencial para

a concretização dessa realidade, uma vez que o produto da agricultura familiar é fonte de alimentação e tem implicação direta na formulação dos salários. Portanto, a produção de alimentos a custos cada vez menores é fundamental para a política salarial.

No caso da agricultura familiar brasileira, o fator de destaque é, sem dúvida, sua minifundização, originada da grande concentração de terra existente no país. Esta é uma realidade histórica no país, já que a constituição de grandes latifúndios remonta aos primórdios da colonização, quando as terras foram distribuídas a membros da Corte portuguesa de forma desregrada, sem nenhuma preocupação com a função social da terra; pensava-se apenas na sua função econômica, que naquele momento se tratava de produzir as monoculturas que estavam bem cotadas no mercado internacional.

No que se refere aos trabalhadores pobres, que foram crescendo quantitativamente ao longo dos anos, não havia nenhuma preocupação por parte do governo em lhes conceder terras e assistência para propiciar as condições básicas de produção. Ao longo dos anos, nos primeiros séculos do país constituído enquanto nação, foi crescendo uma atividade familiar marginal, seja produzida no interior das fazendas ou em minifúndios de condições precárias, com uma produção quase apenas suficiente para a subsistência das famílias. Somente um pequeno excedente era destinado ao consumo das cidades, e assim propiciava uma pequena renda aos produtores.

As precárias condições na agricultura brasileira só vêm mudar, na realidade, a partir dos anos 1960, com a implantação da modernização agrícola no país. No que interessa à agricultura familiar, no entanto, não houve mudanças muito significativas, uma vez que a adoção das novas tecnologias chegou apenas a setores localizados, centralizando-se em unidades do Centro-Sul do país. A maioria – ou a quase totalidade, das unidades familiares brasileiras, continuam ainda hoje utilizando técnicas arcaicas de produção. É o caso da região Nordeste, por exemplo, onde fica localizado o maior índice de pobreza do país e onde, também, a agricultura ainda é uma grande fonte de emprego de mão-de-obra, muito embora o seu rendimento seja, na maioria das vezes, o suficiente apenas para a reprodução social dos indivíduos em condições sub-humanas. Além dessa realidade tão carente em relação aos seus rendimentos, o problema da concentração da terra gera a necessidade de que os filhos dos agricultores migrem para as cidades já que, devido ao seu pequeno espaço, as unidades familiares não ensejam a que todos se reproduzam no local.

Gera-se, assim, o grave problema da superpopulação urbana, uma realidade gritante na região, que tem tido, como efeito, aumento assustador da miséria e da violência no

âmbito das cidades, resultado da falta de incentivo por parte do Estado à produção familiar pois, como visto, se esse tipo de produção tem tido êxito nos países desenvolvidos, é porque o Estado tem criado condições para tal.

O quadro de carência do setor produtivo destaca-se principalmente, como era de se esperar, naqueles municípios cuja área é, se não totalmente, ao menos predominantemente pertencente ao clima semi-árido. Este é o caso da quase totalidade dos municípios do Estado da Paraíba, inclusive Queimadas, objeto específico de estudo desse trabalho, cujas características serão descritas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

A AGRICULTURA FAMILIAR EM QUEIMADAS: SUAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Introdução

O presente capítulo inicia a abordagem do município de Queimadas e se baseia na utilização de dados secundários, principalmente em dados dos Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE. Tem-se, aqui, o objetivo de fazer uma abordagem descritiva do objeto de estudo, a saber, a agricultura familiar do referido município. Os dados referentes às características geográficas foram colhidos do Censo Agropecuário, da relação de proprietários rurais emitida pelo INCRA, bem como do PMDR.

As informações referentes à população foram extraídas dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 e da Contagem Populacional de 1996, a partir das quais se procura observar a evolução da população do município, destacando-se os contingentes rural e urbano. No que se refere às informações relativas aos estabelecimentos agropecuários do município, utilizaram-se dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Com este intuito faz-se, inicialmente, uma descrição da situação demográfica do município, utilizando-se dados dos Censos Demográficos do período analisado, procurando-se esclarecer as características populacionais do município, no que se refere ao número de habitantes e à sua divisão por sexo e por faixa etária.

A seguir, abordar-se-á a dimensão econômica da agricultura familiar do município, onde será investigada a sua forma de organização. Serão verificadas as condições de produção a que está submetido o agricultor familiar da região, destacando-se a presença de tecnologias no processo produtivo comandado por esses agricultores.

Terão destaque, também, a presença do capital neste processo, no qual se verificará o nível de capitalização dos referidos produtores, e a oferta de crédito, que é fundamental

para o desenvolvimento dessa atividade, uma vez que o agricultor familiar do país, via de regra, possui poucos recursos.

Dando seqüência, a dimensão social da agricultura familiar de Queimadas será o foco da análise. Nesta parte, analisar-se-á o emprego na atividade familiar, fazendo-se a relação por sexo e faixa etária; procurar-se-á, também, verificar a média de pessoal ocupado por estratos de área no município. Por fim, abordar-se-á a dimensão ambiental da agricultura familiar do município e se averiguarão quais os impactos causados pela atividade sobre o meio ambiente da região, fazendo-se uma análise relativa entre o tipo de tecnologia utilizada e o tipo de dano causado ao meio ambiente.

2.1. Características Gerais do Município

O município de Queimadas pertence à região semi-árida do Nordeste brasileiro. Situado no Estado da Paraíba, revela-se típica região do semi-árido nordestino, incorrendo nas conseqüências que a semi-aridez provoca no Nordeste, qual seja, irregularidade pluviométrica, acompanhada da escassez de chuvas na região, conforme referido no capítulo anterior.

A área total é de 383,8 km², o que corresponde a 0,68% da área do Estado da Paraíba que, por sua vez, é de 56.372 km². No que diz respeito à localização geográfica e de acordo com o IBGE, está localizado na Mesorregião do Agreste da Borborema, na Microrregião de Campina Grande, a uma distância de 15km em relação ao município. Em referência à cidade de João Pessoa, Capital do Estado, localiza-se a uma distância de 133,8 km. Limita-se ao Norte com o município de Campina Grande, ao Sul com os municípios de Boqueirão e Gado Bravo, a Leste com o município de Fagundes e a Oeste com o município de Boqueirão.

O município de Queimadas foi criado em 1961, pela lei nº 2.622 de 14.12.1961, sendo instalado em 30.12.1961. Até então, fazia parte do território do município de Campina Grande.

Segundo o PMDR, há no município 101 localidades rurais, sendo as dez de maior concentração de estabelecimentos agropecuários, as seguintes: Gravatá, Zé Velho,

Guritiba, Catolé, Sítio Castanho, Campo Comprido, Olho d'Água Salgado, Baixa Verde, Boa Vista e, em décimo lugar, Quixabas.

2.2. Características Populacionais

O estudo dos aspectos demográficos do município é muito importante para a análise aqui realizada, porque não apenas revela a evolução da população municipal nos últimos anos como, também, sinaliza a evolução do processo produtivo agrícola familiar, no que se refere à utilização da mão-de-obra, uma vez que, a partir da observação da participação dos estratos etários no total da população, pode-se vislumbrar a percentagem da população economicamente ativa diante do total da população.

É importante frisar que alterações na composição etária podem ter importantes implicações sobre o município. Uma população mais jovem sinaliza um crescimento futuro da população economicamente ativa, enquanto o envelhecimento populacional revela um crescimento futuro do número de aposentadorias e, portanto, da importância dos benefícios da Previdência Social para a renda do município.

Acompanhando-se os Censos Demográficos realizados nas décadas de setenta, oitenta e noventa, tem-se o panorama evolutivo da população para um período de vinte e seis anos.

Conforme a Tabela 7 e de acordo com o censo de 1970 havia, no município de Queimadas, naquele ano, uma população de 21.258 habitantes, sendo que deste total 18.248 residiam na área rural e 3.010 área urbana. A importância desses dados revela-se quando são observados em termos percentuais: tem-se que 86% do total da população residia na zona rural, enquanto apenas 14% residiam na zona urbana. Percebe-se, a partir daí que, naquele ano, a população do município era eminentemente rural.

Tabela 7
Evolução das populações urbana e rural do município de Queimadas, PB
1984 - 1996

Ano	População total (A)	População urbana (B)	População rural (C)	Proporção (B/A) (%)	Proporção (C/A) (%)
1970	21.258	3.010	18.248	14,0	86,0
1980	25.473	5.769	19.704	23,0	77,0
1991	32.555	11.814	20.741	36,0	64,0
1996	33.461	14.312	19.149	43,0	57,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996

Já no censo de 1980, os dados revelam mudança no panorama populacional do município. Queimadas contava com uma população total de 25.473 habitantes, desta vez com uma população rural de 19.704 habitantes e uma urbana de 5.769 habitantes. Comparando-se com os dados de 1970, tem-se um crescimento na população total de 20%, enquanto a população rural cresceu apenas 8% e, o mais expressivo, o crescimento da população urbana alcançou 91%. Revela-se aí um grande salto da população urbana.

O censo de 1991 mostra continuidade da tendência revelada na década de oitenta. A população total do município somou 32.555 habitantes, enquanto a população rural apresentou o total de 20.741 habitantes, e a urbana, 11.814 indivíduos. Desta vez, o incremento da população total foi da ordem de 28%, sendo o crescimento rural de 5% e o crescimento urbano alcançou o patamar de 104%.

Em 1996, os dados revelam tendência de redução relativa da população rural ainda mais significativa. Neste ano, a população total registrada foi de 33.461 habitantes, dos quais 19.149 residentes na zona rural e 14.312 na zona urbana. Sendo assim, o crescimento da população total foi de 3%, enquanto a população rural sofreu uma redução de 8% e a população urbana, por sua vez, cresceu 21%.

Os dados sinalizam que houve, neste período, grande perda de participação da população rural em relação à população total, haja vista que, se em 1970 a população rural representava 86% da população total, em 1980 esse percentual caiu para 77% e, na década de noventa, há uma acentuação desta tendência: em 1991 representa 64% e, por fim, em 1996 fica em 57%. Fazendo-se uma relação entre o censo de 1970 e o de 1996, tem-se

que, num intervalo de vinte e seis anos, a população rural sofreu redução na sua participação na população total, em 29 pontos percentuais.

Tratando-se da divisão da população por sexo nota-se, conforme mostra a Tabela 8, regularidade na distribuição dos dados: em 1970, a população masculina representava 48% da população total e a feminina, por sua vez, 52%; os mesmos percentuais são representados no censo de 1980; já em 1991 ocorre mudança nos percentuais, visto que a população masculina representa 49%, e a feminina, 51%. Para o censo de 1996, tem-se os mesmos percentuais apresentados em 1991.

Tabela 8

Evolução da população, por sexo, em Queimadas, PB, 1970 – 1996

Ano	População total (hab.)	População por sexo			
		Masculina		Feminina	
		Absoluto (hab.)	%	Absoluto (hab.)	%
1970	21.258	10.118	48	11.140	52
1980	25.473	12.349	48	13.124	52
1991	32.555	16.021	49	16.534	51
1996	33.461	16.264	49	17.197	51

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996

Embora se note que em todos os censos se registra que mais da metade da população do município pertence ao sexo feminino, tem-se uma redução de 1% na participação feminina nos dois últimos censos, em relação aos dois primeiros.

Agregando-se a separação por sexo ao fator residir nas áreas denominadas pelo IBGE como rural ou urbana, tem-se que, em 1980, 78% dos homens residiam na zona rural, enquanto para as mulheres este percentual era de 77%; já em 1996, nota-se que apenas 58% da população masculina residiam na área rural, enquanto no que diz respeito às mulheres, este percentual era de 57%. É interessante observar que houve redução equilibrada nos dois sexos pois, como se constata, tanto a população masculina quanto a feminina sofreram queda de vinte pontos percentuais.

Convém destacar, também, que em 1980 os homens eram 49% da população rural, e as mulheres, 51%. Na população urbana, o percentual de participação masculino era de

48%, e o feminino de 52%. Em 1996, os percentuais são os mesmos, revelando que não houve alteração na composição populacional por sexo, seja na área rural ou na urbana.

Os dados dos dois últimos parágrafos são importantes porque mostram que, no caso de Queimadas, não se revela uma característica muito destacada nos pequenos municípios brasileiros, que é a saída da população feminina num patamar maior que a masculina, cuja realidade se atribui, em geral, ao fato das famílias mandarem suas filhas para a cidade, com o objetivo de estudarem ou trabalhar em atividades urbanas, consideradas mais leves em relação às atividades rurais, enquanto os filhos são responsabilizados pelo trabalho na unidade produtiva, como forma de fazê-los sucessores dos pais na administração da atividade.

Em Queimadas não se percebe este fato a partir dos números. Conforme se viu acima, a redução percentual da população masculina no campo foi igual à feminina, não se podendo dizer, daí, que este comportamento típico das famílias rurais em relação a seus filhos, esteja presente no município, mas isto é reforçado pela participação relativa dos dois sexos, tanto na população rural quanto na urbana, onde os números não se alteraram entre 1980 e 1996²⁰.

Tratando da separação da população por estratos etários, chega-se a perceber as características populacionais no que se refere ao envelhecimento ou não da população. De acordo com os dados expostos na Tabela 9, verifica-se que a população do município de Queimadas conta com um significativo número de jovens, mas a participação dos idosos tem crescido paulatinamente.

Conforme os dados, em 1970 a população de até 14 anos em Queimadas representava 47,2% da população total, enquanto as pessoas entre 15 e 59 anos chegavam a 46,2% e aquelas com 60 anos e mais eram 6,4%. Observa-se, assim, que no referido ano o município contava com uma população jovem bastante significativa.

Em 1980 tem-se uma população de até 14 anos representando 45,7% do total, enquanto o segundo estrato passa a representar 45,4% da população total, e o estrato de 60 anos e mais, sobe para 8,7%. Em 1991, os habitantes de até 14 anos representavam 39,2% da população, enquanto aqueles entre 15 e 59 anos eram 51% e os de 60 anos e mais, por sua vez, significavam 9,8% da população.

²⁰ Infelizmente, os censos de 1970 e 1991 não informam a divisão das populações rural e urbana por sexo. Daí só terem sido usados números de 1980 e 1996.

Tabela 9
Distribuição da população por estratos etários em Queimadas, PB, 1970-1996
em valores absolutos e percentuais

Grupos de idade	Ano							
	1970		1980		1991		1996	
	Absoluto (hab.)	%	Absoluto (hab.)	%	Absoluto (hab.)	%	Absoluto (hab.)	%
Até 14 anos	10.026	47,2	11.655	45,7	12.785	39,2	12.330	36,8
De 15 a 59 anos	9.829	46,2	11.557	45,4	16.568	51,0	17.660	52,8
60 anos e mais	1.358	6,4	2.205	8,7	3.202	9,8	3.391	10,1
Idade ignorada	45	0,2	56	0,2	0	0,0	80	0,3
Total	21.258	100	25.473	100	32.555	100	33.461	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996

No ano de 1996, os números sofrem nova mudança; os de até 14 anos significaram, desta vez, 36,8%, enquanto aqueles entre 15 e 59 anos subiram para 52,8% e os de 60 anos e mais chegaram a 10,1%. Esses números revelam que há, de fato, tendência de envelhecimento da população queimadense, assim como tem acontecido no país como um todo, conforme revelam as estatísticas. Muito embora a participação de jovens seja ainda muito significativa, nota-se um envelhecimento paulatino. Registra-se, para o referido período, tendência de queda da participação da população de até 14 anos, que caiu de 47,2% da população total em 1970 para 36,8% em 1996 havendo, assim, queda de 10,4 pontos percentuais. Esta tendência é mais significativa entre o início das décadas de oitenta e noventa, quando os números caem de 45,7% para 39,2%, mas ao mesmo tempo ocorre crescimento do estrato, entre 15 e 59 anos, que sai de um percentual de 46,2% em 1970 para alcançar 52,8% em 1996; portanto, ocorre crescimento de 6,6 pontos percentuais e, mais uma vez, destaca-se a relação entre o início da década de oitenta e da década de noventa, quando o percentual de participação desse estrato pulou de 45,4% em 1980, para 51% em 1991.

Também no estrato que representa as pessoas de 60 anos e mais, verifica-se crescimento na participação total bastante significativo. Em 1970, esse estrato representava 6,4% da população total e chega, em 1996, como 10,1% dessa população apresentando, desta forma, variação percentual de 3,7 pontos.

Caso haja continuidade neste quadro de envelhecimento populacional, tal realidade pode ter implicações para o futuro da economia do município, uma vez que menos pessoas estarão entrando no mercado de trabalho e, portanto, na atividade produtiva.

Além disso, como já se verificou, a maior parte da população reside no campo. Embora se desconfie de que o êxodo rural seja alto no município, é de se supor que a atividade agrícola familiar também sofra os reveses dessa queda no estrato populacional de até 14 anos. Considerando-se a falta de tecnificação no campo, onde a mão-de-obra é fundamental para a produção, sua queda poderá significar queda real na produção.

É fato notório que, havendo redução do tamanho das famílias no campo haverá, também, redução no consumo familiar, o que aliviaria o impacto causado pela queda na produção, pois cairia também o montante a ser consumido pela família; todavia, é visível que a agricultura familiar do município não é autárquica; os produtores familiares precisam produzir um excedente para comercializar e, assim, adquirir outros bens no mercado e, neste contexto, a queda da produção afetará a família, pois reduzirá o seu poder de compra afetando, sem dúvida alguma, o seu consumo.

Além de afetar o produtor familiar, é preciso frisar que a queda na produção afetará o comércio agrícola do município, pois a queda do excedente reduzirá o volume de comércio de bens agrícolas da região, forçando a compra de bens fora do município e, com isso, aquecendo os preços, já que serão acrescidos dos custos de frete.

2.3. Forma de Organização da Produção

Este ponto tratará da forma como a produção agrícola e pecuária está organizada no município. Primeiramente, analisam-se dados para o total de estabelecimentos. Utiliza-se este recurso para que se tenha uma idéia de como está organizada a atividade para o conjunto do município; em seguida, destaca-se a produção agrícola e pecuária em estabelecimentos com menos de 100 hectares e, assim, aborda-se a organização da atividade familiar, objeto de estudo deste trabalho.

2.3.1. Aspectos dos Estabelecimentos Agrícolas e Pecuários do Município em Geral

De acordo com os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, a agricultura e a pecuária estão, no município de Queimadas, assentadas em um número de estabelecimentos que tem variado nas três últimas décadas, realidade que se repete quando se destaca a área ocupada por esses estabelecimentos. Observando-se a Tabela 10, nota-se a variação da área média dos estabelecimentos de um censo para outro. Em 1970, a área média desses estabelecimentos ficava em 11 hectares, caindo em 1975 para 8,5 hectares, porém no ano de 1980 ocorre crescimento, superando o patamar alcançado há uma década: chega-se a 11,5 hectares por estabelecimento, mas cinco anos após ocorre redução ainda superior àquela dos anos setenta, visto que a área média cai para 8 hectares; enfim, dez anos após, em 1995, a área média havia crescido, alcançando 9,5 hectares.

Tabela 10
Número e tamanho dos estabelecimentos agropecuários do município de Queimadas, PB, 1970 – 1996

Ano	Número total de estabelecimentos	Área ocupada (ha)	Média de área por estabelecimento (ha)
1970	3.354	37.761	11
1975	3.939	33.579	8,5
1980	3.204	37.019	11,5
1985	4.057	31.541	8
1995	3.199	30.646	9,5

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996

Esses dados são reveladores porque demonstram o movimento de expansão e retração da terra ocupada pela atividade, além do movimento de concentração da terra ocorrido no município. Como se percebe, há um movimento instável com tendência de queda em relação à área ocupada e ao número de estabelecimentos. Entre 1970 e 1975 constata-se, em relação ao número de estabelecimentos, crescimento de 17% de um censo para outro, enquanto no que se refere à área ocupada ocorreu redução de 11%. De acordo com esses dados, nota-se fragmentação da terra no município.

Já quando se relaciona o censo de 1975 com o de 1980, verifica-se queda no número de estabelecimentos, da ordem de 19%, enquanto do lado da área ocupada ocorreu um crescimento de 10%. Percebe-se, então, que neste caso houve concentração da terra entre os dois períodos.

O caso mais interessante para o período estudado parece ser a relação entre o censo de 1980 e o de 1985. Neste caso, aconteceu aumento no número de estabelecimentos, em 27%, enquanto a área ocupada sofreu redução de 15%. Fica evidente a ocorrência de fragmentação da terra nesse período. Quanto à redução da área ocupada, é provável que tenha sido resultado da seca verificada no início da década de oitenta.

O censo de 1995, por sua vez, revela mais ocorrência de concentração da terra, uma vez que, enquanto houve redução de 21% no número de estabelecimentos, a área ocupada sofreu, no mesmo período, redução de apenas 3%²¹.

É importante, também, que se observe a distribuição dos estabelecimentos e da área ocupada, levando-se em consideração a condição do produtor pois se tem, assim, revelada a distribuição da propriedade e da posse da terra no município. Conforme mostra a Tabela 11, elaborada a partir do Censo Agropecuário de 1995-1996, tem-se que 66% dos estabelecimentos eram cultivados por seus proprietários, ocupando 92% da área total utilizada naquele ano.

Quanto às categorias que detêm apenas a posse da terra, vê-se que, em relação aos arrendatários, estes ocupavam 16% dos estabelecimentos que, por sua vez, apenas 2,5% da área total. Os parceiros constituem, então, a categoria menos significativa: detinham somente 2% do total de estabelecimentos e 0,5% da área total; já a categoria dos ocupantes é bem mais significativa, visto que dominava 16% do total de estabelecimentos, em relação à área, que chegava a 5% do total. É interessante notar que, no que diz respeito à área, a categoria de ocupantes era, naquele momento, mais significativa que a dos arrendatários, uma vez que trabalhavam o dobro da área ocupada por esta última categoria de produtores.

²¹ É bom destacar que se perde informação neste caso, já que o intervalo entre um Censo e outro foi de dez anos, e não de cinco, como antes.

Tabela 11
Área e número de estabelecimentos, de acordo com a condição do produtor
em Queimadas, PB, 1996

Condição do Produtor	Estabelecimentos		Área ocupada	
	Absoluto (Nº)	%	Absoluto (ha)	%
Proprietário	2.099	66,0	28.146	92,0
Arrendatário	505	16,0	863	2,5
Parceiro	68	2,0	149	0,5
Ocupante	527	16,0	1.488	5,0
Total	3.199	100,0	30.646	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

2.3.2. A Presença de Processos Tecnológicos na Produção

A utilização de tecnologia se dá de forma muito tímida, por assim dizer, na agricultura do município de Queimadas. Conforme se a Tabela 12, o número de máquinas e equipamentos declarados para os censos agropecuários entre 1970 e 1996, é pequeno quando relacionado ao número de estabelecimentos existentes.

Comparando-se os dados dos censos, percebe-se que entre 1970 e 1996 houve crescimento no número de tratores, da ordem de 137%; todavia, atentando-se mais detalhadamente para o período analisado, nota-se que ocorreu, entre 1970 e 1980, um crescimento de 50% no número do referido equipamento, sendo que em 1985 aconteceu uma queda de 50%, voltando ao mesmo número de 1970. O crescimento mais significativo ocorre, portanto, entre 1985 e 1996, chegando ao percentual de 137%.

Tabela 12
Maquinaria e veículos existentes no município de Queimadas, PB
1970 – 1996

Discriminação das máquinas	Total de máquinas por ano				
	1970	1975	1980	1985	1996
Tratores	14	15	21	14	33
Colheitadeiras	2	8	8	1	6
Arados de tração mecânica	13	12	19	11	17
Arados de tração animal	466	1.428	1.548	19	42

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996

O número de colheitadeiras é ainda mais baixo, também variado para o período. É interessante observar que o maior número deste equipamento foi registrado em 1975 e 1980. Tem-se um crescimento de 400% nesse número, entre 1970 e 1975, quando ele sobe de duas para oito unidades, mantendo-se em 1980, mas em 1985 cai para apenas uma colheitadeira. Em 1996, porém, sobe para seis unidades. Fazendo-se a relação entre os números de 1970 e 1996, tem-se um crescimento de 200% no total de colheitadeiras existentes no município.

Em relação aos arados de tração mecânica, ocorre também oscilação nos números para o período analisado. Em 1970, tem-se o registro de treze arados desse tipo, caindo em 1975 para doze; em 1980, este número sobe para dezenove equipamentos, caindo em 1985 para onze e voltando a subir em 1996, para dezessete. Fazendo-se a relação entre 1970 e 1996, tem-se um crescimento de 30%.

O número de arados de tração animal é mais significativo. Destaca-se, todavia, a grande queda do número deste equipamento dos anos oitenta para cá. De acordo com os dados, entre 1970 e 1980 verificou-se crescimento de 232% no número desse tipo de arado no município, quando chega a 1.548 arados. O censo de 1985 já registra uma queda para apenas 19 arados, chegando em 1996 a um número de 42 arados. Esta oscilação nos números deve ser resultado das variações climáticas no período, que colocam o produtor em dificuldades econômicas obrigando-o, muitas vezes, a se desfazer do seu patrimônio, para sobreviver.

Chama a atenção, o número de arados de tração animal registrado quando relacionado ao número de tratores. Sabe-se que na agricultura do semi-árido nordestino, o

número de arados de tração animal costuma, em geral, apresentar superioridade bastante significativa em relação ao número de tratores porque, como a maioria é de pequenos produtores que detêm poucos recursos, torna-se difícil para eles o acesso a tecnologias mais avançadas, como é o caso do trator.

Quando se observa os números para Queimadas verifica-se, todavia, que o citado tipo de arado supera o número de tratores, de acordo com os dados do último censo, em apenas 9 unidades, ficando claro, diante dos baixos números que, a julgar pelos números do IBGE, há realmente, nas últimas três décadas, uma baixíssima utilização de tecnologia na produção agrícola do município, até mesmo de tecnologias mais rudimentares, como é o caso do arado de tração animal. Dá a entender, portanto, que o cultivo é feito majoritariamente através do uso de enxadas²².

Observando-se os produtos e serviços utilizados pelos estabelecimentos na produção, tem-se mais uma idéia do uso de inovações tecnológicas no processo produtivo do município. A baixa utilização de assistência técnica já era previsível diante da baixa utilização de máquinas e equipamentos agrícolas, conforme foi exposto na Tabela 10.

No que se refere ao uso de adubos e defensivos, os dados da Tabela 13 mostram que, também neste quesito, a utilização é muito baixa, abrangendo apenas 2,4 do total de estabelecimentos do município. Merece destaque o uso do controle de pragas e doenças, que chega a um total de 60% dos estabelecimentos. Perde-se informação porque não é esclarecido que métodos são utilizados para tal fim, se se faz uso de defensivos químicos ou outros métodos.

Denotam-se, também, baixos números para conservação do solo, presente em apenas 0,6% dos estabelecimentos, e irrigação, que chega a apenas 0,7% do total de estabelecimentos. É perceptível que esta realidade se revele, haja vista que a conservação do solo requer a conscientização do produtor, o acesso à informação por parte dele aos perigos da utilização de técnicas degradativas e, também, acesso ao conhecimento das técnicas de conservação. Em relação à irrigação, não há, no município, reservatórios hídricos suficientes para propiciar a irrigação a bom número de estabelecimentos.

A energia elétrica apresenta bom percentual de utilização. Em 1995, já estava presente em 68% dos estabelecimentos, ou seja, em mais da metade deles. Esta realidade

²² Deve-se observar que o baixo uso de tecnologia e o uso da enxada em larga escala leva a entender que há uma grande utilização de mão-de-obra. Mas por outro lado, há também que se perceber que, diante da forma arcaica de produção, o rendimento é certamente muito baixo.

pode ser explicada pelo interesse do governo, destacando-se a sua esfera municipal, em eletrificar a área rural.

Tabela 13

Uso de assistência técnica, irrigação, adubos e corretivos, controle de pragas e doenças, conservação do solo e energia elétrica, para o total dos estabelecimentos do município de Queimadas, PB, 1996

Discriminação dos serviços e produtos utilizados	Número de estabelecimentos que utilizam estes produtos e serviços	Porcentagem do total de estabelecimentos do município (%)
Assistência técnica	20	0,6
Adubos e corretivos	77	2,4
Controle de pragas e doenças	1.920	60,0
Conservação do solo	18	0,6
Irrigação	24	0,7
Energia elétrica	2.182	68,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Fica assim evidente a baixa utilização de inovações tecnológicas na agricultura do município ora estudado, merecendo destaque a baixa utilização de tecnologias um tanto arcaicas, como é o caso do arado de tração animal, mais amplamente utilizado em outros municípios do semi-árido nordestino, mas que, em Queimadas, havia em 1995 poucas unidades em uso.

2.3.3. Características da Agricultura Familiar no Município

Aborda-se, neste ponto a atividade agrícola familiar praticada no município em estudo, onde são ressaltadas as atividades agrícola vegetal e animal ou pecuária em pontos separados, para que assim possa ser oferecido melhor entendimento do assunto abordado. Trata-se, assim, das principais questões da agricultura familiar no município, como a concentração da terra e os produtos essenciais cultivados.

No caso da atividade pecuária, trata-se dos principais rebanhos presentes, bem como da participação da pecuária e dos rebanhos específicos na economia do município, na

medida em que se ressalta a quantidade produzida das espécies e, a partir daí, o total consumido e o vendido.

2.3.3.1. A Atividade Agrícola

A agricultura familiar do município de Queimadas não apresenta características diferentes daquelas apresentadas pelo semi-árido nordestino como um todo, vistas no capítulo anterior. Como já foi destacado neste capítulo, a concentração fundiária, como era de se esperar, está bastante presente no município. Esta realidade fica bem mais clara quando se analisam os dados referentes aos estabelecimentos aqui existentes, por estratos de área.

A concentração da terra no município é notória, observando-se os dados expostos na Tabela 14. Somando-se o número de estabelecimentos com menos de 100 hectares, chega-se a um total de 3.141 estabelecimentos, ou seja, 98% dos 3.199 estabelecimentos existentes no município em 1995, de acordo com o Censo Agropecuário daquele ano. No que se refere à área ocupada, no entanto, revela-se que apenas 53% da área, de 30.645,46 hectares, estão ocupados pelos referidos estabelecimentos, ficando claro que os 2% de estabelecimentos restantes, que são os que têm 100 hectares e mais de área, chegam a ocupar 47% da área ocupada pela agropecuária no município.

Esses dados se tornam ainda mais reveladores se se detalha mais o nível da análise. Somando-se o número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, observa-se que, apesar de representarem 80% do número total de estabelecimentos, ocupam apenas 24% da área. Descendo-se a um nível de detalhamento ainda maior, tem-se que o maior número de estabelecimentos se concentra entre aqueles com área entre menos de um até cinco hectares, somando 77%, sendo que a área total ocupada por eles compreende, todavia, apenas 17% da área total.

Tabela 14
Número e tamanho dos estabelecimentos, em valores absolutos e proporcionais, por grupos de área total em Queimadas, 1996

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos em 31.12		Área ocupada	
	Absoluto (Nº)	%	Absoluto (ha)	%
Menos de 1	253	8,0	130,13	1,0
1 a menos de 2	1.036	32,0	1.512,86	5,0
2 a menos de 5	1.170	37,0	3.468,54	11,0
5 a menos de 10	307	10,0	2.136,22	7,0
10 a menos de 20	201	6,0	2.752,51	9,0
20 a menos de 50	139	4,0	4.101,59	13,0
50 a menos de 100	35	1,0	2.313,63	7,0
100 e mais	58	2,0	14.229,96	47,0
Total	3.199	100,0	30.645,44	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

A importância da agricultura familiar para o município fica bem clara quando se observam os dados referentes aos produtos produzidos. O seu predomínio é muito grande na cultura dos produtos básicos para a alimentação do homem da região, a saber, o feijão, a fava e o milho que, como já visto no capítulo anterior, são os principais produtos da agricultura familiar nordestina. Como mostra a Tabela 15, os estabelecimentos com menos de 100 hectares foram responsáveis por 94% da produção de fava, 96% da produção de feijão e 95% da de milho, no ano de 1995.

Esta realidade demonstra que, de fato, é a agricultura familiar a grande responsável pela produção de alimentos no município. E como se sabe que a grande função da agricultura familiar, não só no semi-árido nordestino mas no Brasil, de forma geral, é a subsistência das famílias dos agricultores, certamente ocorre o mesmo no município de Queimadas.

Tabela 15
Quantidade produzida de lavouras temporárias, por estratos de área,
em Queimadas PB, 1996

Produtos	Quantidade produzida (ton)			
	Em estabelecimentos com		Total produzido (C)	A/C (%)
	Menos de 100 ha (A)	Mais de 100 ha (B)		
Fava	170	10	180	94,0
Feijão em grão	708	26	734	96,0
Milho em grão	3.828	183	4.011	95,0
Capim-elefante	890	2.055	2.945	30,0
Milho forrageiro	16	290	306	5,0
Palma forrageira	6.900	3.289	10.189	68,0
Sorgo forrageiro	797	1.211	2.008	40,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

2.3.3.2. A Atividade Pecuária

A unidade familiar do município está baseada na agropecuária, na produção de produtos agrícolas e na criação de animais numa mesma propriedade. A criação de animais se dá, regularmente, para complementar a alimentação da família, já que a carne é um produto de preço elevado para o produtor familiar da região. Assim, através da criação de animais, majoritariamente de pequeno porte, o produtor garante a presença desse produto na alimentação da sua família.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996, neste ano as unidades produtivas familiares apresentavam os seguintes percentuais, no que diz respeito à sua produção pecuária, considerando-se as cabeças produzidas no município: 64% dos bovinos; 61% dos equinos; 95% dos asininos; 81% dos muares; 90% dos caprinos; 47% dos ovinos; 96% dos suínos e, finalmente, 99,5% das aves (Tabela 16).

Tabela 16

Efetivo dos rebanhos por espécies, criadas em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em relação ao total produzido em Queimadas, PB, em 31.07.1996

Espécie do efetivo/rebanho	Em estabelecimentos com menos de 100 hectares (A)	No total dos estabelecimentos (B)	Proporção (A/B) (%)
Bovinos	10.353	16.170	64
Equinos	343	563	61
Asininos	1.284	1.352	95
Muares	89	110	81
Caprinos	952	1.060	90
Ovinos	903	1.932	47
Suínos	2.681	2.792	96
Aves	144.851	145.572	99,5

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995-1996

Nota-se que a produção familiar tem predominância – passando dos noventa por cento, na criação de animais de pequeno porte (com exceção dos ovinos) e dos asininos, que são animais utilizados para transporte não apenas no município, mas na Região Nordeste. A preferência por esses animais está relacionada, certamente, aos baixos rendimentos do produtor familiar.

É interessante observar que, apesar dessa predominância da produção familiar em relação ao número de cabeças produzidas no município, quando se faz uma relação com as forragens existentes no município, percebe-se carência no tocante à alimentação desses animais, visto que apenas 30% do capim-elefante está em estabelecimentos com menos de 100 hectares; no caso do milho forrageiro, esse percentual cai para 5%; para o sorgo, ele é de 40% e, em relação à palma forrageira, 68% da produção estão em estabelecimentos familiares (Tabela 15).

É claro que os produtores contam com outras fontes de alimentação para os rebanhos, como pastagens e restos da cultura agrícola, chamados palha mas, mesmo assim, fica visível, a partir dos dados, que principalmente no caso dos animais de grande porte, como bovinos, equinos, muares e asininos, há carência de alimentos.

Vale a pena notar que, para metade das espécies citadas, a predominância do número de cabeças está concentrada em estabelecimentos com menos de 5,0 hectares; é o caso dos asininos (55%), dos caprinos (62%), dos suínos (62%) e das aves (50%) (Tabela 17). Esta realidade reforça a importância dos estabelecimentos menores na economia agropecuária do município pois, como já se viu, também na produção agrícola os pequenos estabelecimentos se destacam como responsáveis pela maior parte do produto obtido.

Tabela 17
Proporção dos rebanhos por estratos de área em Queimadas, PB,
em 31.07.1996

Espécie	Estratos de área (ha)						Total (%)
	Menos de 5 (%)	5 a menos de 10 (%)	10 a menos de 20 (%)	20 a menos de 50 (%)	50 a menos de 100 (%)	100 e mais (%)	
Bovinos	20	9	11	15	8	37	100,0
Equinos	16,4	12	10	16	7	38,6	100,0
Asininos	55	15	11	12,5	2	4,5	100,0
Muare	44	10	5,4	17,2	4,5	18,9	100,0
Caprinos	62	15	6,5	6	0,7	9,8	100,0
Ovinos	16	7	9	13	2	53	100,0
Suínos	62	14	9	9	2	4	100,0
Aves	50	11,5	32	3	3	0,5	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

A Tabela 18 é interessante porque mostra a interação dos criadores com o mercado. No caso das três espécies estudadas, nota-se que há evidente comercialização. No caso dos bovinos, destaca-se o baixo número de cabeças abatidas.

A venda de animais destaca-se – ou ganha maior importância, nos casos dos suínos e aves, onde maior número de cabeças é negociado. É bastante possível que este fato seja resultado do menor valor que esses animais apresentam em relação aos bovinos e daí sua negociação tornar-se mais rápida e acessível ao pequeno produtor, inclusive em termos de transporte, já que o gado requer uma estrutura apropriada, quando a sua venda ocorre fora do estabelecimento.

Tabela 18

Efetivo de bovinos, suínos e aves, por quantidade, produzidos, vendidos, comprados e abatidos em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em Queimadas, PB, em 31.07.1996

Espécie	Efetivo	Qt. Vendida	Qt. Comprada	Qt. Abatida
Bovinos	10.353	1.946	1.447	102
Suínos	2.681	3.153	1.610	309
Aves	144.851	338.142	5.919	19.414

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996

Em relação à compra de animais, destaca-se o caso dos suínos em que, fazendo-se a relação entre a quantidade comprada e o efetivo da espécie, chega-se a um percentual de 60% para os animais comprados, portanto, mais da metade. Evidencia-se, desta forma, uma grande comercialização desses animais no município.

As espécies suína e aves revelam grande inclinação da produção para a venda. Como mostram os dados, a venda de suínos representa 117% do total de efetivo existente entre os estabelecimentos familiares em 1996 e, entre as aves, esse percentual chega a 233%. Comparando-se com a venda de bovinos, nota-se que esta última espécie tem relevância bem menor, no que diz respeito à quantidade de animais vendidos, ou seja, apenas 19% em relação ao efetivo.

Já quando se considera o valor por cabeça em cada espécie, fica clara a grande importância dos bovinos; trata-se, entre as três espécies citadas, daquela de maior valor unitário. No caso da venda, tem-se um valor unitário de bovinos de R\$300,88, enquanto para os suínos o valor unitário fica em 41,31 e, para as aves, chega-se a R\$2,12 (Tabela 19).

Por outro lado, se se observa o valor total de venda por espécie, tem-se que a venda de aves foi a mais significativa, uma vez que o seu valor foi o mais alto, superando, inclusive, o valor alcançado pela venda de bovinos (não se esquecendo de que aqui se trata do valor para o total de estabelecimentos com menos de 100 hectares não se tendo, portanto, informações sobre as vendas individuais dos produtores).

Tabela 19

Valor unitário das cabeças vendidas e compradas por espécie, em estabelecimentos com menos de 100 hectares, em Queimadas, PB, em 31.07.1996

Espécie	Valor das cabeças vendidas (R\$) (A)	Quantidade de cabeças vendidas (B)	Valor unitário de venda (A/B)	Valor das cabeças compradas (R\$) (C)	Quantidade de cabeças compradas (D)	Valor unitário de compra (C/D)
Bovinos	585.507	1.946	300,88	372.205	1.447	257,22
Suínos	130.252	3.153	41,31	36.697	1.610	22,8
Aves	716.422	338.142	2,12	17.909	5.919	3,02

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996

2.3.3.3. A Oferta de Crédito

No que se refere ao crédito rural, os agricultores do município de Queimadas não têm sido beneficiados de forma significativa. Na realidade, a quantidade de agricultores beneficiados tem sido insignificante diante do universo de produtores familiares existente. É interessante ver, antes, as condições de crédito que estão sendo oferecidas aos agricultores familiares no momento.

De acordo com o Banco do Nordeste, órgão voltado para o financiamento da agricultura familiar da região existem, na atualidade, quatro planos de financiamento voltados para a agricultura familiar: são os planos A, B, C e D.

O plano A é direcionado aos assentamentos; neste caso, a terra pertence ao INCRA e o limite de crédito oferecido aos assentados fica entre R\$3.000,00 e R\$9.500,00, com de 1,15% ao ano e prazo para pagamento de 10 anos, com 3 anos de carência. A garantia é feita por aval e penhor.

O plano B é direcionado aos pequenos proprietários (e não proprietários) com área de 0,5 e 2 hectares. O limite para o financiamento é de R\$500,00 e também sofre uma limitação pela renda da propriedade, que não pode ultrapassar R\$1.500,00 ao ano e o prazo para pagamento é de 2 anos, com 1 ano de carência, com juro de 1% ao ano. Este

plano financia não apenas a atividade agropecuária mas, também, atividades não agrícolas, como artesanato, por exemplo. No que se refere à garantia exigida pelo banco, trata-se do aval solidário, que consiste num aval coletivo, e penhor, que pode ser da safra ou de um equipamento. O crédito pode ser rotativo, o que significa que, sendo liquidado, pode ser feito um novo crédito. O projeto deve ser feito pelo Conselho Municipal Rural de cada município.

O plano C também se volta para o pequeno produtor que, desta vez, tenha uma receita anual entre R\$1.500,00 e R\$8.000,00. O limite máximo de crédito por produtor é de R\$4.000,00 e o prazo para pagamento é de 8 anos, com 3 de carência, e os juros são de 5% ao ano, sendo que há um abatimento de até 5% no valor do empréstimo, se for pago em dia. No que diz respeito à garantia, esta pode ser feita por aval – que também pode ser coletivo, por penhor ou hipoteca. Normalmente, esses empréstimos são feitos através da EMATER.

O plano D, por sua vez, destina-se aos proprietários cuja receita esteja acima de R\$ 27.500,00 e o limite máximo de crédito por produtor é de R\$15.000,00. Conta com um prazo para pagamento de 8 anos, com 3 de carência e de 5% ao ano, com abatimento de 25%. A garantia é feita através de aval, hipoteca ou penhor, e para que o proprietário que se enquadre nestas condições e tenha acesso ao crédito, é preciso uma declaração de aptidão do PRONAF, provando que ele mora na terra. Esta declaração, segundo o BNB, é fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela EMATER.

De acordo com o Banco do Nordeste, no município de Queimadas apenas um proprietário foi beneficiado pelo crédito oferecido com recursos do PRONAF, no ano de 1999. Este proprietário fez um empréstimo no valor de R\$4.910,00. Infelizmente, não há condições de o banco oferecer informações além das citadas a respeito deste empréstimo.

2.3.3.4. Pessoal Ocupado – O Emprego na Atividade Familiar

O estudo da quantidade de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários revela a importância que a atividade familiar tem, enquanto empregadora no município. Esta importância se destaca quando se observa que, das 9.015 pessoas empregadas em estabelecimentos agropecuários, conforme dados do IBGE, 8.702 estavam empregadas em

estabelecimentos com menos de 100 hectares, o que representa um percentual de 96% do total (Tabela 20).

Tabela 20
Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do município de Queimadas, PB,
por estratos de área, em 1996

Estratos de área (ha)	Faixa de idade	Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Menos de 1	14 anos e mais	222	358	580
	Menores de 14 anos	13	30	43
1 a menos de 2	14 anos e mais	915	1.391	2.306
	Menores de 14 anos	40	123	163
2 a menos de 5	14 anos e mais	1.188	1.960	3.148
	Menores de 14 anos	93	230	323
5 a menos de 10	14 anos e mais	336	531	867
	Menores de 14 anos	35	63	98
10 a menos de 20	14 anos e mais	199	388	587
	Menores de 14 anos	15	21	36
20 a menos de 50	14 anos e mais	125	281	406
	Menores de 14 anos	8	14	22
50 a menos de 100	14 anos e mais	27	94	21
	Menores de 14 anos	1	1	2
100 e mais	14 anos e mais	33	280	313
	Menores de 14 anos	-	-	-
Total		3.250	5.765	9.015

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996

Fazendo-se uma análise mais minuciosa, nota-se que 82% desse pessoal estão empregados em estabelecimentos com menos de 10 hectares e, se se desce um pouco mais, verifica-se que 69% do pessoal se encontram em estabelecimentos com menos de 5 hectares. Esses dados revelam a importância dos estabelecimentos de tamanho muito pequeno também para o emprego da mão-de-obra agrícola no município.

A separação por sexo também revela dados importantes para serem observados. A participação das mulheres em relação ao total de pessoal ocupado chega a um patamar de 36%; mas, analisando-se o estrato de estabelecimentos com menos de 5 hectares que, como já foi visto, concentra mais da metade do pessoal ocupado, o percentual de participação feminina sobe para 38%.

A participação de cada sexo por estratos de área revela sua importância quando se nota que o percentual de participação das mulheres em estabelecimentos com menos de 5 hectares, em relação ao total de mulheres empregadas, chega a 73%, enquanto para os homens esse percentual alcança 67%. Fica evidente, assim, que, dentro desse estrato de área, a presença relativa das mulheres é superior à dos homens.

Analisando-se a presença de menores de 14 anos na atividade, tem-se que sua participação no total do pessoal ocupado, chega a um percentual de 8%, sendo que as mulheres representam 30% do total de menores de 14 anos, e os homens, obviamente, 70% da mão-de-obra desta faixa etária empregada.

Sabendo-se que a população rural do município chegou, em 1996, a um total de 19.149 de habitantes, tem-se assim que o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários representa 47% do total da população residente no campo naquele ano; portanto, a julgar por esses dados, mais da metade da população estava obrigada a procurar trabalho fora do campo.

Fazendo-se a média de pessoas ocupadas por área e se levando em consideração os estratos de área, tem-se que a maior concentração de trabalhadores se encontra nos estabelecimentos com menos de um hectare, onde se chega a uma média de 4,8 pessoas por hectare de terra. O extremo oposto acontece no estrato de área que engloba os estabelecimentos com 100 hectares e mais, em que a média alcançada é de apenas 0,02 pessoas por hectare (Tabela 21).

Agrupando-se os estabelecimentos com menos de 5 hectares, constata-se uma média de 1,3 pessoas por hectare, realidade influenciada pelos estratos de um a dois e de dois a cinco hectares, cujas médias são bem inferiores ao primeiro estrato: no estrato de um a dois hectares, tem-se uma média de 1,6 e, para o estrato de dois a cinco, a média é de uma pessoa por hectare.

Evidencia-se, desta forma, que a divisão da terra no município em minifúndios tem, como uma de suas conseqüências, o subemprego das pessoas que trabalham nos estabelecimentos de tamanho muito pequeno, uma vez que fica claro que, diante das

atividades que tradicionalmente se pratica, majoritariamente a cultura de subsistência, nos pequenos estabelecimentos não oferece condições para que os trabalhadores consigam uma renda que lhes garanta a sobrevivência.

Tabela 21
Média de pessoal ocupado por área, considerando-se os estratos de área em
Queimadas, PB, 1996

Estratos de área (ha)	Pessoal ocupado (unidades) (A)	Área ocupada (ha) (B)	Média de pessoal por hectare (A/B)
Menos de 1	623	130	4,8
1 a menos de 2	2.469	1.513	1,6
2 a menos de 5	3.471	3.469	1
5 a menos de 10	965	2.136	0,5
10 a menos de 20	623	2.752	0,2
20 a menos de 50	428	4.102	0,1
50 a menos de 100	123	2.314	0,05
100 e mais	313	14.230	0,02
Total	9.015	30.646	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Diante disto, outro aspecto se apresenta, ou seja, as pessoas são, certamente, obrigadas, por força dos baixos rendimentos, a procurar emprego fora dos seus estabelecimentos. Revela-se assim que – como os pequenos estabelecimentos são também os que abrigam a maior parte das pessoas e a maior parte do emprego agrícola, a agricultura familiar não oferece, às famílias dos agricultores, as condições necessárias para a sobrevivência; portanto, fica complicado dizer que é uma atividade sustentável, de acordo com o conceito de sustentabilidade utilizado neste trabalho.

2.4.O Problema Ambiental – os Impactos da Atividade Familiar Sobre o Meio Ambiente

A agricultura familiar de Queimadas, de acordo com um técnico da EMATER, da maneira como é praticada é devastadora do meio ambiente. As precárias condições de que o homem do campo dispõe para produzir, degradam principalmente o solo, mas acabam influenciando também sobre a água e demais partes do ecossistema.

Nesse município, merece destaque o problema do desmatamento que a agricultura familiar provoca. Por se tratar de uma região semi-árida, os solos apresentam baixo rendimento para a atividade agrícola. Com isto, o produtor sente necessidade de agregar novas áreas para assim tornar mais extenso o espaço destinado à sua produção e, desta forma, garantir o montante de produtos necessários para a sua sobrevivência. Assim são anexadas novas áreas antes não utilizadas e, muitas vezes, elas contêm vegetação; neste caso, as matas são devastadas e apresentam, como resultado, além da devastação, um desgaste maior do solo que, já tendo fraco rendimento, exposto ao sol se torna ainda menos produtivo.

De acordo com o técnico da EMATER, o uso de tratores tem causado danos ao meio ambiente, na medida em que a sua utilização é feita de forma desregrada, causada pelo desconhecimento técnico por parte dos agricultores. Também a realização de plantios em áreas íngremes, de maneira errada, é responsável pela degradação ambiental.

O manejo errado de defensivos químicos é uma outra causa de degradação, sendo que esta tem o agravante de que, além de prejudicar o solo, acarreta danos às águas, uma vez que os resíduos são levados pelas chuvas para os reservatórios. Sendo assim, o uso de defensivos de maneira e em quantidade errada, além de prejudicar o meio ambiente causa malefícios aos próprios agricultores, uma vez que contaminam os alimentos e as águas consumidas.

Um outro agravante seria a ausência da utilização de adubos orgânicos e a utilização da terra por anos seguidos na atividade agrícola. O cultivo contínuo da terra acarreta o empobrecimento do solo, causado pela perda de suas propriedades naturais. A adubação orgânica serve para repor alguns elementos naturais perdidos, sem causar grande agressão ao meio ambiente, como acontece com o uso de adubos químicos. A sua não utilização em terras muito cultivadas causa, portanto, perda de produtividade do solo.

Ainda segundo este técnico, a situação se origina do fato dos agricultores não seguirem as orientações técnicas, preferindo seguir as técnicas tradicionais praticadas na região, visto que eles não consideram as orientações oferecidas e, como resultado, praticam uma agricultura prejudicial ao meio ambiente e de baixa produtividade, limitando a própria sobrevivência, enquanto agricultores.

Conclusão

É muito significativo o processo de urbanização sofrido pela população do município de Queimadas entre o início dos anos setenta e meados da década de noventa. Na realidade, a urbanização é um fenômeno mundial que, no Brasil em particular, apresentou altos índices na segunda metade do século XX. Em Queimadas os números são por demais notórios para o referido período, mostrando que a população rural tornou-se bem menor que a urbana.

O envelhecimento da população é outra característica bastante relevante para o município, uma vez que tem implicações diretas no processo de produção econômico. Com a redução do número de jovens que entram no mercado de trabalho ocorre, sem dúvida, redução do montante de mão-de-obra disponível. E como a atividade agrícola familiar é praticada de maneira arcaica, logo é intensiva em mão-de-obra, a redução deste insumo terá impacto direto na produção.

Para reforçar este fato, conforme visto, a população rural está significativa redução, quando relacionada à urbana. Assim, o espaço da agricultura familiar tende a ser cada vez mais reduzido, no que se refere ao montante de mão-de-obra ocupada.

A agricultura familiar tem sido marcada, conforme revelam os dados, por um movimento de concentração e divisão da terra em minifúndios, ocorrendo lado a lado. Ao mesmo tempo em que a maior parte da área utilizada pela agricultura – cerca de cinquenta por cento, tem-se concentrado em estabelecimentos com mais de cem hectares de área, ocorre a divisão de uma parte da terra em um grande número de estabelecimentos muito pequenos. Conforme os dados mostram, a maioria dos estabelecimentos tem área de menos de um até cinco hectares.

A observação dos principais produtos agrícolas cultivados nos estabelecimentos familiares revela o seu destino principal como sendo a subsistência. O cultivo de produtos destinados à alimentação básica das famílias da região deixa claro que, na realidade, o agricultor pratica a agricultura visando o suprimento da subsistência da família em primeiro lugar, destinando o excedente do consumo doméstico à venda.

Já em relação à atividade pecuária há, conforme os dados, uma comercialização significativa, principalmente de animais de pequeno porte, como suínos e aves. É relevante destacar que o maior número de animais desses efetivos, assim como de caprinos, está localizado nos estabelecimentos com menos de cinco hectares. Certamente o fato dos animais de pequeno porte serem predominantes, reflete as escassas condições de que os pequenos proprietários – que são a grande maioria, dispõem em seus estabelecimentos, dificultando a criação de animais de grande porte.

No que se refere aos danos ambientais causados pela atividade familiar do município, a sua causa está principalmente na falta de informação por parte dos agricultores. E pode-se inferir a partir de informações fornecidas por um técnico da EMATER, que esta falta de dados consiste, às vezes, numa não aceitação por parte dos agricultores das orientações dos técnicos. Os agricultores preferem continuar com as práticas que conhecem tradicionalmente e, em razão disto, degradam o meio ambiente e reduzem a produtividade do solo.

CAPÍTULO III

A VIABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR EM QUEIMADAS E SUAS PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE

Introdução

O presente capítulo se baseia em dados colhidos junto a agricultores familiares de Queimadas, numa amostra composta por cinquenta agricultores, entrevistados no período de novembro de 1999 a janeiro de 2000.

Inicialmente, aborda-se a metodologia da pesquisa, onde são esclarecidos as técnicas e os meios utilizados para definição da amostra de agricultores visitados e para a coleta dos dados; em seguida, faz-se a caracterização da área da pesquisa, onde são descritas as características dos chefes dos estabelecimentos visitados, das esposas e filhos, além da caracterização dos estabelecimentos e das atividades econômicas praticadas no seu interior, além das atividades externas aos estabelecimentos, que compõem a renda das famílias.

O terceiro assunto a ser abordado é a viabilidade da agricultura familiar, nos seus aspectos econômico e social, tendo como foco de análise os dados colhidos em campo. Considera-se, para tal, toda forma de atividade produtiva praticada pela família, seja agrícola ou não, praticada no interior do estabelecimento ou fora dele. É também analisado o nível de instrução dos membros da família que têm incidência direta sobre a renda. O papel do Estado será abordado nesta questão, no que se refere à responsabilidade estatal relativa aos baixos rendimentos dos agricultores familiares.

Será enfatizada a importância da Previdência Social para a população agrícola do município, assim como para a sua economia, haja vista o grande percentual que os aposentados e pensionistas rurais representam diante do total de benefícios concedidos pela Previdência para o município.

Por fim, chegar-se-á à conclusão do capítulo.

3.1. Metodologia da Pesquisa

Para a realização da pesquisa de campo buscou-se, inicialmente, observar o universo dos produtores rurais do município, listados pelo INCRA, que apresenta um nível de detalhamento maior em relação ao IBGE, já que traz a relação de todos os agricultores cadastrados e o tamanho específico de cada estabelecimento, além da localidade em que o estabelecimento está localizado.

Muito embora relacione apenas os proprietários, uma vez que se trata de um cadastro que tem por objetivo o pagamento do ITR, oferece uma visão mais detalhada da distribuição da terra no município. Neste cadastro foram registrados 1.406 imóveis ocupando uma área de 32.380,3 hectares, distribuídos entre minifúndios, pequenas, médias e grandes propriedades²³, como se observa na Tabela 22 e, também, conforme o cadastro do INCRA, 69% dos estabelecimentos rurais de Queimadas têm menos de 10 hectares.

A partir da relação de cadastro do INCRA observou-se, também, quais são as dez comunidades de agricultores mais populosas; em seguida, definiu-se que as entrevistas seriam realizadas em cada comunidade, até que as informações comesçassem a ser repetitivas. Quando isto acontecesse, partir-se-ia para outra comunidade, usando-se o mesmo processo.

O passo seguinte foi a escolha dos agricultores a serem entrevistados. De início, através de indicação da EMATER, foi possível identificar-se as lideranças das comunidades escolhidas; a seguir, manteve-se contato com essas lideranças que, por sua vez, indicaram agricultores representativos das comunidades, que passaram a representar os produtores passíveis de serem entrevistados.

A pesquisa foi realizada no período entre 25 de novembro de 1999 e 20 de janeiro de 2000. Foram aplicados cinquenta questionários, com proprietários e não proprietários de terras englobando, neste segundo caso, arrendatários, parceiros e ocupantes. Utilizaram-se questionários com perguntas abertas e fechadas, as fechadas compondo a maior parte delas, conforme se pode observar no Anexo I.

²³ De acordo com a Lei 8.629/93, considera-se pequena propriedade o imóvel rural com área entre 1 e 4 módulos fiscais; média propriedade aquele que tem entre 4 e 15 módulos fiscais. Grandes propriedades têm área acima de 15 módulos fiscais e o minifúndio é o imóvel com área inferior à pequena propriedade. De acordo com o INCRA, o módulo fiscal para Queimadas é definido em 20 hectares.

Tabela 22

Distribuição dos estabelecimentos familiares por área ocupada, considerando apenas aqueles que servem de moradia para as famílias, no município de Queimadas, PB, 1999

Extratos de área (ha)	Estabelecimentos	
	Número absoluto	Porcentagem (%)
0,3 a menos de 10	802	69,0
10 a menos de 20	186	16,0
20 a menos de 30	81	7,0
30 a menos de 40	48	4,0
40 a menos de 50	16	1,0
50 a menos de 60	13	1,0
60 a menos de 70	10	0,9
70 a menos de 80	6	0,5
80 a menos de 90	4	0,4
90 a menos de 100,01	2	0,2
Total	1.168	100,0

Fonte: Relação de cadastro de imóveis rurais emitida pelo INCRA, 1999

O objetivo do questionário foi colher informações a respeito da renda obtida pelos agricultores nos estabelecimentos, bem como demais fontes de renda das famílias. Também se procurou obter informações sobre as condições de produção e trabalho, como área utilizada, tecnologias utilizadas na produção, quantidade de mão-de-obra utilizada e origem dessa mão-de-obra, acesso a financiamento e produção vegetal e animal. Procurou-se, também, informações a respeito das condições sociais a que estão expostas as famílias dos agricultores, como nível de instrução e relação da família com a terra foi investigada.

Um complicador para a realização da pesquisa foi o fato do ano de 1999 ter sido de seca, situação que já vinha se prolongando de anos anteriores. Ante esta realidade, em que os rendimentos da produção são comprometidos pelas condições naturais, a solução encontrada foi incluir, no questionário, perguntas sobre o comportamento da produção em ano de chuvas normais.

3.2. Caracterização da Área da Pesquisa

Para o bom entendimento da análise, é importante que se inicie fazendo uma caracterização da área pesquisada, onde serão expostas as características das variáveis analisadas. O primeiro aspecto a ser descrito deve ser relativo aos estabelecimentos agropecuários visitados, referindo-se ao número de estabelecimentos por tamanho, a fim de que se tenha idéia da distribuição da terra entre os estabelecimentos visitados. Estas informações estão na Tabela 23.

Tabela 23

Número e tamanho dos estabelecimentos agropecuários da amostra com até 100 ha, por estratos de área em Queimadas, PB, 1999

Estratos de área (ha)	Estabelecimentos		Área ocupada	
	Absoluto (N°)	%	Absoluto (ha)	%
0,25 — 5	35	70,0	72,25	20,0
5 — 10	10	20,0	69	20,0
10 — 15	1	2,0	10	3,0
15 — 20	1	2,0	16,9	4,0
20 — 50	1	2,0	28	8,0
50 — 100,01	2	4,0	160	45,0
Total	50	100,0	356,15	100,0

Fonte: dados colhidos em campo

Como se nota, 70% dos estabelecimentos visitados têm menos de cinco hectares, ocupando apenas 20% da área total ocupada pelos cinquenta estabelecimentos visitados. Do lado oposto estão os estabelecimentos pertencentes ao estrato entre cinquenta e cem hectares que, representando apenas 4% do total de estabelecimentos da amostra, ocupam 45% da área, ou seja, quase metade da área do total de estabelecimentos.

Feita esta descrição, é interessante que se observem as variáveis sociais trabalhadas. No que se refere aos chefes dos estabelecimentos, entre os cinquenta visitados, a idade média foi de 54 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, tem-se os seguintes resultados: 22% declararam-se analfabetos; 24% disseram apenas assinar o nome, tendo esses agricultores um ano de estudo, em média; 46% têm o primeiro grau incompleto, com média de três anos de estudo, enquanto 2% têm o primeiro grau completo e nenhum declarou ter o segundo grau incompleto; 4% declararam ter o segundo grau completo e apenas 2% têm o terceiro grau incompleto (Ver Anexo 2).

Em relação aos dados das esposas, tem-se resultados diferentes, quando comparados com os dos chefes dos estabelecimentos. No tocante à idade média, esta fica em 49 anos. Já em relação à escolaridade, os dados relativos às esposas mostram melhoria na média do grau de instrução. Do total das esposas, 14% foram declaradas analfabetas; 12% apenas assinam o nome, com um ano de estudo em média; 61% têm o primeiro grau incompleto, com média de três anos de estudo; 2% têm o primeiro grau completo; 2% têm o segundo grau incompleto e 9% o segundo grau completo. Nenhuma cursou o terceiro grau.

Com referência aos filhos, em 96% dos estabelecimentos visitados seus chefes declararam tê-los. Registrou-se uma média de seis filhos por estabelecimento. Fazendo a separação por sexo, tem-se que 50% dos filhos são do sexo masculino e, obviamente, 50% são do sexo feminino.

Fazendo-se a separação por idade, constata-se que 80% dos filhos têm idade igual ou maior a catorze anos e no que diz respeito ao nível de instrução desses filhos dos agricultores pesquisados, o grau médio de instrução fica no primeiro grau incompleto.

Tratando-se da atividade produtiva e de acordo com a pesquisa, a agricultura vegetal é considerada a atividade principal em 80% dos estabelecimentos, sendo a pecuária tida como principal nos 20% restantes. Os principais produtos produzidos são o feijão, o milho e a fava; como se sabe, são produtos voltados para a subsistência.

Devido ao pequeno tamanho médio dos estabelecimentos, a atividade agrícola praticada nos estabelecimentos muitas vezes não é suficiente para garantir a sobrevivência das famílias. Em decorrência disto, os produtores e suas famílias são obrigados a procurar outras fontes de renda, seja praticando a atividade agrícola fora do seu estabelecimento ou praticando atividades não agrícolas, no interior do estabelecimento ou fora dele.

A atividade agrícola fora da propriedade foi praticada, em 1999, por 12% dos chefes de estabelecimentos; já no que se refere às esposas, apenas 2% disseram ter trabalhado em atividade agrícola fora do estabelecimento no referido ano (Ver Anexo 3).

A atividade não agrícola dentro da propriedade, por sua vez, maior representatividade junto aos chefes de estabelecimentos, quando relacionada com a agricultura fora do estabelecimento. Declararam executar esta atividade 20% dos chefes, enquanto em relação às esposas, apenas uma exerce atividade não agrícola no interior do estabelecimento, representando um percentual de 2%.

No tocante aos tipos de atividades não agrícolas exercidas, merece destacar que 50% dos chefes que declararam ter esse tipo de atividade, disseram ter uma mercearia no interior do estabelecimento; já a esposa declarou trabalhar como costureira.

A atividade não agrícola praticada fora do estabelecimento é mais representativa que as duas anteriormente descritas, em termos de número de chefes de estabelecimentos e esposas praticando. Declararam trabalhar fora do estabelecimento, em atividade não agrícola, 36% dos chefes de família; dentre esses produtores, duas categorias profissionais se destacam: 28% trabalham como pedreiros e 22% como motoristas.

Em relação às esposas, 14% declararam exercer atividade não agrícola fora do estabelecimento. A profissão que se destaca é a de professora: 83% das esposas que exercem atividade não agrícola fora do estabelecimento declararam trabalhar nesta atividade.

Há casos de chefes de estabelecimentos e de esposas que declararam exercer duas dessas atividades ao mesmo tempo, além da atividade agrícola no interior do estabelecimento, obviamente. No caso dos chefes de estabelecimentos, quatro deles – ou 8% – disseram exercer atividade não agrícola fora do estabelecimento e atividade não agrícola dentro do estabelecimento. Apenas um agricultor (2%) disse exercer atividade não agrícola fora do estabelecimento e atividade agrícola fora do estabelecimento e, também, apenas um (2%) declarou exercer atividade agrícola fora do estabelecimento e atividade não agrícola dentro do estabelecimento.

No caso das esposas, há apenas um caso de intersecção de atividades: apenas uma delas declarou exercer, ao mesmo tempo, atividade não agrícola fora da propriedade e atividade não agrícola no interior da propriedade.

Em relação aos filhos, os resultados da pesquisa mostram que, em 1999, 21% dos filhos trabalharam nos estabelecimentos. O percentual dos que trabalharam fora dos estabelecimentos chegou a 35%. Desses que trabalharam fora dos estabelecimentos familiares, 52% estavam trabalhando fora do Estado da Paraíba. Dentre os que estavam fora do Estado, por sua vez, 93% se encontravam no eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Os dados relativos à área dos estabelecimentos revelam a ocorrência paralela da concentração e da divisão da terra no município, como minifúndio. Conforme se pode conferir a partir dos dados expostos na Tabela 23, a média de área dos estabelecimentos visitados fica em sete hectares, porém a área em que ocorreu em maior número de vezes – oito vezes, foi 2,4 hectares.

A relação dos chefes das famílias visitadas com a terra apresenta os seguintes percentuais: 70% detêm a propriedade da terra; 2% são ocupantes; 18% trabalham em terra arrendada; 6% trabalham em regime de parceria e, finalmente, 4% trabalham em terra própria e arrendada. Em se tratando daqueles que são proprietários, 43% deles conseguiram a terra através de compra; já 46% receberam a terra de herança e 11% adquiriram a terra pelas duas formas.

A produção animal é significativa nos estabelecimentos da amostra. A Tabela 24 expõe os dados relativos ao quantitativo animal dos estabelecimentos visitados.

No que se refere à criação de animais entre os agricultores que declararam criá-los, apenas 4% disseram criar touros; para bois de carne os criadores são 8% do total de criadores de animais. Bois de tração, por sua vez, são criados por 21% dos criadores, enquanto as vacas de cria são criadas por 42% e vacas de engorda por apenas 2% (Ver Anexo 4).

Novilhos são criados por 6% dos criadores, garrotes por 12,5% e bezerros por 31%. Equínos de monta, por sua vez, são criados em 12,5% dos estabelecimentos e de tração em apenas 2%. Os muares estão presentes em 12,5% estabelecimentos e os asininos em 27%.

Já no que diz respeito à criação de animais de pequeno porte, tem-se que os suínos estão presentes em 25% dos estabelecimentos, os caprinos em 14,5%, os ovinos em apenas 8% e as aves, em 23%.

Esses dados revelam uma realidade até surpreendente, uma vez que era de se esperar que, devido ao grande número de pequenos estabelecimentos, houvesse maior número de criadores de animais de pequeno porte, já que os custos com esses animais são menores, e também devido ao fato desses animais exigirem espaço físico menor.

Tabela 24
Números da produção animal da amostra em Queimadas, PB, em
30.09.1999

Tipo de animal	Estoque	Quantidade vendida	Quantidade consumida	Valor unitário médio (R\$)
Touros	2	0	0	900,00
Bois de carne	12	6	2	430,00
Bois de tração	12	3	0	460,00
Vacas de cria	84	42	0	470,00
Vacas engorda	8	0	0	700,00
Novilhos	17	8	0	300,00
Garrotes	39	38	0	300,00
Bezerros	55	21	0	150,00
Equínos monta	8	3	-	350,00
Equínos tração	2	0	-	50,00
Muare	9	0	-	200,00
Asininos	17	1	-	24,00
Suínos	26	74	0	82,00
Caprinos	83	8	3	40,00
Ovinos	54	59	1	60,00
Aves	12.932	12.310	385	6,00

Fonte: dados colhidos em campo

Como mostram os números, todavia, a situação é diferente, pois aves, que são os animais de maior conveniência para os pequenos estabelecimentos, estão presentes em apenas 23% deles, enquanto os suínos estão em 25%, os ovinos em apenas 8% e os caprinos, que são apontados por muitos pesquisadores como animais viáveis ao semi-árido, estão presentes em apenas 14% dos estabelecimentos visitados.

A pequena área dos estabelecimentos deve fornecer explicação para a não dedicação da maioria dos agricultores familiares da amostra à criação de animais de grande porte. Vale salientar que o maior número de estabelecimentos, dentre os cinquenta visitados, ou 70% deles, têm menos de cinco hectares, provavelmente suficiente apenas para criar poucos animais de grande porte.

Analisando-se detalhadamente os dados, tem-se que os estabelecimentos com área inferior a cinco hectares são responsáveis por 8% da criação de bois de carne e 50% dos bois de tração estão nesses estabelecimentos. Ainda em relação a animais de grande porte, tem-se 25% das vacas de cria, 6% dos novilhos, 10% dos garrotes e 25% dos bezerros. Encontram-se também nessas propriedades 78% dos muares e 70% dos asininos.

Em relação aos animais de pequeno porte, os estabelecimentos com menos de cinco hectares possuem 43% dos suínos, 76% dos caprinos, 53% dos ovinos e 3% do total de aves.

Quando se delimita ainda mais o nível da análise, restringindo a área dos estabelecimentos, tem-se a confirmação da grande presença de animais de pequeno porte nos pequenos estabelecimentos.

A princípio, é surpreendente a grande presença de bois de tração nos estabelecimentos com área inferior a cinco hectares. Explica-se, no entanto, pela necessidade que tem o agricultor de arar a sua terra, e como não dispõe de recursos para utilizar trator, o boi de tração aparece como a melhor alternativa. O grande percentual de muares e asininos também pode ter a mesma explicação, aliada ao fato de que o pequeno agricultor necessita desses animais, para transportar água de grandes distâncias.

É preciso observar que, devido à pequena área desses estabelecimentos, não há condições para que esses animais tenham bons meios de desenvolvimento. Alie-se isso às condições naturais do semi-árido, que não permitem a criação de um bom pasto que garanta a alimentação animal.

No que diz respeito aos vegetais produzidos, como já foi colocado, os principais produtos são o milho, o feijão e a fava, que são produtos básicos para a alimentação do homem do campo da região. No ano de 1999, 56% dos agricultores entrevistados declararam não ter obtido nenhum resultado financeiro com venda de produtos vegetais. Apenas nove agricultores disseram ter colhido feijão, com um resultado médio de 253,5 kg para cada agricultor. A fava foi colhida por apenas oito produtores, com uma média de 123 kg para cada um deles, enquanto o milho, por sua vez, foi colhido por dez produtores, em que cada um conseguiu uma média de 551 kg do produto no ano.

Quando indagados sobre a produção vegetal em um ano normal, em termos de condições climáticas, 80% dos produtores da amostra afirmaram produzir feijão, 56% fava

e 82% milho²⁴. A média de produção, por produto, foi de 810 kg de feijão, 575 kg de fava e 2.971 kg de milho.

Comparando-se os dados de colheita em um ano normal com os apresentados em 1999, tem-se a diferença que a seca traz para a produção agrícola na região. No caso do feijão, tem-se uma redução de 556,5 kg por agricultor, ou seja, 69% da produção. Em relação à fava, são 452 kg a menos, o que representa uma queda na produção em torno de 79%; já o milho sofre uma queda de 2.420 kg, ou 81%, por produtor.

A produção de derivados animais dá-se visando, primeiramente ao consumo, mas há um percentual de vendas significativo em alguns casos. Em se tratando da produção de leite bovino, a percentagem de venda chegou, em 1999, a 63%; no caso do queijo bovino, as vendas chegaram a 86% da produção total.

A produção de leite de cabra também apresentou bom percentual de venda em 1999, chegando a 75% da produção. Não foi registrada a produção de queijo com leite de cabra nos estabelecimentos visitados. É preciso frisar que foram visitados apenas três produtores de leite de cabra, sendo que um deles produz para a venda e os outros dois visam apenas ao consumo.

Em relação à produção de ovos, o percentual de vendas é o menos significativo, quando comparado com os derivados de animais citados acima. Apenas 14% da produção do ano de 1999 foram destinados à venda. Como se percebe, 86% da produção tiveram, como destino, o consumo da família.

No que diz respeito ao local de venda da produção, a maior parte é vendida mesmo no interior da propriedade; 80% dos produtores disseram que os compradores vêm até os seus estabelecimentos, para realizar a compra. Dos 20% restantes, 14% levam seus produtos para venderem na área urbana do município de Queimadas, enquanto os demais 6% declararam levar os seus produtos para venda na cidade de Campina Grande.

Outro aspecto que merece destaque é a utilização de tecnologia na produção dos estabelecimentos visitados. Conforme se pode observar na Tabela 25, no que se refere à utilização de trator, 16% dos produtores disseram utilizá-lo. Logo, a ampla maioria, somando 84% dos produtores, não faz uso de trator nos seus estabelecimentos. Entre os que o utilizam, 25% detêm a propriedade do trator, enquanto os demais 75% o alugam.

²⁴ Vale lembrar que não se trata de produções estanques. Na realidade a maioria dos agricultores costuma cultivar os três produtos juntos. Mas os números se explicam pelo fato de alguns produtores não cultivarem um dos produtos, com mais frequência a fava. Por outro lado, o milho é o mais cultivado, inclusive pela sua importância para a alimentação animal.

Tabela 25

Tecnologias utilizadas nos estabelecimentos visitados, em 1999

Tecnologia utilizada	Porcentagem de estabelecimentos que utilizam (%)
Trator	16,0
Arado de tração animal	88,0
Enxada	100,0
Defensivos agrícolas	38,0
Adubos	28,0

Fonte: dados colhidos em campo

O arado de tração animal é utilizado na maioria dos estabelecimentos: 88% dos produtores disseram fazer uso desse equipamento. Diferente do caso do trator, a maioria dos produtores que utilizam arado são proprietários: 82% deles. Apenas 18% pagam aluguel por este equipamento.

A enxada é um utensílio de ampla utilização nos estabelecimentos agrícolas familiares. Em todos os estabelecimentos visitados, o uso da enxada foi declarado cuja explicação é dada pelo baixo nível de tecnificação dos estabelecimentos, o que torna a enxada um instrumento de uso básico.

A utilização de defensivos agrícolas é significativa. Dentre os agricultores visitados, 68% declararam fazer uso de defensivos em suas plantações, em ano normal. Para o ano de 1999, apenas 38% dos produtores afirmaram ter utilizado defensivos.

Adubos têm baixa utilização entre os produtores visitados. Apenas 28% afirmaram utilizar o produto em suas terras. Logo, a ampla maioria, 72% dos produtores, não o utiliza. O interessante a ser notado é que, dentre os produtores que fazem uso de adubos, num total de catorze, apenas um (7%) declarou utilizar adubos químicos. Os outros treze – que somam 93% dos que utilizam adubo, declararam utilizar adubo orgânico em suas terras.

Em se tratando da mão-de-obra utilizada na produção, tem-se que 44% dos estabelecimentos utilizam exclusivamente mão-de-obra familiar. Os demais 56% dos estabelecimentos, além de utilizarem majoritariamente a mão-de-obra familiar, fazem uso também de mão-de-obra externa. No ano de 1999 utilizaram-se, em média, 32 dias-homem de trabalho externo. A maioria declarou ter utilizado mão-de-obra externa na fase de

plantio. As fases de tratos culturais e colheita foram penalizadas pela seca que assolou a região no referido ano.

3.3. A Viabilidade Econômica e Social da Agricultura Familiar em Queimadas

No tocante à verificação da viabilidade econômica da agricultura familiar do referido município, o primeiro aspecto a ser analisado referente aos dados colhidos é, sem dúvida, o nível médio de renda dos produtores na atividade agrícola vegetal, que é a atividade praticada por quarenta e nove dos cinquenta produtores visitados.

De acordo com os dados levantados, percebe-se que a renda média dos estabelecimentos familiares na atividade agrícola vegetal é baixa, explicado não só pela prática de uma agricultura tradicional mas, também, pelo pequeno tamanho da maioria dos estabelecimentos, como já foi visto, e pela ocorrência das secas que assolam a região.

Pode-se observar, na Tabela 26, o nível da renda agrícola líquida de produtos vegetais, por estratos de renda, para um ano de chuvas normais. Esses dados mostram quão baixa é a renda agrícola na maioria dos estabelecimentos.

Nota-se que 50% do total de estabelecimentos têm renda agrícola líquida inferior a R\$500,00 ao ano, o que significa uma renda mensal inferior a R\$42,00; já os estabelecimentos com renda anual de R\$2.000,00 acima, que são aqueles que percebem renda mensal superior a um salário mínimo, atualmente de R\$151,00, representam 18%. A renda média líquida anual, por sua vez, fica em R\$994,00.

É mais interessante trabalhar detalhadamente os dados obtidos para ano normal que os de 1999, devido ao fato deste ano ter sido castigado pela seca, tornando os rendimentos agrícolas vegetais pouco expressivos, ficando em quase sua totalidade iguais a zero.

Tabela 26

Renda média líquida da atividade agrícola vegetal em estabelecimentos familiares da amostra, por estratos de renda, em Queimadas, PB, em ano normal

Renda líquida média (R\$/ano)	Número de estabelecimentos	
	Absoluto	%
Menos de 500	25	50,0
500 a menos de 1000	5	10,0
1000 a menos de 2000	8	16,0
2000 a menos de 3000	5	10,0
3000 a menos de 4000	1	2,0
4000 a menos de 5000	2	4,0
5000 a menos de 7000	1	2,0
Não têm rendimento (só subsistência)	2	4,0
Não pratica agricultura	1	2,0
Total	50	100,0

Fonte: dados colhidos em campo

Para o ano de 1999, apenas 22% dos agricultores entrevistados disseram ter percebido alguma renda na atividade agrícola vegetal. Fazendo-se a média da renda anual bruta para os onze agricultores que admitiram ter percebido renda com produtos vegetais neste ano, tem-se que a renda média bruta ficou em R\$683,00.

Já no que se refere à renda líquida, apenas 14% dos entrevistados admitiram ter conseguido resultado positivo. Fazendo a média anual da renda líquida com produtos vegetais para esses sete agricultores, tem-se o valor de R\$500,00. Verifica-se, desta forma, que apenas 14% dos agricultores visitados tiveram algum lucro proveniente da atividade agrícola vegetal no citado ano.

O baixo nível da renda agrícola líquida com produtos vegetais na amostra, no ano de 1999, fica ainda mais evidente quando se analisa a renda média mensal. Tem-se que, para os sete agricultores que tiveram alguma renda líquida com produtos vegetais no ano, a renda média mensal ficou em apenas R\$42,00, que representavam 31% do salário mínimo daquele ano, que era R\$136,00.

No que diz respeito à atividade pecuária, conforme se observa na Tabela 24, a maior parte da renda é oriunda da venda de animais de grande porte. Embora os animais de

pequeno porte tenham maior número, especialmente as aves, em se tratando de valor, os de grande porte são mais significativos.

Do total de estabelecimentos visitados, 48 deles – 96% - tiveram produção animal no referido ano. Conforme se observa no Anexo 7, obteve-se uma renda média anual, com animais, de R\$4.213,00.

O valor bruto da produção vegetal pode ser calculado a preços de 1999, quando o feijão alcançava o preço de R\$0,80/kg, a fava ficava em R\$1,00/kg e o milho, em R\$ 0,30/kg. Trabalhando-se com os dados para ano normal – já que 1999 foi um ano de seca, o valor médio da produção por produtor seria de R\$648,00 com o feijão, R\$575,00 com a fava e R\$891,00 com o milho. Somando-se esses valores, tem-se que, em média, cada agricultor teria um valor bruto da produção agrícola vegetal total de R\$2.114,00, ao ano.

É preciso lembrar que esses números representam o valor total da agricultura vegetal, incluindo a parte da produção destinada ao consumo da família, não representando, portanto, a renda monetária oriunda da comercialização da produção. Para obter esta renda é necessário verificar o valor da venda realizada. Tem-se que, em média, 50% da produção são vendidos. Assim, cada produtor da amostra consegue cerca de R\$ 1.057,00 pela venda de parte da sua produção anual, em ano normal.

Não se deve perder de vista que esses dados referem-se à produção anual. Calculando-se o valor bruto da produção vegetal mensal, tem-se algo em torno de R\$ 176,00. Já para a renda monetária oriunda da venda da produção agrícola vegetal, tem-se um valor mensal de R\$88,00. Os outros 50% da renda mensal, como se viu, referem-se à renda não monetária, que é a parte consumida pela família da produção obtida.

É interessante que se veja a questão do valor líquido da produção, excluídos os custos de produção. Trabalhando-se mais uma vez com dados para um ano normal, já que 1999 foi um ano irregular, viu-se que o valor bruto da produção vegetal ficaria em R\$ 2.114,00 e o valor líquido da produção vegetal ficaria em R\$994,00.

Tem-se, portanto, diante desses dados, que os custos da agricultura vegetal ficam, na amostra, em torno de 53% do total obtido após a colheita, significando que 47% do que é colhido se transformam em renda – direta e indireta – para o produtor.

Nota-se, a partir desses números, que para um grande número de agricultores a sobrevivência, dependendo apenas da renda auferida na atividade agrícola vegetal, é eminentemente inviável. É preciso levar em consideração, no entanto, que esses agricultores têm, via de regra, outra ou mesmo outras fontes de rendimento.

Alguns deles têm atividade não agrícola no interior do estabelecimento, outros trabalham fora, seja em atividade agrícola ou não agrícola. Ainda há ajuda da esposa e dos filhos, em alguns casos. O fato é que a renda da família não se restringe, na maioria dos casos, apenas ao resultado da produção vegetal.

Vale destacar, ainda, que, dos cinquenta agricultores entrevistados, trinta tinham renda média anual – em ano normal – inferior a R\$1.000,00, o que significa que 60% dos agricultores não alcançavam uma renda agrícola mensal, com produção vegetal, de R\$ 83,00.

A renda oriunda de atividade não agrícola praticada no interior do estabelecimento é um importante complemento para o rendimento da família. Como se viu acima, 20% dos agricultores disseram executar atividade não agrícola no estabelecimento (Ver Anexo 5).

No que se refere ao rendimento propriamente dito, esses produtores conseguiram, em 1999, uma renda média de R\$5.534,00 nesse tipo de atividade, o que significa uma renda média mensal de R\$461,00. No caso das esposas, a contribuição desse tipo de atividade é menos significativa, já que apenas uma declarou ter esse tipo de renda, com um rendimento anual de R\$1.632,00.

As atividades não agrícolas fora da propriedade são praticadas por um número maior de agricultores, mas a renda média oriunda desse tipo de atividade é menor que a obtida pelos agricultores que praticam atividades não agrícolas no estabelecimento. Embora seja praticada por 36% dos agricultores, a renda média anual oriunda dessas atividades fica em R\$3.827,00, enquanto a renda média mensal fica em R\$445,00.

Dentre esses produtores que praticam atividades não agrícolas fora da propriedade, 44% têm empregos formais, sendo 25% deles funcionários públicos, enquanto os 56% restantes executam atividades autônomas, sendo que 50% deles trabalham como pedreiro, por uma média de três meses e meio por ano, auferindo uma renda média de R\$232,00 por mês.

Em relação à renda não agrícola fora da propriedade auferida pelas esposas, tem-se que 14% delas executam atividades desse tipo. A renda média anual fica em R\$1.956,00. É interessante notar que a atividade não agrícola fora do estabelecimento praticada pelas esposas traz maior segurança em relação à renda.

Embora o nível médio de renda das esposas seja mais baixo, é importante que se veja que, enquanto metade dos homens desempenha atividades autônomas, o que coloca a incerteza em relação à renda a ser obtida, já que vai depender deles conseguirem trabalho,

no caso das esposas, todas aquelas que declararam trabalhar fora, disseram ter emprego formal. Desta forma, têm seus salários garantidos. Assim sendo, a sua renda dá maior segurança à família.

A atividade agrícola fora do estabelecimento é praticada por 12% dos chefes de estabelecimentos, auferindo uma renda média anual de R\$1.984,00; já no caso das esposas, apenas uma declarou exercitar esse tipo de atividade, tendo uma renda de R\$ 1.800,00 ao ano.

Outra importante fonte de renda não agrícola para os agricultores familiares é a Previdência Social, através do pagamento dos benefícios, aposentadorias e pensões. Entre as famílias visitadas, tem-se que 38% dos chefes eram aposentados, percebendo uma renda anual média de R\$2.088,00.

Entre as esposas, a presença de benefícios da Previdência também é significativa. O percentual de esposas que afirmaram ser aposentadas chegou a 37%, percebendo uma renda anual média de R\$1.680,00. Como se vê, um expressivo percentual dentre as famílias visitadas contam com a renda oriunda da Previdência Social para complementar seus rendimentos.

Em relação à contribuição dos filhos, apenas cinco famílias contavam com alguma contribuição. De acordo com os dados apresentados por tais famílias, essa contribuição ficou numa média de R\$1.848,00 ao ano.

Mostra-se, na Tabela 27, o nível da renda total média anual dos agricultores familiares, por intervalos de renda, no ano de 1999. Como se vê, a maior parte das famílias – 68% delas, tem suas rendas concentradas entre os intervalos de R\$6.000,00 a menos de R\$8.000,00, de R\$8.000,00 a menos de R\$10.000,00 e de R\$10.000,00 a menos de 12.000,00 por ano, o que significa uma renda média mensal entre R\$500,00 e R\$ 1.000,00.

Há uma diversidade na composição da renda das famílias, no que se refere às atividades que originaram os rendimentos. Conforme se vê no Anexo 6, a maior parte aos famílias conta com renda de origem não agrícola; são, de fato, 42 famílias que têm algum tipo de rendimento não agrícola, dentre as quais muitas delas têm mais de um tipo de renda não agrícola na composição da sua renda média.

Fazendo a descrição de cada combinação de rendimentos de acordo com a origem de cada um, tem-se que apenas duas famílias contam somente com renda agrícola vegetal. Assim, o seu rendimento médio anual fica em R\$500,00.

Tabela 27

**Renda média anual dos produtores da amostra, por estratos de renda,
em Queimadas, PB, 1999**

Valor do rendimento (R\$)	Estabelecimentos	
	Número absoluto	%
500 a menos de 2.000	4	8,0
2.000 a menos de 4.000	8	16,0
4.000 a menos de 6.000	3	6,0
6.000 a menos de 8.000	5	10,0
8.000 a menos de 10.000	16	32,0
10.000 a menos de 12.000	6	12,0
12.000 a menos de 14.000	4	8,0
14.000 a menos de 16.000	1	2,0
16.000 a menos de 18.000	3	6,0
Total	50	100,0

Fonte: dados colhidos em campo

As atividades agrícola vegetal e animal, como únicas fontes de renda, é o caso de apenas uma família; para esta, a renda média anual fica em R\$4.213,00, uma vez que não contou com renda vegetal em 1999. Quanto às demais famílias, todas contam com rendimentos de origem não agrícola. Merece destaque que 17 famílias não contaram com renda oriunda de atividade agrícola vegetal ou animal no referido ano, mas apenas com renda de origem não agrícola.

O Anexo 7 traz as composições da renda média para cada família, expondo os valores médios de cada atividade. A partir dessas rendas médias calculadas para todas as famílias, fazendo-se a média da renda geral, tem-se que, em 1999, a renda média anual foi de R\$8.331,00. Fazendo-se a média mensal, tem-se um valor de R\$694,00.

Julgando-se a aparência dos números, tem-se a impressão de que a renda média dos produtores tem um nível elevado, quando comparada com a renda média da maioria das famílias de baixa renda do país, que fica em torno de um salário-mínimo, que correspondia na época da pesquisa, a R\$136,00.

É interessante deixar claro que o valor da renda média anual exposta acima inclui o valor da descapitalização animal, que se trata da renda originada na venda de animais que

fazem parte do capital da família, configurando-se, portanto, numa descapitalização. Considerou-se como descapitalização a venda de bois de tração, vacas de cria, novilhos, garrotes, bezeros e eqüinos de monta.

Retirando-se o valor médio da renda oriunda da descapitalização animal, que fica em R\$2.219,00 ao ano, a renda média das famílias é reduzida de R\$8.331,00 para R\$ 7.044,00 ao ano; por mês, cai de R\$694,00 para R\$587,00. Como se vê, na realidade, 26,6% dessa renda média de R\$8.331,00 não são, de fato, renda, mas descapitalização do produtor. A renda média retirada da descapitalização animal para cada produtor pode ser vista no Anexo 8.

A renda média oriunda do consumo animal, por sua vez, soma em torno de R\$ 101,00 ao ano. Considera-se o consumo como forma de renda, pelo fato de que aquilo que a família consome da sua produção, ela deixa de comprar, ou seja, ela deixa de lançar mão de uma parte de sua renda monetária para adquirir aquele produto. Assim sendo, o consumo é uma forma não monetária de renda.

Esta forma de renda que o consumo representa é muito importante para a família. Morando no campo, o agricultor pode trabalhar fora e, nas horas "vagas", dedicar-se à cultura de subsistência, o que o livra de comprar os produtos que são a base da sua alimentação; além disso, tem a oportunidade de criar animais, principalmente os de pequeno porte, o que também o livra de comprar parte do seu consumo.

Caso mudasse para a cidade, ao contrário do que ocorre no campo, o seu consumo dependeria unicamente da renda auferida do seu trabalho. E como o seu nível de instrução é baixo, conforme será explanado à frente, conseqüentemente a sua renda também seria baixa, comprometendo a subsistência da sua família. Além disso, é preciso lembrar que é difícil conseguir um emprego na cidade, mesmo em atividades que requerem pouca ou nenhuma formação profissional. Por se tratar de um pequeno município típico do semi-árido nordestino, onde a agricultura tradicional ainda figura como atividade principal e sendo o comércio insuficiente para absorver a mão-de-obra remanescente do campo, a atividade econômica urbana do município não comporta a saída do homem do campo.

Assim, o êxodo dos agricultores com rendimentos agrícolas muito baixos para a cidade seria ainda pior, pois tornaria ainda mais difícil a sobrevivência da sua família, além de piorar a qualidade de vida na cidade, uma vez que contribui para o crescimento das favelas e, então, piora as condições de vida.

Como se percebe, a viabilidade econômica e a viabilidade social da agricultura familiar estão interligadas. De fato, o baixo nível de instrução que a maioria dos agricultores tem, em que 46% dos chefes de estabelecimentos têm em média três anos de estudo, enquanto outros 46% não sabem ler – 22% são analfabetos e 24% apenas assinam o nome – é muito baixo.

No caso das esposas, embora o nível de instrução delas seja um pouco melhor, este ainda é também muito baixo: 61% têm em média 3 anos de estudo, enquanto 26% não sabem ler. Em relação aos filhos, esta realidade se repete, tendo a maioria o primeiro grau incompleto, sendo que a média de anos de estudo fica em torno de 3 anos.

O problema social da falta de instrução é de grande importância para o desempenho econômico das famílias. Como já foi dito, sem escolaridade o trabalhador não tem chances de melhorar suas condições de renda. Esta é uma realidade grave, quando se trata dos chefes de estabelecimentos, e mais ainda no que se refere aos filhos, que têm pela frente um mercado de trabalho mais competitivo, em que um bom nível de instrução é uma exigência constante.

Tendo a maioria dos estabelecimentos visitados uma área muito pequena – pois como foi visto, 70% dos estabelecimentos têm área entre 0,25 e menos de cinco hectares, eles não comportam os filhos trabalhando na atividade agrícola; com uma média de seis filhos por casal, fica claro que esse estrato de área não é suficiente para empregar toda a família. A comprovação está no fato de que 35% dos filhos trabalharam fora do estabelecimento em 1999, sendo que 18% migraram para outros Estados.

O problema da falta de instrução do trabalhador oriundo da agricultura familiar afeta toda a sociedade, uma vez que, quando o campo não comporta toda a força de trabalho e a parte excedente dessa mão-de-obra migra em busca de emprego na cidade, a falta de escolaridade impede que parte desses trabalhadores consiga emprego, enquanto uma outra parte consegue trabalho, muitas vezes no setor informal, com baixa remuneração.

A consequência dessa realidade é o crescimento das favelas urbanas e da miséria, aumentando, inclusive, o número de pedintes, que são de fato subsidiados pela sociedade, e não pelo governo, como deveria ser. Desta forma, a omissão do Estado no tocante à falta de instrução dos trabalhadores do campo, tem penalizado não apenas a sociedade rural, mas à sociedade, como um todo.

3.4. A Importância da Renda Oriunda da Previdência Social para o Agricultor Familiar

O pagamento de benefícios pela Previdência Social é muito importante para o município de Queimadas; basta que se observe o número de aposentados e pensionistas presentes no município, especialmente na área rural, para que se tenha certeza disso. É imprescindível notar, inclusive, que a participação dos benefícios rurais frente ao total de benefícios, é amplamente majoritária (Tabela 28).

Tabela 28
Quantidade e valor de pensões e aposentadorias emitidas no município de Queimadas, PB – 1998 a 2000

Meses/ Anos	Pensões				Aposentadorias			
	Quantidade		Valor (R\$)		Quantidade		Valor (R\$)	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1998								
Janeiro	351	524	50.717	62.631	441	2.185	71.752	261.153
Dezembro	372	563	58.461	73.165	461	2.364	84.587	306.254
1999								
Janeiro	373	565	58.659	73.198	459	2.370	83.525	312.450
Dezembro	386	585	65.810	79.815	482	2.518	96.566	341.788
2000								
Janeiro	384	586	65.670	79.935	479	2.521	95.346	342.514
Novembro	403	619	150.467	184.975	491	2.746	215.674	823.884

Fonte: SINTESE

Como se nota na Tabela 28, os benefícios rurais (aposentadorias e pensões) representavam, em novembro de 2000, um percentual de 79% do total dos benefícios (aposentadorias e pensões) pagos no município.

Destaca-se o caso das aposentadorias. Sendo o número de aposentados bastante superior ao de pensionistas, alcançando o primeiro o total de 3.237 beneficiados e o segundo, 1.022 indivíduos beneficiados, o percentual de representação das aposentadorias rurais frente ao número total de aposentadorias no município chega a 85%.

Pode-se perceber, a partir desses números, que há um bom número de famílias – total de 2.746, que contam com a renda obtida através de idosos, via Previdência Social, para sobreviver. No total há, em tese, 4.259 famílias que dependem da Previdência Social para complementarem a renda e assegurarem sua sobrevivência.

Em novembro de 2000 havia, no município de Queimadas, 5.124 benefícios emitidos. Desse total, 4.259 eram aposentadorias e pensões, o que representa, em termos percentuais, 83%. Detalhando-se mais a análise, o número de aposentadorias representava 3.237 benefícios, ou 63% do total de benefícios. Nota-se, portanto, que a maior parte do número de benefícios emitidos é composta por aposentadorias.

É importante que se veja que, do total de aposentadorias, 2.746 são urbanas, o que significa que 85% das aposentadorias emitidas são rurais. Relacionando-se esse número ao total de benefícios emitidos, tem-se que as aposentadorias rurais representam 54% do total de benefícios.

Em relação às pensões, tem-se um total de 1.022 benefícios emitidos no município em novembro de 2000, o que representa 20% do total de benefícios emitidos. No tocante à importância da participação das pensões rurais nesse total, tem-se que representam 61% do total de pensões. Esses dados revelam de forma clara a grande relevância que os benefícios da Previdência Social têm perante a população rural do município, uma vez que representam um acréscimo na renda numa localidade que, como já foi visto, sua população sofre como resultado dos baixos rendimentos.

No tocante ao valor dos rendimentos, tem-se que, no referido período – novembro de 2000 – o total de benefícios emitidos alcançou o valor de R\$1.545.874,00. Calculando-se o valor médio unitário, chega-se a um valor de R\$302,00. Sabendo-se que o salário-mínimo de então fica em R\$151,00, tem-se que o rendimento médio dos benefícios fica em torno de dois salários-mínimos.

No que se refere às aposentadorias, seu valor total em novembro de 2000 alcançava R\$1.039.558,00 representando um percentual de 67% do valor do total de benefícios emitidos naquela data. Se se desce ainda mais o nível de observação, verifica-se que o valor das aposentadorias rurais chegava a R\$823.884,00, o que representa 79% do valor do total das aposentadorias e 53% do valor do total de benefícios emitidos.

No que diz respeito ao valor das pensões rurais – que no caso do referido município são estritas ao tipo pensão por morte, elas chegam a um valor total de R\$184.975,00, o que representa um percentual de 55% do valor do total de pensões. É, portanto, um número

bastante significativo, levando-se em consideração também que 61% das pensões ficam no campo e que no campo não se apresenta a modalidade pensão acidentária, como ocorre na área urbana.

É interessante que se observe também as taxas de crescimento do número de pensões e aposentadorias no período entre janeiro de 1998 e novembro de 2000. Conforme se verifica no tocante às pensões urbanas, no referido período houve crescimento de 15%, enquanto o total de pensões rurais cresceu 18%; logo, três pontos percentuais a mais.

Em relação às aposentadorias, o número de benefícios urbanos cresceu 11%; já o número de aposentadorias rurais cresceu 26%, no mesmo período. Nota-se que, no caso das aposentadorias, a taxa de crescimento dos benefícios rurais emitidos no referido período é maior que o dobro da taxa de crescimento dos benefícios urbanos.

Diante da grande representatividade dos benefícios rurais, conclui-se que eles são muito significativos para a própria circulação de renda na área urbana, já que parte da renda colhida pelo comércio tem sua origem nesses benefícios. Sendo assim, não se pode dizer que os benefícios rurais são importantes apenas para o campo, funcionando como uma forma de segurar o homem no campo, mas que tem grande significância para o município como um todo, já que ajuda a movimentar o comércio e, assim, contribui com a geração de empregos e a circulação de renda, de uma forma geral.

3.5. A Questão da Sustentabilidade

A questão da sustentabilidade da agricultura familiar para os estabelecimentos visitados não foge à regra do que acontece para a agricultura familiar do semi-árido nordestino, onde se destacam a má conservação do solo, aliada à baixa produtividade agrícola dos solos da região, além das más condições socioeconômicas da população.

No tocante à sustentabilidade ambiental, ocorre o que já foi visto no Capítulo II: degradação do meio ambiental, através de manejo errado de cultivo do solo, provocando o desgaste do solo, e o manejo errado de defensivos agrícolas que, por sua vez, provoca a contaminação do solo e da água; além disso, há a devastação vegetal, motivada pela necessidade de agregar novas áreas ao cultivo.

Em relação à sustentabilidade do ponto de vista socioeconômico, é preciso que se faça uma análise mais detalhada. Observando-se a questão do ponto de vista micro, a fim de verificar o que ocorre no interior do estabelecimento, enxerga-se a agricultura familiar como uma atividade sustentável, uma vez que as famílias estão auferindo uma renda média que é, muitas vezes, superior ao rendimento que esta mesma família teria, caso migrasse para a cidade.

Como se sabe, o baixo nível de instrução do homem do campo não lhe permitiria conseguir emprego que lhe proporcionasse um bom nível de renda. Como se viu, a renda média das famílias visitadas ficou em R\$587,00 ao mês o que, se há de convir, é superior à renda média mensal de muitas famílias urbanas.

Quando se procura analisar a situação do ponto de vista dos filhos, no entanto, percebe-se que o estabelecimento rural não lhes oferece condições de continuidade da prática da atividade agrícola familiar, forçando-os a migrarem em busca de trabalho e renda.

Os dados mostram que, do total de filhos com idade igual ou maior que catorze anos, 70% deles trabalharam em 1999 sendo que, destes, 38% trabalharam nos estabelecimentos de seus pais, enquanto 62% trabalharam fora desses estabelecimentos.

O interessante a notar é, em primeiro lugar, que 30% dos filhos com idade igual ou maior a catorze anos estavam desempregados; estavam morando no interior dos estabelecimentos, mas a atividade produtiva não absorvia essa mão-de-obra. O segundo aspecto a chamar atenção é que, dentre os que trabalharam no ano, 62% foram buscar trabalho fora dos estabelecimentos; e, ainda, 52% dos que trabalharam fora dos estabelecimentos foram forçados a migrar de Estado, em busca da sobrevivência.

Observando-se, sob o ponto de vista macro, esses dados relativos aos filhos mostram que a atividade econômica do município é insustentável, uma vez que não está conseguindo gerar os empregos necessários para absorver a mão-de-obra dos filhos, forçando-os a migrar na busca da renda necessária à sua sobrevivência.

Conclusão

A viabilidade econômica da agricultura familiar em Queimadas, analisando-se o conjunto de estabelecimentos visitados, torna-se fato quando se vê a renda da família como um todo, e não simplesmente a renda oriunda da atividade agrícola.

Como se pôde observar, para a maioria dos estabelecimentos, dentre os cinquenta visitados a renda oriunda da atividade vegetal é muito baixa, especialmente entre os estabelecimentos de menor tamanho, que são os que têm área entre 0,25 e cinco hectares e totalizam 70% do número de estabelecimentos visitados.

Analisando-se a renda em ano normal, já que o ano da pesquisa foi de seca, viu-se que 50% dos estabelecimentos têm um rendimento agrícola líquido inferior a R\$500,00 ao ano, o que dá um rendimento mensal inferior a R\$42,00.

A atividade agrícola animal, por sua vez, tem grande influência na composição da renda da família, já que o seu rendimento total médio em 1999 ficou em R\$4.213,00. Contando com a renda de derivados de animais, que é de R\$1.918,00 ao ano, em média, a contribuição da renda animal sobe para R\$8.041,00 ao ano. É de se considerar, todavia, que esse rendimento total inclui a descapitalização realizada através da venda de animais, em virtude da seca que assolou o município em 1999 e ao consumo de animais por parte da família. Retirando-se o valor da descapitalização, a contribuição animal cai para uma média de R\$1.994,00 ao ano, por família.

As atividades não agrícolas são as que oferecem uma contribuição mais significativa à composição da renda. Como se viu, tanto as atividades não agrícolas praticadas fora do estabelecimento quanto as praticadas no interior dos estabelecimentos pelos seus chefes, oferecem uma renda mensal média em torno de R\$450,00.

Os benefícios da Previdência Social têm grande importância, pois complementam a renda das famílias com aposentadorias de 38% dos chefes, com um acréscimo médio de R\$ 174,00 na renda mensal; 37% das esposas também são aposentadas, acrescentando à renda de suas famílias, em média, R\$140,00.

Diante deste quadro, a agricultura familiar é viável economicamente para esses estabelecimentos, desde que se considerem não apenas a atividade agrícola como fonte de renda mas, também, as atividades não agrícolas, que são de fato aquelas que mais contribuem na formação da renda familiar.

Do ponto de vista social, a viabilidade da agricultura familiar se destaca pelo fato de segurar parte da população no campo evitando, com a migração, o aumento do inchaço das cidades e a exposição dessa população à miséria urbana e suas conseqüências, onde a violência se destaca como uma das fases mais terríveis para as famílias. Ao mesmo tempo, a população urbana também ganha com a não saída do homem do campo, uma vez que, além de não ter a miséria urbana crescida, tem tamanho muito pequeno, não comportando a permanência dos filhos. Estes são forçados pelas circunstâncias a migrarem e, ante o baixo nível de escolaridade, enfrentam dificuldades para conseguirem emprego. Muitas vezes, o conseguem, o nível de renda é baixo.

A situação difícil a que as famílias de agricultores familiares estão expostas é uma realidade que se configura pela omissão do Estado, que não tem cumprido o seu papel social.

Principalmente no que diz respeito à educação, um direito de todo cidadão e que é a pedra principal na construção de uma sociedade digna, o descaso do Estado com relação à população rural, tem sido evidente. Sofre com isso toda a sociedade, que subsidia os miseráveis, mas sofre principalmente a população agrícola familiar, que não consegue visualizar um futuro com uma sobrevivência digna.

No que diz respeito à sustentabilidade, viu-se que a agricultura familiar tem proporcionado, às famílias entrevistadas um rendimento médio acima do que muitas famílias urbanas auferem. Assim, fazendo-se a relação de comparação entre o nível de renda entre as famílias entrevistadas e a maioria das famílias urbanas de baixo nível de instrução, percebe-se as famílias rurais em melhores condições de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se da pesquisa realizada em campo, chama atenção, em primeiro lugar, o baixo nível de instrução dos agricultores visitados e de suas esposas, em que a grande maioria disse não ter mais de três anos de estudo. Esta realidade causa ainda mais preocupação no caso dos filhos, cujo nível de instrução médio fica no primeiro grau incompleto, sendo que a média de anos de estudo não passa de cinco anos.

A escolaridade é fundamental principalmente no caso dos filhos, uma vez que, como se viu, a maioria dos estabelecimentos tem tamanho muito pequeno e, sendo assim, não comportam todos os filhos produzindo no seu interior; a necessidade de procurar trabalho fora do estabelecimento, por parte de boa parte dos filhos, é uma realidade. Ante o baixo nível de instrução, esses filhos têm sua possibilidade limitada, uma vez que o mercado de trabalho não agrícola apresenta atividades competitivas, que exigem um bom nível de escolaridade.

O tamanho muito pequeno da maioria dos estabelecimentos aliado à baixa produtividade, tem levado as famílias a procurarem desenvolver atividades não agrícolas, com o objetivo de complementar a renda. Como se viu, de acordo com os dados colhidos em campo, a quase totalidade das famílias conta com rendas não agrícolas para complementar o rendimento necessário à sobrevivência.

Diante da presença das rendas não agrícolas, pois apenas três produtores dentre os cinquenta visitados não contam com algum rendimento não agrícola, merece destaque a grande diversidade na composição dos rendimentos. É interessante que se note a importância da participação das rendas das esposas, como também a significação dos rendimentos oriundos dos benefícios da Previdência Social.

Os dados relativos aos rendimentos da atividade agrícola vegetal para ano normal revelam quanto é baixa a renda oriunda dessa produção, pelos produtores familiares visitados. Como se viu, metade dos estabelecimentos não consegue obter uma renda anual de R\$500,00

Em se considerando a renda média dos produtores e se levando em conta todas as formas de renda obtidas por cada um deles, viu-se que 54% deles conseguem um rendimento anual entre R\$6.000,00 e R\$12.000,00. Esses números são significativos porque mostram que essas famílias contam com uma renda mensal entre R\$500,00 e R\$

1.000,00, o que fica acima da renda média de muitas famílias brasileiras, levando-se em consideração que 1999 foi um ano de seca na região, o que deixa claro que, num ano de chuvas normais, esse rendimento deve elevar-se.

No tocante à viabilidade econômica e social da agricultura familiar dos estabelecimentos visitados, viu-se que a renda média das famílias atinge um valor de R\$ 587,00 mensais, montante que é superior ao valor com que muitas famílias urbanas do município contam por mês.

Não se deve perder de vista, todavia, que a maior parte dessa renda média é composta por rendimentos de origem não agrícola. Diante disso, é preciso que se veja que a atividade agrícola isolada não apresenta perspectivas de viabilidade; apenas combinada com atividades de origem não agrícola, é que a agricultura familiar, para os estabelecimentos visitados, torna-se uma atividade viável.

No que se refere à contribuição da Previdência Social com as famílias de agricultores familiares, através do pagamento de benefícios, constatou-se que 38% dos chefes de estabelecimentos e 37% das esposas contam com esse rendimento; além disso e de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Previdência Social, 79% dos benefícios concedidos para o município até novembro de 2000, entre aposentadorias e pensões, são rurais. Esses números revelam a grande representatividade dos benefícios rurais frente ao total de benefícios, mostrando a importância que o setor rural tem para a economia do município, com base na atividade agropecuária e no maior movimento comércio. Os recursos oriundos de aposentadorias e pensões são responsáveis por um movimento maior no comércio urbano do município no período de pagamento dos benefícios. Sendo os benefícios rurais a ampla maioria do total de benefícios pagos, certamente são responsáveis pela maior parte desse movimento.

No que diz respeito à sustentabilidade da atividade familiar, percebe-se que, observando-se o que ocorre no estabelecimento, a atividade apresenta-se sustentável para a família, enquanto do ponto de vista ambiental, conforme informações expostas no Capítulo II, nota-se que a atividade familiar do município degrada o meio ambiente, na medida em que são utilizadas tecnologias inadequadas ao tipo de solo, além da poluição das águas através da utilização de defensivos químicos.

É fato notório que a melhoria da qualidade de vida de uma população está atrelada à melhoria do seu nível educacional. No caso do município de Queimadas, é preciso que, além do Estado assumir um compromisso efetivo, com medidas eficientes no sentido de

e elevar o nível de instrução das pessoas do campo, é fundamental que os pais tomem consciência da importância da educação na vida dos seus filhos, priorizando seus estudos como meio de sobrevivência no futuro.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992. 275p.
- AGUIAR, R.C. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis, 1986. 155p.
- BRANDEMBURG, Alfio. Agricultura e desenvolvimento sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1998, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. v.2. p.193-210.
- BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília: CIMA, 1991. 204p.
- BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p.89-111, 1994.
- CÂMARA NETO, A.F. O processo de modernização da agricultura. In: OZÓRIO, A.L. (Coord.). **Biotecnologia e agricultura: perspectiva para o caso brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.15-39.
- CAVALCANTI, Nilton de Brito et al. Nível tecnológico da agricultura familiar na região semi-árida da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1998, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. v.2. p.375-386.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. 429p.
- DELGADO, G.C. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. In: RAMOS, P.; REYDON, B.P. (Orgs.). **Agricultura e agroindústria no Brasil**. Campinas: ABRA, 1995. p.199-235.
- EHLERS, E. O ideal da sustentabilidade. In: EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. p.95-134.
- FERREIRA, Angela Duarte D. Agricultura familiar: caminhos para apreender sua diversidade. **Raízes**, Campina Grande, n.17, p.47-63, jun.1998.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995. 248p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v.3.

- _____. **Censo demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v.1.
- _____. **Censo agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. v.1.
- _____. **Censo agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v.2, n.11.
- _____. **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v.1, n.11.
- _____. **Censo agropecuário de 1985**. Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. n.13.
- _____. **Censo demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v.6, n.1.
- _____. **Censo agropecuário de 1995-1996**. Disponível em: www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/economia/agropecuaria/sensoagro/default.shtm
Acesso em: 12 março 2000.
- _____. **Contagem da população 1996**. Disponível em: www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/contagem/default.shtm. Acesso em: 12 março 2000.
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p.51-75, 1994.
- JONES, Alberto da Silva, BRESSAN, Matheus. Produção familiar, pós-modernidade e capitalismo: possibilidades da agricultura independente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1998, Brasília. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. v.2. p.869-877.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 1v.
- _____. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. 2v.
- LEITE, José Alfredo A. **A socioeconomia do semi-árido**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985. 47p.
- MARIÑO, Juan Mario Fandiño. A modernização da agricultura e a preservação do meio ambiente. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p.33-47, 1994.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n.3, p.3-44, jun.1990.
- MENDES, Benedito Vasconcelos. **Alternativas tecnológicas para a agropecuária do semi-árido**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1986. 171p.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/psafra3.asp>. Acesso em: 30 maio 1999.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Secretaria de Previdência Social. Coordenação-Geral de Estatística e Atuária. **Quantidade e valor de pensões e aposentadorias emitidas no município de Queimadas, PB – 1998 a 2000**. Brasília, 21 de dezembro de 2000. Ofício nº 49.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: <www.incra.gov.br/estrut/pj/lei/8629.htm>. Acesso em: 12 novembro 2000.
- MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Raízes**, Campina Grande, PB, n.17, p.11-22, jun.1998.
- NEVES, Delma Pessanha. Os dados quantitativos e os imponderáveis da vida social. **Raízes**, Campina Grande, n.17, p.64-78, jun.1998.
- PORTO, Maria Stela Grossi, SIQUEIRA, Delis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p.76-88, 1994.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 37.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, s.d. 364p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**. Queimadas, mai.1998. (Mimeo).
- SANTOS, Manoel José dos. Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial**. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. CD-ROM.
- SILVA, José Graziano da, STOLKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SILVA, José Graziano da. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P., REYDON, B. P. (Orgs.). **Agricultura e agroindústria no Brasil**. Campinas:ABRA, p.127-149, 1995.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996. 217p.
- SUDENE. **Aspectos gerais da agropecuária do Nordeste**. (Projeto Nordeste). Recife: SUDENE, 1984. v.3.

- _____. **Uso atual e potencial dos solos do Nordeste.** (Projeto Nordeste). Recife: SUDENE, 1984. v.4.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990. 102p.
- TEDESCO, João Carlos. O produtor familiar e a agroindústria. **Cadernos de Sociologia,** Porto Alegre, v.6, p.112-132, 1994.
- VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Editora da USP, 1991. 219p.

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário aplicado a produtores agrícolas familiares do município de Queimadas-PB

Questionário nº

--	--	--	--	--	--

Data da entrevista

Nome da propriedade: _____

Endereço: _____

Distância da propriedade à sede municipal (em km): _____

1. Chefe da família

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____ anos

1.3. Nível de escolaridade:

1º grau completo ; 1º grau incompleto ;

(anos de estudo)

2º grau completo ; 2º grau incompleto ;

(anos de estudo)

3º grau completo ; 3º grau incompleto ;

(Qual: _____) (anos de estudo)

Apenas assina o nome ; Não assina o nome .

1.4. Nível de renda na atividade agrícola

Bruto

Líquido

Em 1999: R\$ _____ /ano.

Em 1999: R\$ _____ /ano.

Em ano normal: R\$ _____ /ano.

Em ano normal: R\$ _____ /ano.

1.5. Executa atividade não agrícola na propriedade: Sim Não

Se sim:

Qual a atividade: _____

Renda média em 1999: R\$ _____ /ano.

Renda média em ano normal: R\$ _____ /ano.

1.6. Trabalha fora da propriedade: Sim Não

Se sim:

Atividade agrícola

Qual: _____

Número de meses no ano: _____

Renda média: R\$ _____ /mês.

Atividade não agrícola

Qual: _____

Número de meses no ano: _____

Renda média: R\$ _____ /mês.

1.7. É aposentado ou pensionista: Sim Não

Se sim:

Renda média: R\$ _____ / mês.

2. Esposa

2.1. Nome: _____

2.2. Idade: _____ anos.

2.3. Nível de escolaridade:

1º grau completo	<input type="checkbox"/>	;	1º grau incompleto	<input type="checkbox"/>	;
			(anos de estudo)		
2º grau completo	<input type="checkbox"/>	;	2º grau incompleto	<input type="checkbox"/>	;
			(anos de estudo)		
3º grau completo	<input type="checkbox"/>	;	3º grau incompleto	<input type="checkbox"/>	;
(Qual: _____)			(anos de estudo)		
Apenas assina o nome	<input type="checkbox"/>	;	Não assina o nome	<input type="checkbox"/>	.

2.4. Executa atividade não agrícola na propriedade: Sim Não

Se sim:

Qual a atividade: _____

Renda média em 1999: R\$ _____/ano.

Renda média em ano normal: R\$ _____/ano.

2.5. Trabalha fora da propriedade: Sim Não

Se sim:

Atividade agrícola

Qual: _____

Número de meses no ano: _____

Renda média: R\$ _____/mês.

Atividade não agrícola

Qual: _____

Número de meses no ano: _____

Renda média: R\$ _____/mês.

2.6. É aposentada ou pensionista: Sim Não

Se sim:

Renda média: R\$ _____/mês.

3. Filhos

Filhos	Idade	Sexo	Grau de instrução*	Trabalhou na propr. em 1999**	Atividade fora da propr./Estado**	Renda fora da propr. (R\$/ano)
01.						
02.						
03.						
04.						
05.						
06.						
07.						
08.						
09.						
10.						
11.						
12.						
13.						
14.						
15.						

* I => 1º grau completo; i => 1º grau incompleto;
 II => 2º grau completo; ii => 2º grau incompleto;
 III => 3º grau completo; iii => 3º grau incompleto;
 IV => Apenas assina o nome; iv => Não assina o nome.
 ** S => Sim; N => Não.

4. Sobre a propriedade

4.1. Área ocupada (ha): _____.

4.2. Há quantos anos trabalha nela: _____ anos.

4.3. A terra é própria: Sim Não

Se sim:

Comprou Recebeu de herança

Se não:

Ocupada Arrendada

Arrendamento anual: R\$ _____.

Parceria Alugada

Aluguel anual: R\$ _____.

4.4. Qual a atividade principal:

Agricultura Pecuária

4.5. Produtos agrícolas produzidos e receitas obtidas

Produto	Produção total (kg)	Área ocupada (ha)	Percentual da prod. vendido (%)	Valor unitário (R\$/kg)
Algodão Arbóreo				
Algodão Herbáceo				
Feijão				
Fava				
Milho				
Mandioca				
Palma Forrageira				
Outros:				

4.6. Produção animal e receitas obtidas

Produto	Quantidade produzida em 30.09.1999 (n°)	Quantidade vendida em 30.09.1999 (n°)	Quantidade consumida em 30.09.1999 (n°)	Valor unitário (R\$/unidade)
---------	---	---------------------------------------	---	------------------------------

Touros				
Bois				
Bois de carne				
Bois de tração				
Vacas				
Vacas de cria				
Vacas de engorda				
Novilhos(+de2anos)				
Garrotes(1 a 2 anos)				
Bezerros(0 a 1 ano)				
Suínos				
Caprinos				
Ovinos				
Aves				
Equinos(de monta)				
Equinos(de tração)				
Muare				
Asininos				
Outros				

4.7. Produção de derivados animais e receitas obtidas em 1999

Produtos	Quantidade produzida (l); (kg); (dz)	Quantidade vendida (l); (kg); (dz)	Quantidade consumida (l); (kg); (dz)	Valor unitário (RS/l); (RS/kg); (RS/dz)
----------	--------------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------	---

• Bovina				
Leite (l)				
Queijo (kg)				
Manteiga (kg)				
• Caprina				
Leite (l)				
Queijo (kg)				
• Ovos (dz)				

4.8. Local onde é realizada a venda da produção:

Na propriedade ; Na cidade, em Queimadas ;

Na cidade, em Campina Grande ; Em outra(s) cidade(s)

Qual: _____

5. Tecnologia utilizada na produção

5.1. Usa trator:

Sim Não

Se sim:

É próprio:

Sim Não

Se não e é alugado:

Valor do aluguel: R\$ _____/ano.

5.2. Usa arado de tração animal:

Sim Não

Se sim:

É próprio:

Sim Não

Se não e é alugado:

Valor do aluguel: R\$ _____/ano.

5.3. Usa enxada:

Sim Não

5.4. Usa defensivos agrícolas:

Sim Não

Se sim:

Quantidade utilizada em 1999: _____ kg; Valor unitário no ano: _____ RS/kg.

5.5. Usa adubos:

Sim Não

Se sim:

Orgânico

Químico

Quantidade utilizada em 1999: _____ kg.

Qtdade utilizada em 1999: _____ kg.

Valor unitário no ano: R\$ _____/kg.

Valor unitário no ano: _____/kg.

6. Mão-de-obra utilizada

Só da família

Usa mão-de-obra externa

Se usa mão-de-obra externa:

Qual o preço unitário em 1999: R\$ _____/unidade.

Quantas unidades usou em 1999: _____ unidades.

Em que etapa do processo produtivo: Plantio Tratos culturais Colheita

7. Financiamento

7.1. Utilizou financiamento em 1999:

Sim Não

Se sim:

Qual a fonte: _____

Produto financiado: _____

(ou onde aplicou os recursos)

Prazo para pagamento: _____ meses

Taxa de juros: _____ %a.m.

Valor do financiamento: R\$ _____

Valor pago: R\$ _____

Se não:

Por que razão? _____

ANEXO 2

Tabela 1

Nível de instrução dos chefes de estabelecimentos e das esposas da amostra, em percentuais, no município de Queimadas, PB, 1999

Nível de instrução	Chefes de estabelecimentos (%)	Esposas (%)
Analfabetos	22,0	14,0
Assinam o nome	24,0	12,0
1º grau incompleto	46,0	61,0
1º grau completo	2,0	2,0
2º grau incompleto	-	2,0
2º grau completo	4,0	9,0
3º grau incompleto	2,0	-
Total	100,0	100,0

Fonte: dados colhidos em campo

ANEXO 3

Tabela 2

Percentuais de produtores agrícolas animais dentre os produtores da amostra, por tipo de animal, em Queimadas, PB, dezembro de 1999

Tipo de animal	Percentual de criadores (%)
Touros	4,0
Bois de carne	8,0
Bois de tração	21,0
Vacas de cria	42,0
Vacas de engorda	2,0
Novilhos	6,0
Garrotes	12,5
Bezerros	31,0
Equinos de monta	12,5
Equinos de tração	2,0
Muares	12,5
Asíninos	27,0
Suínos	25,0
Caprinos	14,5
Ovinos	8,0
Aves	23,0

Fonte: dados colhidos em campo

ANEXO 4

Tabela 3

Número e percentual dos chefes de estabelecimentos e das esposas da amostra por dedicação às atividades produtivas, em Queimadas, PB, 1999

Atividades produtivas	Produtores			
	Chefes		Esposas	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Agrícola vegetal no estabelecimento	49	98,0	-	-
Agrícola animal	48	96,0	-	-
Não agrícola fora do estabelecimento	18	36,0	6	14,0
Não agrícola dentro do estabelecimento	10	20,0	1	2,0
Agrícola vegetal fora do estabelecimento	6	12,0	1	2,0

Fonte: dados colhidos em campo

ANEXO 5

Tabela 4

Rendas médias dos chefes de estabelecimentos e das esposas da amostra por fontes de renda, por ano, em Queimadas, PB, 1999

Fontes de renda	Valor	
	Chefes	Esposas
	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Atividade agrícola vegetal no estabelecimento	500,00	-
Atividade agrícola animal	1.994,00 *	-
Derivados animais	1.918,00	-
Atividade não agrícola fora do estabelecimento	3.827,00	1.956,00
Atividade não agrícola no estabelecimento	5.534,00	1.632,00
Atividade agrícola fora do estabelecimento	1.984,00	1.800,00
Aposentadoria ou pensão	2.088,00	1.680,00
Ajuda de filhos	1.848,00	-

Fonte: dados colhidos em campo

* Valor calculado excluindo-se a descapitalização do produtor.

Nota: os dados referentes às rendas médias das atividades agrícola vegetal no estabelecimento, animal e derivados animais expostos para os chefes dos estabelecimentos referem-se às rendas das famílias nestas atividades, e não apenas do chefe.

ANEXO 6

FONTES DE RENDA SOMADAS PARA CADA FAMÍLIA

Convenções:

I = renda agrícola vegetal

II = renda agrícola animal

III = renda oriunda de derivados animais

IV = renda de atividade não agrícola praticada pelo chefe fora do estabelecimento

V = renda de atividade não agrícola praticada pelo chefe dentro do estabelecimento

VI = renda de atividade agrícola praticada pelo chefe fora do estabelecimento

VII = renda de aposentadoria do chefe do estabelecimento

VIII = renda de atividade não agrícola praticada pela esposa fora do estabelecimento

IX = renda de atividade não agrícola praticada pela esposa dentro do estabelecimento

X = renda de atividade agrícola praticada pela esposa fora do estabelecimento

XI = renda de aposentadoria da esposa

XII = renda oriunda de ajuda de filhos

1 - (I) + (IV) + (V)

2 - (I) + (II) + (III) + (IV) + (XI)

3 - (I) + (II) + (VII) + (VIII)

4 - (I) + (II)

5 - (I) + (II) + (III) + (IV)

6 - (I) + (II) + (IV) + (VII) + (VIII) + (IX) + (XII)

7 - (I) + (III)

8 - (I) + (II) + (VII) + (XI)

9 - (I) + (VI) + (X)

10 - (I) + (VII)

11 - (I) + (II) + (III) + (VII) + (XI)

12 - (I) + (II) + (III) + (IV) + (VIII)

13 - (I) + (II) + (III) + (IV) + (V) + (XII)

14 - (I) + (VII)

15 - (I) + (II) + (III) + (IV)

16 - (I) + (IV) + (VI)

17 - (I) + (VII)

18 - (I) + (II) + (III) + (IV) + (VII)

19 - (I) + (III) + (VII) + (XI)

20 - (I) + (VII)

21 - (I) + (V) + (VII)

22 - (I) + (III) + (V)

23 - (I) + (III) + (VI)

24 - (I) + (II) + (III) + (VII) + (XI)

25 - (I) + (III) + (XI)

26 - (I) + (III) + (VII) + (XI)

27 - (I)

28- (I) + (II) + (III) + (XI)
 29- (I) + (II) + (III) + (VI)
 30- (I) + (III) + (IV) + (XII)
 31- (I) + (II) + (IV) + (VIII)
 32- (I) + (II) + (III) + (V)
 33- (I)
 34- (I) + (III) + (V) + (VII) + (XI)
 35- (II) + (III) + (IV) + (V) + (VIII)
 36- (I) + (II) + (III) + (V)
 37- (I) + (II) + (III) + (IV) + (V) + (VIII)
 38- (I) + (III)
 39- (I) + (II) + (III) + (VII) + (XI)
 40- (I) + (II) + (III) + (VII) + (XI)
 41- (I) + (II) + (III) + (IV)
 42- (I) + (II) + (III) + (VII) + (XI) + (XII)
 43- (I) + (II) + (III) + (VII) + (XI) + (XII)
 44- (I) + (IV) + (VII) + (XI)
 45- (I) + (II) + (III) + (V) + (VI)
 46- (I) + (II) + (III) + (XI)
 47- (I) + (II) + (III) + (VI)
 48- (I) + (II) + (IV)
 49- (I) + (II) + (III) + (IV) + (XI)
 50- (I) + (II) + (III) + (IV)

ANEXO 7

SOMA DAS RENDAS MÉDIAS PARA CADA FAMÍLIA (com a descapitalização)

- 1 - $0,00 + 3.827,00 + 5.534,00 = \text{R\$ } 9.361,00$
- 2 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 11.638,00$
- 3 - $0,00 + 4.213,00 + 2.088,00 + 1.956,00 = \text{R\$ } 8.257,00$
- 4 - $0,00 + 4.213,00 = \text{R\$ } 4.213,00$
- 5 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 = \text{R\$ } 9.958,00$
- 6 - $0,00 + 4.213,00 + 3.827,00 + 1.956,00 + 1.632,00 + 2.088,00 + 1.848,00 = \text{R\$ } 15.564,00$
- 7 - $0,00 + 1.918,00 = \text{R\$ } 1.918,00$
- 8 - $0,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 3.768,00$
- 9 - $0,00 + 1.984,00 + 1.800,00 = \text{R\$ } 3.784,00$
- 10 - $0,00 + 2.088,00 = \text{R\$ } 2.088,00$
- 11 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 9.899,00$
- 12 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 1.956,00 = \text{R\$ } 11.914,00$
- 13 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 5.534,00 + 1.848,00 = \text{R\$ } 17.340,00$
- 14 - $0,00 + 2.088,00 = \text{R\$ } 2.088,00$
- 15 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 = \text{R\$ } 9.958,00$
- 16 - $0,00 + 3.827,00 + 1.984,00 = \text{R\$ } 5.811,00$
- 17 - $0,00 + 2.088,00 = \text{R\$ } 2.088,00$
- 18 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 2.088,00 = \text{R\$ } 12.046,00$
- 19 - $0,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 5.686,00$
- 20 - $0,00 + 2.088,00 = \text{R\$ } 2.088,00$
- 21 - $0,00 + 5.534,00 + 2.088,00 = \text{R\$ } 7.622,00$
- 22 - $0,00 + 1.918,00 + 5.534,00 = \text{R\$ } 7.452,00$
- 23 - $0,00 + 1.918,00 + 1.984,00 = \text{R\$ } 3.902,00$
- 24 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 9.899,00$
- 25 - $0,00 + 1.918,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 3.598,00$
- 26 - $500,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 6.186,00$
- 27 - $500,00 = \text{R\$ } 500,00$
- 28 - $500,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 8.311,00$
- 29 - $500,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 1.984,00 = \text{R\$ } 8.615,00$
- 30 - $500,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 1.848,00 = \text{R\$ } 8.093,00$
- 31 - $0,00 + 4.213,00 + 3.827,00 + 1.956,00 = \text{R\$ } 9.996,00$
- 32 - $500,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 5.534,00 = \text{R\$ } 12.165,00$
- 33 - $500,00 = \text{R\$ } 500,00$
- 34 - $0,00 + 1.918,00 + 5.534,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 11.220,00$
- 35 - $4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 5.534,00 + 1.956,00 = \text{R\$ } 17.448,00$
- 36 - $500,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 5.534,00 = \text{R\$ } 12.165,00$
- 37 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 5.534,00 + 1.956,00 = \text{R\$ } 17.448,00$
- 38 - $0,00 + 1.918,00 = \text{R\$ } 1.918,00$
- 39 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 9.899,00$
- 40 - $0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = \text{R\$ } 9.899,00$

- 41 - 0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 = R\$ 9.958,00
42 - 0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 + 1.848,00 = R\$ 11.747,00
43 - 0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 + 1.848,00 = R\$ 11.747,00
44 - 0,00 + 3.827,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = R\$ 7.595,00
45 - 0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 5.534,00 + 1.984,00 = R\$ 13.649,00
46 - 0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 1.680,00 = R\$ 7.811,00
47 - 0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 1.984,00 = R\$ 8.115,00
48 - 0,00 + 4.213,00 + 3.827,00 = R\$ 8.040,00
49 - 0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 1.680,00 = R\$ 11.638,00
50 - 0,00 + 4.213,00 + 1.918,00 + 3.827,00 = R\$ 9.958,00

SOMA TOTAL = R\$ 416.561,00

RENDAMENTO MÉDIO ANUAL = 416.561,00 / 50 = R\$ 8.331,22

- 40 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = R\$ 7.680,00
41 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 3.827,00 = R\$ 7.739,00
42 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 + 1.848,00 = R\$ 9.528,00
43 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 2.088,00 + 1.680,00 + 1.848,00 = R\$ 9.528,00
44 - 0,00 + 3.827,00 + 2.088,00 + 1.680,00 = R\$ 7.595,00
45 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 5.534,00 + 1.984,00 = R\$ 11.430,00
46 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 1.680,00 = R\$ 5.592,00
47 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 1.984,00 = R\$ 5.896,00
48 - 0,00 + 1.994,00 + 3.827,00 = R\$ 5.821,00
49 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 3.827,00 + 1.680,00 = R\$ 9.419,00
50 - 0,00 + 1.994,00 + 1.918,00 + 3.827,00 = R\$ 7.739,00

SOMA TOTAL = R\$ 352.210,00

RENDA MÉDIA ANUAL (sem descapitalização) = 352.2108 / 50 = R\$ 7.044,2
